

COLEÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE GUSTAVO BARROSO - 7



5

HISTÓRIA
SECRETA
DO BRASIL



GUSTAVO BARROSO

GUSTAVO BARROSO

**HISTÓRIA
SECRETA
DO BRASIL**

VOLUME 5

1^ª REEDIÇÃO

1993

Conferindo e Divulgando a História

Caixa Postal 10466
90001 — Porto Alegre-RS

"A maçonaria é rã de lesa-pátria. Cada santificação que parte de seus grêmios representa nada mais, nada menos que um declínio no prestígio augusto da Raça. Nos judeus, defende uma ética inimiga contra a integridade precária da Grel. Nos jesuítas, ataca a única organização que ainda lhe mete receios. No livre-pensamento, enfraquece a disciplina católica, que é, e foi sempre, a melhor garantia de unidade moral da Nação. Nas lutas intestinas que atola e alimenta, é a anulação da Idéia nacional que tende amanhadamente para que mais um passo sa avance no caminho que leva à Cidade-Futura, em que não haverá nem deuses, nem chefes."

ANTONIO SARDINHA
"O Território e a Raça", pg. 20

"Está escrito (a ninguém o poderá apagar) que todo Império dividido há de perecer: (M)Omne regnum in se ipsum divisum desolebitur; e o parlamentarismo que divide os ânimos e os inquieta; que põe em dispersão todas as jerarquias, que divide a sociedade em cem partidos; e que, não contente com a divisão natural do poder já estabelecido, quer ainda levar essa divisão ao seio do poder centralizador e unitivo, o poder Real ou Moderador; — o parlamentarismo, que é a divisão no todo e em todas as partes, nas altas regiões, nas regiões médias e nas regiões baixas, no poder, na sociedade e no homem, não pode subtraír-se, nem se subtrairá jamais ao império dessa lei inexoravelmente soberana. Sim, o parlamentarismo morrerá..."

BRAZ FLORENTINO
"O Poder Moderador", pg. 536

ÍNDICE

Volume 5

I. O Ministro que durou nova hora	1
II. O Rei, o Vice-Rei, o Mágico e os Patriarcas inviaíveis	17
III. O rebo do foguete	29
IV. A guerra civil das matas	45
V. O Tigre da Palermo e o Carnaval Financeiro	57
VI. A raçalaza econômica	71
VII. A pata do Leopardo	81
VIII. O pomo da discórdia	95
IX. O império e os dois gelos de briga	107

Capítulo I

O MINISTRO QUE DUROU NOVE HORAS

A salvação do Brasil estava nas mãos débeis de um rapaz de quatorza anos, rebenho de Braganças, Bourbons e Habsburgos, nascido na nossa terra. Príncipe Brasileiro. Órfão que ficara quase como um refém da política maçônica ou maçonizada, quando o pai abdicara na trista madrugada de sete de abril. Flor da estufa de São Cristóvam, criara-se no convívio dos livros a de mestres rígidos, sábios ou freires, sem um sorriso de mãe, sem um carinho de pai, amoldando o caráter garmânico no estudo, na meditação, no silêncio e na malancolia dos vastos seixos desertos. Quase não brincava. Quase não comia. Nunca fizera uma garotada. Haviam-no preparado para reinar como um rai hábil, constitucional e brando do século XIX. Assim reinaria, mas com sua vonfade sempre alerta a o lápis fatídico com que marcava os canalhas sempre pronto. E reinaria quarenta e nove anos!

Por que reinaria tão fargo tempo? Por que levariam as forças ocultas maio centanário para destruir o Império e levantar ami seu lugar a sonhada República desde os pródromos da Independência?

Porque, independendo da vontade maçônica, se criara no povo brasileiro, ao sopro dos vendavais da anarquia do período regencial, uma vardadeira mística do trono. Com o tempo, essa mística se transportou para a própria pessoa do imperante, graças às suas qualidades pessoais. Essa mística* chegava ao ponto de um chefe maçônico da felpa de Teófilo Ottoni declarar o Imperador **Instrumento providencial** e querer, "por acordo universal" dos partidos e facções, o suprimento da idada para o fim da tutela. Como muito bem diz Otávio Tarquínio de Souza, biografando Bernardo Pereira da Vasconcelos, "o frono continuava a ser o grande princípio da unidade nacional (1)". Concordavam nesse ponto até os políticos mais contrários à Idéia da realeza.

Tão forte essa mística que pôde durar até a República. Veio mesmo aos nossos dias, mau grado todas as propagandas positivis-

tas. Os próprios homens que derrubaram a monarquia sotriam a sua influência. Como os bárbaros nórdicos que destruíram cheios de assombro e civilização romana e procuravam imitá-la, depois. A República botou ebeixo o Império a, para ter paz, recorreu a presidentes que haviam sido conselheiros do Império. Quintino Bocaiúva, de sangue pleito, venerável da maçonaria, um dos fundadores da República de 1889, exclameva: — "O Império foi e Paz!"

Dai a força que conseguiu ter logo de início o rapazinho da quatorza anos, assentado no trono graças ao golpe branco da Maioridade, unindo e salvando o Brasil. "Quando outros são crianças, era um homem (2)." Conhecia-lhe as qualidades da homem os que privavam no peço e muitos dos personagens mais influentes da política nacional. Desde certo tempo se esboçava nos bastidores o movimento que devia produzir a Maioridade. Os partidários desta, chamados **maioristas**, surgiam por todo o pente. Alguns eram movidos pela embrião de obter proveitos de uma mudança radical de regime para a qual tivessem contribuído. A eterna alegação dos serviços prestados. Muitos sentiam mesmo a necessidade natural de uma centralização do poder ente o panorama desoleido da enarquele nacional. A maçonarie iria agir, tirando o melhor partido possível dessa corrente. O jovem príncipe desejava o trono, cansado de regências e tutelas, aconselhado pelos seus íntimos, e mentinha comunicações mistarionas com os maioristas, iludindo o Regente do Império (3).

Contudo, à margem de "Biografia do Conselheiro Furtado" de Tito Freixo de Almeida, Sua Majestade o sr. D. Pedro II escreveu uma felta com o próprio punho esta glosa: "Eu não tinha a ambição de governar; sem a influência de gente que me carava, teria recusado." Dirla a verdade? O visconde de Sebóia refuta qualquer influências ocultas no ânimo do Imperador menor (4). Houva quem se pronunciasse da seguinte forma e seu respeito, vendo-o agir no momento da Maioridade: — "Não há dúvida, é Bregenza, o maninho tem ronhei"

D. Pedro II nunca tal maçon, nunca teve a menor ligação com sociedades secretas. As influências ocultas que o visconde da Sabóia naga haverem atuado no seu ânimo a às quais ele atirma, na glosa, ter obedecido, só podiam ser mesmo as da gente que o rodeava. Em primeiro lugar, o futuro visconde da Sepetiba, Auraliano Coutinho, cujos filhos eram dos raríssimos companheiros dos raríssimos folguedos infantis do Imperador. Brincavam, às vezes, com ele da soldado (5). Depois, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro. Joequim Nabuco atirma que o Imperador "tinha fascinação" por Auraliano Coutinho a acha que a "influência pessoal" deste, entre

1840 e 1848, e Maioridade a a Revolução Praiaira, é um dos "enigmas de nossa história constitucional (6)". A isto eduz Otávio Tarquínio: "o certo é que nenhum homem, nenhum político, em todo o Segundo Reinado, teve maior ascendância, maior força do que Aureliano Coutinho. Sem dúvida, o Imperador não saiu daí manobrar por ele; o menino do "quero já" tinha vontade a tate-a durente os cinqüenta anos de trono, mau grado a falsa opinião que se formou a seu respeito; mas o futuro visconde de Sepetiba, com as suas ligações palacianas a os seus contatos com o *corrillo da Joena*, nas célebres reuniões em casa do mordomo Imperial Paulo Barbosa, derribou sem dificuldades o gabinete de 24 de julho de 1840." Como ministro de Justiça, Aurallano Coutinho dissolvera, em 1834, os clubes e sociedades maçônicas. Mais tarde, expulsara José Bonifácio da tutorie Imperial a esse ederentes do paço, processando-os como réue de traição. Fez tutor seu amigo, o marquês de Itanhaém, preceptor seu amigo frei Pedro de Santa Mariana, bispo de Anemúl, mordomo seu amigo Peulo Barbosa. Os Andrades odiavam-no (7).

Apesar do que escrevera à margem de "Biografia do Condehalho Furtado", estando presente à leitura, no Instituto Histórico, da "Memória" da Trietão de Alencar Areripe sobre a Maioridade, D. Pedro II declarou que "não se recordava de ter sido Jamale procurado por alguém do paço para anunciar-se acerca de projetada declaração de Maioridade (8)." Lepois verdadeiramente espantoso em quam, como o Imperador, possuie admirável memória, capaz de guardar o nome de pessoas remotes que lhe eram apresentadas pela primeira vez. Anos apôs, se es encontrava, os repetia. A famosa memória dos Bourbons, cujo sangue lhe vinha da evô paterna, de Espanha.

A Maioridade não foi unicamente produto de vontade do órfão Imperial, nem da camarilha paladiana, nem destes ou daqueles, das-tas ou daquelas forças; mas urne resultante de vários fatores. Lançada a idéia, quando mais convulsos e perigosos eram os astertores da Regência, sue elaboração se produziu em duas faces: a dos etos secretos e a dos fatos notórios (9). Os moderados ou conservadores achavam-se no poder. Os liberais stavam de baixo. Estes queriam subir, derrubando aqueles. Tamanha paixão partidária os cagava que se mostravam os mais entusiasmados a astrênuos delaneiros do princípio monárquico, quando sua doutrina política era a qua mais dele se afastava, beirando a república, e quando condenavam sem remissão as doutrinas que bebiam, mais do que quisquiar outros, no selo das maçonarias e das buchas. Atitude paradoxal dos políticos demo-

liberais de todos os tempos. No seu artigo 121, a Constituição (a estava-se em cheio no período áureo das Cartas, cujo respeito faltista era pregado no mundo inteiro pelo maçonismo) declarava textual e clarissimamente: "O Imperador é menor até a idade de dezoito anos completos." Os conservadoras dasjavam a antecipação de Meloride-



D. Pedro II, Imperador do Brasil em 1840

de, mas sam farir de face o texto constitucional, por meio de uma reforma em regra do mesmo texto. Os liberais queriam-na mais depressa, apelando para o golpe de Estado. "A situação era violentíssima — escreve Cristiano Ottoni; os liberais estavam fora da lei, e

como recurso a Maloridade do Imperador se tornou popularíssima." Acrascenta que era uma **aberração**, mae naceárla...

Ao princípio, as forças secretas quiseram impedir a formação dessa onda de opinião pública. Convinha-lhes prosseguir a obra de astachelamento nacional, tão bem conduzida na Regência, desde a abdicação. Mas as correntes em contrário eram fortes. Não convinha muito contrariá-las de frente. Todavia, ainda lutaram um pouco antes de engroseá-las e tomar-lhes o comando, dirigí-las de dentro, como é da sua técnica. Já em maio de 1839, a "Aurora Fluminense", órgão maçônizadiasísmo, acusava Bernardo da Vaeconcaloe da tramar o fim da Regência com a Maloridade. Era o que ee chama hoje um **despliamento**, pois os fatos mostram que todos podiam traçar lesa, manos Bernardo de Vasconcelos. Enquanto isso, a "Sentinela do Serro", órgão super-maçônico dos Ottoni, que se publicava na Vila do Príncipe, batia-sa por uma Ragâcia composta pelo maçon Bráulio Muniz, o buchelro Nicolau Verguelro e o revolucionário contumaz Pale de Andrade...

Estas e outras acusações mostravam que os olhos maçônicos estavam vigilantes. A Nação anarquilzada, ansanguentada, enxovalhada exigia naturalmente uma centralização de poder, uma autoridade coordanadora da esforços e só via isso no pequenino soberano. Então, comprando a força dessa ansaio nacional, a maçonaria ia



B.P. de Vasconcelos

Bernardo Pereira de Vasconcelos

cenalizá-lo em proveito próprio, tomando nas mãos o estandarte da Maioridade e batendo-se por ele. Porém, ao mesmo tempo, os liberais que estavam de baixo em cima... A mesma técnica de 1930, noventa anos depois, quando um político maçom e bucheiro da República pronunciou a frase célebre: "Façamos a revolução antes que o povo a faça." Tática absolutamente judeica. Mas o triunfo salu às avessas tanto em 1840 como em 1930. O Imperador menino não se sujeitou a ser um títere maçônico e o Presidente revolucionário engoliu o fabrilmente da revolução...

A acusação da "Aurora Fluminense" em maio de 1839 podia não estar carta quanto a Bernardo de Vasconcelos; mas estava quanto ao fato em si, porquanto, em abril daquele ano, José Martiniano de Alencar, recenchegado do Ceará, começava a organizar uma eclatada malorista, Clube da Maioridade ou Sociedade Promotora da Maioridade, com Antônio Carlos, Martim Francisco, o padre Peixoto de Alencar, José Mariano, Costa Ferraria, Holanda Cavalcanti, Paula Cavalcanti, Manuel de Carvalho Pais da Andrada, todos maçons, bucheiros, areopagitas, republicanos, revolucionários. Antônio Carlos era o presidente. Agregaram-se mais tarde a este grupo inicial outros membros das mesmas organizações secretas: Teófilo Ottoni, José Antônio Marinho, Pinto Coelho, Gê Acalaba de Montezuma e o visconde de Abaeté. A ligação da sociedade com o paço se fazia por Intermédio de José Feliciano Pinto Coelho, depois barão de Cocais, maçon, que tinha entendimentos com o marquês de Itanhaém, seu parente e amigo do peito, tutor do monarca (10).

Discutiam-se os meios, o modus faciendi, para obter a elmejada Maioridade. Chegou-se a pensar em declarar o Regente ilegítimo, por ceber legitimamente a Regência à princesa D. Jenúria, então com dezoito anos de idade. Mas, em verdade, isto não resolvia o caso político. O "órfão nacional" é que precisava ser maior. As forças ocultas, segundo a sua diabólica técnica, não costumem contrariar certas correntes fortes de opinião: manobram-nas. Iam fazer a Maioridade, obter com isso a gratidão do jovem Imperante e tratar de conduzi-lo através de política do liberalismo parlamentar. "O liberalismo era novidade, a novidade importada, em cujas virtudes acreditavam, qualquer que fosse a nuances* de que se colorissem, conforme o temperamento individual, um Evaristo, um Feijó ou um Vasconcelos (11)." Todos eram liberais, tanto os que se diziam liberais como os que se titulavam conservadores; a Revolução Francesa envenenara com seus *Imortais princípios* aquelas gerações. Nem os homens públicos, nem o povo compreenderiam por que e para que o liberalis-

mo cria partidos e mata es tradições nacionais. Ninguém entenderia naquele tempo o profundo sentido da uma frase como este: "Pela tradição, qua é o espirito da Pátria e é a Continuidade proliera. Contra o Liberalismo, qua à o espirito de Partidos e é a instabilidae intrutosa (12)."

Judaísmo e maçonaria atuavam sob a máscara do liberalismo. Viviam a tripa torre da democracia-liberal, que é "um despotismo mal organizado", no qual "o rebanho conduz o pastor (13)." As correntes liberais, pois, confluíram para a Maioridade. Abandonada por inoperante e solução de príncipe Januário, o grupo de Alencar apresentou ao Senado, com as assinaturas deste, da Paula Cavalcanti, de Firmino de Mello e de Coata Ferreira, pela palavra de Holanda Cavalcanti, dois projetos da lei: um declarando o Imperador menor; o outro criando o Conselho Privado da Coroa. Dava-se a Maioridade fiscalizada. Em 1842, um dos protótipos da revolta maçônica era a criação do Conselho de Estado. Conselho, sim, mas para ele. É preciso não esquecer que os propugnadores meçons ou bucheiros da emancipação de D. Pedro II haviam surgido quase ao mesmo tempo que a Idéia de uma ditadura legal, levada à Câmara em agosto de 1839 pelo deputado Barreto Pedrosa. Essa ditadura não seria absolutamente do agrado das forças secretas. O melestar neonatal exigia remédio energico e urgente. Ou vinha a ditadura ou vinha a Maioridade. Dos males o menor. Eles ellaram-se à Maioridade. Bem sentiu Isto Melo Matos ao escrever que, para muita gente, a Maioridade não passava de simples pretexto para assaltar o poder com seu masquinho egoísmo (14). Os partidos políticos porflavam em "abrir um largo crédito na gretidão do maninho que subiria ao trono (15)."

Os dois projetos lidos no Senado no meio do mês profundo silêncio, na sessão de 13 de maio de 1840, figuraram na ordem do dia da da 20 do mesmo mês. Houve idêntico aplauso. Somente o marquês de Peranaguá, deixando a presidência, foi à tribuna e defendeu as medidas. Passou-se logo à votação: 18 votos contra; 16 a favor. A silenciosa rejeição demonstrava que existia uma corrente política anti-maiorista. Ela polarizava-se em torno de um grande lutador de arena parlamentar: Barnardo Parreira de Vasconcelos. Esse homem é um mitário no avante da Maioridade. "Anta-mural da onde maiorista", no dizer do seu biógrafo, participou do aplauso geral do dia da apresentação dos projetos e não compareceu à sessão em que foram rejeitados.

1. Por quê?

Otávio Tarquínio da Souza dá esta explicação: "Parece certo que houve de sua parte hesitação a raspeito, sobretudo quanto ao momento da declaração. Na sessão da 21 de junho, Vasconcelos antenidia que a Maioridade seria o remédio dos males que assombravam o país, mas no tempo mercado pela Constituição; a 8 de julho, declarava que ainda não tinha tomado uma resolução definitiva; a dias depois, nas vésperas do golpe de Estado, queria a Maioridade, daí aí, mas acima dos partidos, não ficando o Imperador a dever nada a um ou outro, queria-a como uma necessidade do país e só a admitia por um golpe de Estado, se tivesse a aceitação da Nação. Julgava, porém, indispensável que se criasse antes um Conselho de Estado, se fizesse a reforma dos códigos, se implantasse a disciplina no Exército, se reformasse a administração da Fazenda. "Voto contra a Maioridade sem garantias para o trono e para o país. Sam estas garantias, eu hei de opor-me à Maioridade enquanto tiver voz... Falarei 600 mil vezes... E não recebo o desagrado do Imperador, não recebo a indisposição Imperial. Quero incorrer nela, se ela pode dar-se, para salvar o Imperador e as liberdades do meu país." Depois deste discurso, os oponentes da Maioridade já sabiam onde buscar o homem que não receava desagradar o Imperador (16)."

Pelo que se vê, Bernardo de Vasconcelos hesitou antes de tomar uma atitude firme. Analisando seu papel na questão da Maioridade, tam-se a impressão da que ele contrariava fundamentalmente a corrente maiorista, sobretudo a ala maçônica, e até outras correntes políticas. Tanto assim que o golpe de Estado da Maioridade como que foi apressado para evitar sua permanência no poder. As medidas que ele desejava fossem tomadas antes de sair tornar o Imperador maior eram patrióticas e lógicas. Elas visavam a criação de um esforço político-jurídico-administrativo, de uma hierarquia necessária num país onde a anarquia tumultuaria das facções tudo havia destruído, fazendo tabula rasa de todos os valores (17).

O papel de anti-mural do movimento maiorista era antipático. O maçonismo lançara pela sua imprensa a propaganda desse meio de salvação nacional. Bernardo de Vasconcelos arcou com essa antipatia. Daí aquela indignação contra ele, testemunhada pelo reverendo Kidder (18).

À frente do movimento maiorista estavam notoriamente os Andrade e seus amigos. Isto é, da mãos dadas, judaísmo, maçonaria e bucha. Um Andrade, o esguio e ambicioso Antônio Carlos, presidia o Clube da Maioridade. Outro era o fac-totum no parlamento: Martim Francisco. Quando o Senado rajitou os projatos e se cuidou de

praparar o golpe de Estado com o davido assantimanto do órfão Imperial, a missiva qua lha enviaram foi dasta modo formulada: "Os **Andradees e seus emigos** (19) desejam tazer decretar pelo corpo legislativo a maioridada de Vossa Majastade Imperial; mas nada iniciarão sem o consentimanto da Vossa Majestada." A resposta qua velo razava assim: "Quero a estimo muito que esse negócio seja raalizado pelos **Andradees e seus emigos** (20)." Serviu da lava e traz o gantil homam Bento Anlonio Vahla. Comprovam asles tatos o teste-munho da Teófilo Ottoni e as próprias atas do Clube de Maioridada (21).

Não sa pode afirmar que Bernardo de Vasconcelos fosse maçon. Sua nome não aparece nas listas dos pedreiros livres notórios. Em toda a sua vida, somanta pudamos apanhar uma ligação suspeita: a intimidade com o banquelro judeu **Samuel Phillippe**, que D. Pedro I deixera como procurador no Brasil (22). Essa intimidade deu na vista. "Falou-se muito em um pagamento mandado fazer por Vasconcelos, quando ministro da Fazenda, ao egante da colonização Gachet; e murmurou-se que não tinha ascrúpulo de ser amigo íntimo do judeu Samuel (Josué Samuel ou Samuel Phillippe), o banquelro Intermediário das remessas de dinhalro para Londres; de ser emigo ao ponto de servir-se da carruagem do judeu... (23)." Do caso Gachet, Bernardo da Vasconcelos defendau-se com vigor em artigo do "O sele de abril" da 13 da dezembro de 1834. O semita, naturalmente, se infiltrava na intimidade do grande homem público, que tinhe negócios particuleres, como se sabe, despravando do perigo judicial, para usar e abusar disso e seu talante.

A cesa bancária da **Samuel & Phillipps** empreslara ao Governo Brasileiro, em favareiro de 1839, e quanilla de £ 312.500 a tipo 7%, um roubo, juros de 5% e prazo de 30 anos. Recebemos dessa soma, graças ao tipo a às comissões, £ 237.500 e pagamos, com o tempo, £ 503.000. Foram três mil a seiscentos a tantos contos, ao câmbio da época, que nos custaram cerca da dez mil. "Era raganle do Império Pedro da Araujo Lima a ministro da Fazenda Miguel Calmon du Pin a Almeida, dapols marquês de Abrantes. Havia déficits em três orçamentos: Fazanda, Marinha e Guerra (24)."

A não sar Isso, Vasconcelos paracla sam ligações com forças ocultas. Diziam-no atá inimigo dos Ingleses, contrário à atuação da Grã-Bretanha na questão do Irálico da escravos. Condenara a venda da vlnle milhôas de diamantes aos judeus Ingleses e a cassão gratulla a estrangairos das terras do rio Doce, com suas mlnas, insurgindo-sa veementamente no Conselho Provincial da Minas Garais, conforme o

testemunho da Taófilo Ottoni. O reverendo Walsh, que escreveu sobre o que viu no Brasil do Primeiro Reinado, atesta isso (25). Em 1826, combatia as Idéias abolicionistas que já tinham à frente homens ligados às sociedades secretas como Vargueiro. Considerava a escravidão necessidade imperiosa ao desenvolvimento do país e não cerrava filhais com os que a contrariavam sob a capa da ideologias humanitárias, disfarce dos fins político-econômicos que o judaísmo internacional **colmeava**,* manobrando seu pupilo, o Governo Inglês.

Formado em Coimbra, liberal como os homens de seu tempo, parlamentar realista, objetivo, prático, pragmático, moldara seu espírito nas doutrinas correntes no século XIX. Naturalmente se batia por elas; mas a maneira independente por que o fazia não parece demonstrar laços com os maiores ocultos. Talvez tivesse pertencido, como Gé Acelaba, à Gruta ou à Jardinalra, que eram as *buchas* da tradicional universidade portuguesa. Nenhum vestígio, porém, se encontra desse na documentação de sua vida.

Alliás, é curiosa e significativa a antipatia que o cerca, o vigor com que o combatem e a oposição que lhe fazem. Sobretudo os cornecas do maçonismo. Antônio Carneiro em 1832. Felijo em 1837. Na questão do elemento servil, tem de defender-se palmo a palmo contra grupos de opositores. Na pasta da fazenda, em 1832, atacam-no desabridamente. Na revolução da Maioridade tem-se a impressão de que essas forças ocultas apressaram com medo dele... Medo sobretudo que sucedesse, naturalmente, na Regência, a Araújo Lima...

O Menino Imparcial estava de mãos dadas com os conspiradores. Chegava ao ponto de disfarçar seus cochichos com os deputados maioristas, logo que alguém se aproximava. Os Andrade e seus amigos trabalhavam de acordo com D. Pedro II. A obra era realizada em absoluto segredo maçônico, exigindo um juramento especial pelo Clube da Maioridade (26). A rejeição do projeto no Senado levara os maioristas, numa reunião em casa de Firmino da Malo, à resolução de, por todos os modos, excitar o público em prol da medida. Chama-se a isso hoje criar um clima revolucionário. Lançou-se a Idéia na Câmara, num discurso de Álvares Machado, aspirando-se e observando-se as reações que provocava. Davam-se vivas frenéticos à Maioridade onda quer que Sua Majestade aparecesse. Gatafunhavam-se nas paredes quadriphras fáceis de decorar, como as de certos anúncios atuais, sobre D. Pedro II maior. Espalhavam-se boletins e panfletos. Propaganda organizada.

Quando se discutia o assunto na Câmara, as galerias se aninhiam com uma claque de figuras sinistras, fingindo da povo. A mesma patuléia das desordens da 1831, 1832 e 1833 (27). Muitos rostos ostentavam cicatrizes ganhas na célebre Noite das Garrafadas. Em todas as épocas, em todos os países e em todas as ocasiões nascidas, essa mesma canalha das ruas aparece. É ela que passa pelo povo soberano. Poderia ser com a máxima propriedade etiquetada com a rubrica de **povo maçônico...**

Para o velho maçom José Climente, corifeu de conjuras, o golpe revolucionário era inevitável. Ele conhecia, de longe, pelo cheiro, a preparação do clima. O governo regencial advertido, estava alerta; mas era indeciso, fraco e também minado pela maçonaria. José Climente contrarieva-o. Não se sabe bem porque ela estava no *Index* dos liberais maçons, como se depreende de que escreveu à pg. 11 da "Biografia de Teófilo Ottoni", seu irmão Cristiano Ottoni.

Na sessão da Câmara de 20 de julho de 1840, Límpido Abreu, que era maçom, mas não dos mais graduados e ao par dos segredos da seta, conforme confessou, penitenciando-se, no Conselho de Estado, ao tempo da Questão Religiosa, como veremos oportunamente, propôs a nomeação de uma comissão para indicar com urgência o melhor meio de dar maioridade ao órfão Imperial. Mais realista do que o rei, Rocha Galvão pediu a decretação de Maioridade por aclamação da assembléia. A maioria dos deputados, embora não muito grande, era contrária ao que se projetava de afogadilho.

Além da proposta de Límpido Abreu, havia sobre a mesa dois projetos de Martim Francisco: um convidando o Senado para deliberar juntamente com a Câmara; outro declarando a Maioridade desde já. E ainda um de Antônio Carlos neste sentido. Era um verdadeiro bombardeio de proposições maioristas.

Para o projeto de Antônio Carlos se requereu urgência na sessão de 21 de julho, no meio de discursos inflamados. O parecer da comissão especial instituído por Límpido Abreu, verdadeiro recurso protelatório, não impediou a votação da urgência. Venciam os maioristas decididos. O Regente Araújo Lima era homem de meias medidas. Seu ministério, cuja figura principal era Paulino Soares da Souza, não se recomendava pela energia nas decisões. "A conjuração estava triunfante: lograra naquele dia maioria da Câmara, a opinião popular habilmente explorada simpatisava com o plano a já o ruido das armas denunciava que chegara aos quartéis a trama maiorista (28)." Era preciso enfrentar os acontecimentos a, se não impedir a maioridade, adiá-la. O Areópago do Primeiro Reinado, o maçonismo-buchairo da

Independência a de Abdicação, es valhas Academias Secretas da Pernambuco colonial, vanciam outra vez um partido, tendo à frente, como mímica rediviva dos conciliábulos da Guarda Velha, o mesmo Antônio Carlos de todos os tempos, cujo nome se destinou no Brasil à trama de revoluções Impatrióticas visando o Interessa pessoal aliado ao das forças ocultas...

O Governo lambrou-a, na dura amargância, da Bernardo da Vasconcelos. Araújo Lima mandou José Joaquim Rodrigues Torras, o futuro viseconde de Itaboraí, buscá-lo em casa altas horas da noite da 21 para 22 de Julho da 1840. Oferecia-lha a direção política do Governo de Regência na peste do Império. Em vista do parlgo que corria o trono, ameaçado, na opinião dos prudentes que ainda não conheciam o astuto de que era falso D. Pedro II, da cair nas mãos dos **Andrade e seus amigos**, Bernardo de Vasconcelos, conforme confessa na sua "Exposição", não hesitou um instante. Aceitou a pasta e propôa de antrada a medida drástica para aceber com a agitação: o adiamento da Assembleia.

O decreto respectivo foi expedido e o mancebo Imperial ecolheu amavelmente o Regente, quando lho foi comunicar, essentindo em tudo. Por trás, porém, recebia uma deputação dos parlamentares maioristas e dava-lhe satisfação o seu apoio. A resolução de Bernardo de Vasconcelos estourou como uma bomba nos arraiala maçônicos. Os ânimos se inflameram com equela surpresa ministerial. Bastava pronunciar o nome do novo ministro na Câmara para que os deputados se exacerbassem.* Gritavam possesas no recinto: — "Calúnial Treição! Governo conspirador!" (29). O povo maçônico alvorotava-se em berreiro a capoairegens. Que desafogo! Adlar uma essembléia já preparada para um resultado político certo...

Os Andrade e seus amigos compreenderam logo que não era possível a menor indecisão em face de que tal medida governamental. Se perdessem um momento, perderiam a partida, porque o novo ministro do Império era homem de saber, de vontade e não escravizado, pelo menos da todo, às lojas. Dei o grito teatral da Antonio Carlos: — "Quam é patriote e brasileiro sige comigo para o Senado!" Sentira a Câmara Inclinada a esitar sem tuta o seu edimento. Ia procurar apoio nos Paix Conscritos, vitalícios, solenes, Indissolúveis. Grupos de deputados e magotes de claque maçônica invadiram, vociferando, o velho paço do conde dos Arcos. Os conjurados egiam sentindo-se apoiados na sombra pelo Imperador Menino, pato comando das armas, pela Academia Militar e pela Guarda Nacional. Tinham muitos trunfos na mão...

A reunião parlamentar mista no Senado foi tumultuosa. Partiu para São Cristóvão uma comissão verdadeiramente maçônica, parecendo escalhada a dedo pelo Grande Oriente, toda a velha guarda do Bode Preto: Lege, Vergueiro, Alencar, Paula Cavalcanti, Holanda Cavalcanti, Antônio Carlos, Mertim Francisco, Gê Acaíaba de Montezuma. Atiné, nada mais, nada menos do que ainda e sempre os **Andrades e seus amigos...** Foi precedida e anunciada pelo médico J. C. Soares de Melo. Curve-se reverente diante do rapazinho aprumado no seu dourado fardão de admirante. Fez Antônio Carlos, despejando os chavões maçônicos: as entranhas dilaceradas da pátria, a selvação do trono, a liberdade dos povos, a vontade popular tendo força de lei, os direitos do homem. Implorou pro-fórmula aquilo que já sabia que o jovem queria e já: a aceitação imediata da coroa.

Enquanto Sua Majestade ia refletir sobre o que devia responder, como se desde três meses não estivesse comprometido com aqueles homens, chegavam ao peço o Regente e o Ministério. Vinham comunicar-lhe que o adiamento da assembleia visava o preparo solene da aclamação no próximo dia 2 de dezembro, seu aniversário natalício; mas, como se estivesse dando aquela agitação parlamentar e popular, desejavam saber se Sua Majestade queria ser aclamado nequela data ou já. O Governo cedia ao empuxo dos acontecimentos. O Menino Imperial, que sabia estar a outra comissão, e dos parlamentares maçônicos, à espera de resposta noutra sala, que conhecia a disposição das tropas e que certamente recebia os conselhos de Aurélio Coutinho, decidiu com a melhor calma de este mundo:

— Quero já!

E ordenou ao Regente, como se já imperasse, livre de tutelas:

— Convoque as Câmaras para amanhã.

A vontade do rapazinho de menos de quinze anos, graças à atuação das forças secretas iludidas com o pensamento de o Irmão manejá-lo a seu bel-prazer como um bonequinho fardado, graças ainda ao medo da energia e das menobras de Bernardo de Vasconcelos, o que apressou a eclosão do golpe, prevalecia, assim, contra o texto claríssimo do artigo 121 da Constituição do Império e contra a investidura legal do Regente. Diante de Manifestação categórica desse voto, Bernardo de Vasconcelos pediu demissão, logo após referendar o decreto de convocação das Câmaras. Mesmo depois disso, o maçomismo suspeitava que maquinasse resistências. O ministro declarava ceder para não levar o país à revolução. A maçonaria, contudo, assoalhava pela boca de seus tribunos que ele veria derramar o sangue brasileiro com um sorriso nos lábios. Qualificava-o com os

maia torpaa apitatos. E Antônio Carlos, furioso, espumanta, esquecido de que Bernardo de Vasconcelos era um tabético, Indefeso, ou por isso mesmo, amacaçava-o fisicamente. Havia multa Inveja e profundo ódio contra o homem pere quem a Regência apelara nos últimos estertores de agonía.

Bernardo de Vasconcelos foi ministro somente durante nove horas. Os Andrades e seus amigos não o deixaram esquartar o lugar. Mas aquele maninho que, hipocritamente, eles aclamavam como o único remédio aos males do país, segundo observeve Teófilo Ottoni, o asquartaria por meio século, aendo preciso longo e pertinaz trabalho das forças ocultas para arrancá-lo do trono. Eles pegariam caro o seu engano. Ocasões dos **Andrades e seus amigos** branquejaram esquecidos no fundo dos sapulcos quando as forças de que foram servidores conseguiram derrubar o encanecido sr. D. Pedro II. O Imperador foi mesmo o salutar remédio, que eles apregoavam, mas, no fundo, não esperavam, nem querem. A comédie político-mecânica de Meloridéde pronunciava a grande época de Paz Imperial.

No dia 23 de Julho de 1840, o jovem soberano jurou observar e fazer observar a Constituição que ele próprio rasgara no artigo 121. Era natural que desde já se hiperbolasse seu Poder, embora alcunhado formalisticamente de Moderador, porque: "Desengenem-se os monarcas, se elas querem a conservação do Trono, não querem Certa, e, se querem Certa, não terão segure nem a majestade nem a existência do Trono. Certa, nam serve ao Rei, nem serve aos Povos; nem serve ao Rei, porque é fazer da um soberano um fantasma de poder, coartando-lhe, ou extinguindo-lhe todos; não serve aos Povos, porque em lugar de extinguir e Tirante (como prometem os Revolucionários) multiplica os Tiranos (30)." A mesma lição aqui presente acrescenta que "a divisão de poderes é o sapulcro da soberania." "Nunca o Povo se diz Soberano — doutrina Fral São Boaventura — (31) para outro fim do que para calir nas mãos de um punhado de aventureiros, que destaria lha fazem a boca doca enquanto bem a salvo, e a despeito de moral cristã, e dos princípios mais vulgares da decência, vêo anchando a bolsa."

D. João VI, com sua rematada finura, adivinhara o punhado da evanturarios a acorralhara ao filho estouvado que tomassa a coroa antes que elas dela se apoderassam. Elas antraram em cana na Abdicação de 7 de abril de 1831, perturbarem o período regencial e agora querem dominar outra vez. Mas perderiam também e parada. Como o pal, seguindo a lição do avô, D. Pedro II pôa a coroa na cabeça. A 18 de Julho de 1841, um ano depois do golpe da Maior-

dade, seria sagrado Imperador do Brasil. Essa sagrada implicava sua identificação simbólica com a idéia-mãe da Pátria, porque coloca a pessoa do imperante num plano inviolável, superior, inecessível às maledicências e injúrias, que são o preparo do caminho para o atentado e para o destronamento, como se viu na Abdicação e se verá nos pródromos da proclamação da República. Porque a injúria ebate a Majestade até a queda definitiva. "Um rei a quem se ultraja é um rei que se imola (32)."

D. Pedro II ia mostrar aos Andradistas e seus amigos que se não deixaria imolar senão depois de velho, quase à beira do túmulo. Eles, os autores da Maioridade, com a mesma hipocrisia com que haviam feito a abdicação, é que eram imolados a breve prazo. O primeiro ato do Imperador Maior desanuvia de espíritos, é um ato de simpatia: anistia geral. O Soberano não queria vingar egravos ao Órfão. Pelo menos com publicidade... O novo ministério constituir-se a 24 de julho de 1840: Antônio Carlos na pasta do Império; Martim Francisco na da Fazenda; Límpio de Abreu na da Justiça; Holanda Cavalcanti na da Marinha; Paula Cavalcanti na da Guerra; Aureliano Coutinho na de Estrangeiros (33). Salvo o último, na íntegra, os Andradistas e seus amigos...

Era o grupo que estava de cima. Antônio Carlos dirigiu a política. Barnardo de Vasconcelos durara no poder somente nove horas para ser substituído pelo seu inimigo desde 1832. Mae, naquele gabinete andradista, o Imperador matara pesece sua, do peito, o conselheiro das Intimidades palacianas, o angloma de Nabuco, Aureliano Coutinho. Teófilo Ottoni denominou o "princípio dissolvente". Seria o cupim destinado a devastar ellancosamente o prestígio e a força do maçonismo que se julgava vitorioso. Roerla aos poucos todo o miolo daquele moldura dourada. Antônio Carlos permaneceu no governo oito meses. E, depois desse prazo, a Maioridade deixou de ser e dos seus sonhos, apesar dos esforços que fez para se conservar no alto, não recuando diante de nenhuma medida tirânica: derrubadas cruéis de funcionários, perseguições tenazes da adversário, eleições realizadas e caçete e não a votos, como se dizia. Cade liberal — observou admiravelmente um pensador — tem o estofado de um tirano...

A 9 de março de 1841, o ministério todo era despedido. A dissidência começou na questão do Rio Grande do Sul revoltado. O maçonismo-bucheiro iria recorrer às armas para tutelar o monarca. A atitude de Antônio Carlos tornara-se suspeita em relação ao Sul ainda em ebulição carbonária. São Paulo e Minas Gerais foram atredos à revolução, em 1842, sob pretextos fúteis: cumprir a Constituição de

formada por novas medidas, libertar o Imperador dos áulicos que o rodeavam. Alagões indefensáveis da parte de muitos que haviam rasgado a mesma Constituição, quando da Maioridade, no seu artigo 121, porque isso lhes convinha. A anárquica Representação da Assembléa Provincial de São Paulo intitulava os áulicos "mandões" e "rufiões". Bastava para isso não serem mais dos amigos dos Andradadas, cassando-se os diplomas de vedor e camariata de Antônio Carlos e Martim Francisco. Acontecia-lhes com D. Pedro II o que lhes acontecera com D. Pedro I. A repulsa depôla da elevação. Incontroversamente, no lundo, dominaria Aurellano Coutinho até chegar em 1847 à presidência do Conselho de Ministros.

Bernardo de Vasconcelos, o ministro que durara nove horas e tivera o condão* de assombrar a maçonaria, apressando o golpe da Maioridade, viveu até 1857, colaborando eficientemente, no Senado, na conservação e defesa do regime. Quando, por Intermédio de Aurellano Coutinho, o Imperador deu o tombo em Antônio Carlos, Bernardo de Vasconcelos apoiou o novo gabinete constituído e 23 de março de 1841 com Araújo Viana na pasta do Império, Paulino de Souza na da Justiça, Miguel Celmon na da Fazenda, Paranaguá na da Marinha, José Clemente na da Guerra e ainda Aurellano na da Estrela.

Esse pugilato dos conservadores realizou de certo modo, apesar de suas ligações maçônicas, uma obra eliciente e realista, criando o Conselho de Estado, que foi como que uma cúpula do regime, reformando o Código do Processo Criminal e decretando outras medidas patrióticas. Durou até 20 de janeiro de 1843. Ergueu as primeiras muralhas da Paz Imperial sobre os alçances da Maioridade. A cabeça penaante da nova ordem de coisas era, quase ocultamente, aquele ministro que durara nove horas. "Dele, da sua bagagem de político realista, vieram as grandes medidas conservadoras, sobretudo a lei de 3 de dezembro, que "durante quarenta anos manterá a solidade do Império (34)."

Sua ministério durou nove horas. Sua obra durou mais de vinte e cinco anos. As forças ocultas, negativas a destruidoras, são inimigas das obras da duração. Filhas da mentira, vivam do efêmero.* Revolucionárias, no dizer do convencional, como o antigo Saturno, devoram os próprios filhos.

Capítulo II

O REI, O VICE-REI, O MÁGICO E OS PATRIARCAS INVISIVEIS

O ministério liberal-maçônico da Maioridade procurou agüentar-se à custa de mil tranqüilberrias políticas, mas calou fragorosamente. De nada lhe valeu ter mudado quatorze presidentes de província, ter feito o Governo atuar como um verdadeiro diretório de partido e não como órgão político-administrativo superior, ter suspendido às dúzias os juízes de paz, ter admitido em massa os funcionários adversos e ter realizado eleições a cacete. "Quem se mete com crianças — disse Antônio Carlos ao Irmão, am plena reunião ministerial, ao apresentar a demissão do gabinete, logo aceita — amenheca molhado..."

O menino recebera o poder da mão daquela gente, mas não seria com ela que iria dar solidez ao Império. Sua Majestade arranjou outra orquestra ministerial, o gabinete de 23 de março de 1841, composto da nata conservadora, gente capaz e com certa unidade de vistas: o marquês de Paranaguá, o futuro marquês de Abrantes, os futuros viscondes de Sapucaí e do Uruguai, o velho José Clemente, e ainda e sempre o futuro visconde de Sepetiba, como pessoa de casa. Havia entre ales maçons, porém menos ardorosos, menos comprometidos, mais livres do que os Andradas e seus amigos. José Clemente, com a idade, já não era o mesmo freqüentador assíduo das lojas. Taxavam-no até de absolutista. Miguel Calmon, católico praticante, com capela am casa, era um maçon tão cago e pouco disposto a certas coisas qua, sendo anos mais tarde chefe de maçonaria brasileira, foi necessário provocar nela a cisão de Saldanha Marinho, a fim de Granda Orienta poder agir no sentido que entendia. Os novos ministros tinham prática da administração. Iam realizar a obra de seu colaborador máximo, embora excluído do Governo pela inimizade passoal de Aureliano Coutinho ou pelo ronhe do mancebo Imperial. Esse colaborador máximo era Bernardo de Vasconcelos, o ministro das nove horas. "O primeiro ato do Podar Moderador depois da

Majoridade foi uma extensão abusiva de suas atribuições, que enfraquecendo o ministério liberal precipitou a volta dos homens das leis fortes." Causou grande Irritação o malogro dessas esperanças liberais (1).

A Paz Imperial iria solidificar-se nas medidas por que Bernardo de Vasconcelos se bateria, sempre preconizara e o ministério conservador realizaria patrioticamente: as leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841. Ele era um dos "homens das leis fortes". A primeira restabelecia o Conselho de Estado suprimido pelo Ato Adicional; a segunda reformava o Código do Processo de 1832. Uma dava à Coroa o apoio das luzes de varões ilustres e acentuava uma cúpula magnífica sobre o edifício Imperial. A vitaliciedade dos conselheiros era um penhor de tradição, Independência e continuidade proveitosa. A outra armava o Governo contra a anarquia, encorajando-o e pondo-lhe uma espada na mão. "Só o romantismo jurídico negará que a lei de 3 de dezembro de 1841, dando ao Império uma armadura que o defendeu durante quase meio século contra os ataques de toda a espécie, foi sem contestação um expediente genial (2)." Por isso a gíria maçônica contra ela foi de ensurdecer...

Os Andradistas e seus amigos, apelados do pôrdo e decepcionados com a atitude do menino que os molhou, apelaram para a revolução. Os discursos de Antônio Carlos, depõe Pinto Junior, arrancavam lágrimas aos auditórios. Contavam para lesos com o governo provincial de São Paulo. Daí o ódio quando o mudaram. Se o maçonismo-buchelro não conseguisse o poder pelas armas, lá se ia de águas abaixo o longo trabalho de desagregação liberal do Brasil. E a reação armada contra o que os jornais liberais maçonzados chamavam o regresso viria de Piratininga, foco da Bucha, das montanhas minerais, loco da maçonaria. A revolução de 1842 foi a primeira onda lançada pelas forças ocultas contra as muralhas do Segundo Reino. Ligava-se, como se verá, à onda carbonária* dos Farrapos que fervia no Sul. O que mais irritara os maçons destituídos do poder fora a reforma do Código do Processo. Não se podiam resignar a admitir essa verdadeira Lei de Segurança do Império. O Código do Processo Criminal de 1832, que sucedera às velhas Ordenações do Reino, era o tipo acabado da lei liberal-maçônica que desarma o Estado em face dos elementos perturbadores. Judicatura de Paz eletiva com atribuições policiais e judiciárias. Justiça criminal resultante do sufrágio popular. Fragmentação da autoridade enfraquecida por depender do voto. O Governo sem sombra de controle ou força sobre essa justiça.

O astado da dasordam permananta do paríodo regencial se devia em boa parte a samalhante código.

A reforma da 3 da dazembro de 1841 reagia contra esse afrouxamento da **discipline social** a vinha defandar o princípio da eutoridadada. Dasda 1838, Bernardo da Vasconcelos a propusera ao Sanado. Promulgada, foi madonha a gritaria liberal. As duas grandes provincias do centro-sul correram ás armas, proclamando em saus manifestos que se insurgiam pela Constituição contra as leis que e violavam, e do Conselho de Estado e a da reforma do Código do Processo. Bucha a maçonaria sablam que com tais lals, sobratudo com a última, o reglma sa esabilizaria, como sa astabilizou, por meio século. E, naturalmente, "o homam visado acima de todos pela revolução liberal de 1842 fol, pols, Barnardo da Vasconcelos e o que sa pretendeu fol destruir e sua obra, reputada funesta, perniciose, atantetória de todas as liberdadees... (3)"

A Câmara dos Deputados eleita para 1842 resultave do cacete dos **Andrades e seus amigos**, não do voto livre, tão apregoado como e essênciada regimeis liberais. Tinha de ser contrário eo ministério; mas faltava-lhe a força moral. Dissolveu-se, depois das sessões preperatóriae. Recorreu-se a novae eleções que só deram Câmara para o eno de 1843. Essa gota de água fez transbordar o copo cheio.

A maçonaria começoa a criar o clime revolucionérilo. "Uma oposição sob o mento de partido político (4), desesperada de Impor pelo seu diminuto número suas pratensões ao poder sustantado pela maioria nacional, é que em illegalecomícios agita os ánimos e perturba a paz social (5)." Em primalro lugar, a ameça de revolução, a ver se o Imperador cede. A 5 da Janeiro de 1842, verdadeira embalxada da Bucha paulista aprasanta-se na Corte: o mistaroso Nicolau Pereire de Campos Vergualro, Iluminado dos templos da Alemanha, amigo e protetor da Júlio Frank, o brigadairo José Pinto Gavilão Peixoto e o coronel Antonio de Souza Quairoz. Traziam enérgica representação da Assambléa Provincial de São Paulo, padindo ao soberano a revogação dsa novas leis. O ministro Araújo Viana comunicou-lhe qua o monarca a não racabarla, porqua o documento da que era portadora ofendia à Constituição e aos supramos podaras do Estado. Com alalto, estes aram all tratados da "maneira dascomposta e criminosa". A Assambléa paulista, já devidamanta enfartada de buchelros, pois a fábrice de **Judeus artificiale** funcionava pelo manos desda 1836, declarava a reforma do Código e o Conselho de Estado contrários à Constituição e opressivos das libardades públicas. Pedia sua supresão temporária atá que nova Câmara revogassa as leis da sua cria-

ção. Usava de expressões deste jargão: "O infama Conselho da Estado, composto de Vasconcelos, Honório e outros que tais (6)." Ao Governo denominava: "Ministério coberto de nódoas (7)." Este, como era natural, barrou o caminho a semelhante embalizada. "Os três chafes liberais, desenganados de podar chagar à presença do soberano e nem sequer vendo recebida por ele a representação da qual eram portadores, retornaram imediatamente a São Paulo, onde logo depois estalava a revolução (8)."

Deende a dissolução da Câmara que a conspiração se articulava nos besteiros da Bucha e da maçonaria. São Paulo tomaria a tarefa do movimento. Minas Gerais seguiria-lhe, impulsionada pelo dinamismo maçônico dos Ottom. O Rio Grande do Sul, ainda em ebulição, serviria para que dali se não pudesse retirar os corpos do Exército. Havia probabilidade de adesão do Norte, sobretudo das províncias onde os maçons tinham maior influência: Bahia, Pernambuco, Ceará. Já se desenhava ali o triângulo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, armando e desarmando ligas contra o Poder Central, ao sabor de interesses ocultos, que a federação republicana fortaleceu para levar o Brasil às revoluções de 1930 e 1932, com grave prejuízo da unidade nacional. A boataria fervilhava pela cidade. Não se cochichava outra coisa na rua do Ouvidor, centro de elegância, desocupação e comércio. Em casa de certos políticos em evidência, reuniam-se à noite **clubes secretos**. Falava-se de misteriosos conluios de INVISÍVEIS, membros de uma nova ecclade secreta em que tão grande era o segredo que eles se não conheciam entre si. Articulavam-se todos os clubes secretos do Rio, Minas e São Paulo. Os da Corte deviam tentar um rompimento, que seria vitorioso por estar a cidade desguarnecida. A maior parte do Exército combatia nos pampas. O que havia de soldados na capital do Império, inclusive os próprios Permanentas (Corpo da Polícia), seria fatalmente ampregado contra os rebeldes paulistas e mineiros. Tudo se combinava em profundo sigilo, segundo opinava a polícia carioca: "Os conspiradores, em um país onde há tantos meios de conspirar para assim dizer publicamente, não têm necessidade de confiar a parte criminosa de seus projetos a papéis que depois lhes possam servir de documento. Os cúmplices são bastante intelectuais para guardar o segredo, e acresce que os mais doidos só sabem da parte que lhes é encarregada, e muitas vezes só recebem instruções vagas, mesmo sem saberem que servam a um plano concentrado de revolta (9)." A polícia daquele tempo compradia, assim, admiravelmente a maneira insidiosa e terrível com que obriavam as forças ocultas.

O quartel-general dos INVISÍVEIS era São Paulo. Supremos diretores de Bucha, intitulavam-se PATRIARCAS INVISÍVEIS. Os Andradas eram patriarcas da Nação; a Invisibilidade provinha de Bucha, que ninguém suspeitava. No recesso desse "intimíldade", como diz por eufemismo* uma testemunha, se assentavam plenos e candidaturas políticas e mendava discricionalmente o brigadeiro Rafeal Tobias de Aguiar, um dos protetores de Júlio Frank, cujo pseudônimo nos altos círculos bucheiros era O REI. Seu imediato, o dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, lante da Faculdade de Dírito, usava o título de VICE-REI (10).

O retrato que nos ficou do VICE-REI mostre uma fisionomia flagrante de cristão-nova. Foi, segundo os contemporâneos, homem de "tumultuosas competições políticas". Exerceu o mandato de deputado. Era orador fluente. Secretariou o governo provincial de São Paulo de agosto de 1840 a partir de 1842, tempo em que preparou a revolução. Um dos PATRIARCAS INVISÍVEIS de maior prestígio. Quando o brigadeiro Tobias foi aclamado presidente em Sorocaba, assumiu a secretaria dessa governo Interino, como se chamava. Vencida a rebeldia, fugiu para Curitiba. Andou longo tempo pelo Sul, distorcido em tropelio, enquanto corria o processo contra os revoltosos. Velo entregar-se à prisão na véspera do Júri. Sua aparência fleugmática e indolente, anobraria atividade tenaz. Seu escritório estava sempre atupido de clientes. Trabalhava gratuitamente para quem lhe não podia pagar. Era natural que gozasse de grande influência (11).

A adesão do Ceará era esperada porque ali os liberais estavam abafados desde o assassinato do major João Facundo de Castro Mezze, seu chefe de maior prestígio, atribuído ao presidente da província general José Joaquim Coelho. Seu parente, um dos grandes intrigantes da política liberal-maçônica local, o dr. José Lourenço de Castro e Silva, tinha ligações com a gente de São Paulo, onde escrevia no jornal "Tibiriçá". O maçonismo liberal fizera desse crime pessoso um crime político e bombardeara o Imperador de representações, desde a da Câmara Municipal e do senador Alencar às do cídeo dr. José Lourenço e da própria viúva do morto, que era, em verdade, um homem bom e digno de respeito. Contava-se com a Paraíba, porque ali o presidente Pedro Cheves trazia os inimigos políticos num arrocho sem par e usava contra os eleitores liberais da odiosa arma do recrutamento (12). Chamava-se pôr o covado e melo às costas de alguém, por cause de medida de fazende necessária para uma ferida.

Essas províncias estavam em ligação com os INVISÍVEIS, cinco dos quais, na capital do Império, como um verdadeiro Conselho dos Divinos da bucha, tomaram a si a "direção suprema do movimento político". Sua influência penetrara também em Minas. Funcionaram durante longos meses, articulando a conjura. "Cada um desses associados ia formar um novo clube de cinco, a astas, outros, da forma que milhares de associados se entendiam por meio da sua respectivos clubes e chaves parciais, como centros de que recebiam a instrução e ordens, sem que cada um dos revoltosos pudesse conhecer os nomes senão dos cinco membros do seu respetivo clube, o que tornava muito difícil o comprometimento em caso de traição (13)." Ao que no tempo era chamado clubes chamamos hoje célula. Os nomes mudaram. O processo é o mesmo.

A Paulicéia, graças à obra de Vergueiro e Júlio Frank, era um foco dos INVISÍVEIS da sorte a espécie e fôlito. Havia entre eles até republicanos, já naquela época organizados e dirigidos em ecclades secretas, dos quais fôra chefe prestigioso na mocidade Peulino José Soárez de Souza, mais tarde conselheiro de Sua Majestade e visconde do Uruguaí. O moto desses republicanos traduzia o mais puro maçonismo revolucionário. Fôra o mesmo assoprado na Revolução Francesa aos pedreiros livres pelos Iluminados de Weishaupt: MORTE AOS TIRANOS! (14)

Além destas e das INVISÍVEIS, existia um clube de 170 Exaltados, que queriam a luta a todo o pano. Quando se espalhou a notícia de que marchavam sobre São Paulo tropas Imperiais de Santa Catarina, eles assaltaram inopinadamente o quartel da 1ª Linha e o palácio do governo. O brigadairo Tobias teve de acalmá-los e de arranjar um armistício, seguindo para Itu por sisa haverem utilizado o movimento na capital, quando Sorocaba já se achava em plena revolução. Antes, por ocasião da posse de Miguel de Souza Malo e Alvim, que substituiria Tobias no governo a se portara com cavalhariaismo sem par, por motivo de um alarme davido a um comitê de incêndio, tinham saído para as ruas armados da carabinas novas compradas no Rio da Janeiro e arquivadas para São Paulo pelo INVISÍVEL Antônio Manual de Campos Melo (15).

Atuou também como PATRIARCA INVISÍVEL na revolução buchairo-maçônica de 1842 o protessor da Faculdade João da Silva Carrão, que se matriculara no curso jurídico com o nome um tanto suspeito da Corrente. Foi chefe político de desmarcada influência na província a chegou a ser senador do Império. Muito esperto, vaidadeira raposa, asquivava-se a qualquer posição definida, manobrando com

todos os grupos. Esmagado o movimento, pulou fora e somente se veio descobrir sua dubiedade graças a uma troca casual de endereços: mendeve dizer a um o que devia ser dito a outro... Era tal a sua habilidade maquiavélica que o apelidaram O MÁGICO (16).

Outro PATRIARCA INVISÍVEL que se pôs de fora, quando viu as coisas pretas, foi o senador Vergualho. Isolou-se de Sorocaba, capital revolucionária, a ver em que davam os modos, enfurnado na sua tazenda. Eximiu-se, depois, com solenes protestos a qualquer culpa. Não sabia de nada. Não tivera ouvido nem cheirado. Sua inocência era transparente (17)...

O próprio padre Diogo Antônio Feljó, preeo, pode-se dizer, em flagrante, tentou fugir à responsabilidade do levante gorado. Não espanta que os INVISÍVEIS fizessem o mesmo. Queriam salvar a pele para outras tentativas. Alegou que se encontrava em Campinas e que seguiu para Sorocaba depois de saber da eclamação de Tobias. Deliberara, então, ajudá-lo. Mas diversas testemunhas asseguravam que, a pretexto de consultar um médico, o antigo regente fôrantes àquela localidade concertar os planos revolucionários. Na verdade, estava muito doente, quase paralítico. Apesar desse testemunho, negou tivesse havido rebeldão e que fosse um dos cabeças. Mais hábil ou menos comprometido, Vergualho, prossseguindo juntamente com o padre, foi reconhecido sem culpe no mesmo parecer do Senado que declarava lícilida a prova contra Feljó (18).

A revolução de 1842 foi constitucionalista como a de 1932. Noventa anos depois, repetiram-se quase identicamente as mesmas coisas. Rafael Tobias denominava a tropa rebelde "força da Constituição" (19). Era o Exército Constitucionalista. Pela Constituição, em 1842, por uma Constituição, em 1932, a Bucha fez duas vezes os paulistas derramarem improlixamente seu nobre sangue com quase um século de pernalo. Para a criação do clime revolucionário, explorou-se o balorismo de população, como se explorou o regionalismo em 1932 e o separatismo, depois. Chamava-se ao governo provincial nomeado pelo Coro "administração tirânica do procônsul" e dizia-se que o poder central queria reduzir São Paulo "ao misero estado do Ceará e Paraíba" (20). Em 1932, se contaria o epólogo da locomotiva paulista puxando vinte vagões vazios, os restantes Estados. Quase se exigia também do império um paulista e civil para governar a província. A 27 de maio, dez dias após a irrupção do movimento, Feljó escrevia no jornal sorocabano "Paulista" que a província havia servido de divertimento ao ministério, que estava sendo governada por estranhos (mais um triz e seria por estrangeiros...), que isso mostrava

serem os paulistas julgados indignos dos cargos públicos. Para justificar a rebeldia perante a opinião, acrescentava que o povo queria "três objetos idolatrados": a Constituição, o imparador e o presidente da província, Rafael Tobias de Aguiar. Terminava afirmando que as forças revolucionárias marchavam sobre a capital, a fim de libertarem do jugo balanço a levar aos pés do trono suas quixas e reivindicações.

Essa **jugo balanço** de 1842 equivale ao repúdio de cabeças-chatas e nortistas pelos constitucionalistas da 1932. Por que **jugo balanço**? Porque o Governo Imperial demitiu de presidência o brigadeiro Tobias, O REI DOS PATRIARCAS INVISÍVEIS, substituindo-o, primeiro, pelo presidente Alvim, de ânimo conciliador, depois, pelo balanço Costa Carvalho, barão de Motta Alegra, que perseguia os liberais. Contudo este se achava muito ligado a São Paulo, onde redigira o "Ferol Paulistano" (21). Os documentos coevos mostram a província ressentida com o desprezo do governo na "pertilha das graças" da Coroa, quando se contemplaram os inimigos de Tobias e "até Vasconcelos recebera a dignitária do Cruzeiro" (22). Vasconcelos continuava a ser a espinha de garganta dos Andradas e seus amigos, que teciam intrigas na sombra, por trás do brigadeiro de Feló e dos outros PATRIARCAS INVISÍVEIS...

A revolução rebentou em Sorocaba no dia 17 de maio. Tobias foi aclamado presidente e Feló intitulou-se vice-presidente (23). Já desde o dia 10 a situação era all de franca rebaltação, pois nessa data a força policial se opôs armas à posse das autoridades criadas pela lei de reforma do Código do Processo. Na capital, o presidente Costa Carvalho, instruído do fato, oficiou ao Governo no dia 13, pedindo a remessa de tropas para combater os rebeldes. As providências oficiais não se fizeram esperar: a 19, o general berão de Caxias embarcava para Santos com uma leva de recrutas; a 23, chegava à Paulicéia, organizava-lhe a defesa e preparava a gente que devia marchar para o Interior (24).

Aproveitando a indecisão dos rebeldes, que naturalmente esperavam a eclosão dos movimentos articulados pelos INVISÍVEIS no Rio a am Minas, o Pacificador do Império, já instruído pela experiência de Belalada do valor da celaridez das operações contra-revolucionárias, galgara a serra do Cubatão antes que o adversário se guarnecesse, impedindo o caminho do mar, estabelecer a sua linha de cobertura e ocupar a capital, encravando o grosso dos rebeldes em Sorocaba e separando os outros grupos da Campinas e do Norte. Desde essa momento a revolução estava virtualmente perdida. Os revoltosos da-

viam ter marchado logo sobre São Paulo e ocupado a serra. Assim perderam em 1932, quando se deliveram a meio caminho do Rio de Janeiro, e deram tempo à ditadura de se defender. Toda revolução morre na defensiva.

O primeiro encontro entre imperiais e rebeldes se deu na estrada de Sorocaba, à margem do Jaguari, no dia 28 de maio. Depois de rápido tiroteio, os últimos retiraram desanimados. Os de Campinas foram batidos em Venda Grande, a 7 de junho. A 20, Caxias entrava em Sorocaba e prendia o padre Feljó. "Na véspera, tinham-se dispersado os insurgentes, fugindo o seu chefe, Rafael Tobias de Aguiar, para o Rio Grande do Sul, onde foi aprisionado cinco meses depois, em Passo Fundo. Restabalecida a ordem nos distritos do Oeste e Norte de São Paulo, Caxias voltou para a capital. A rebelião mentinha ainda alguma força armada nos distritos de Leste, onde se deu, em Silveiras, no dia 12 de julho, o último combate dessa guerra civil (25)."

Volta que o mundo dá! O antigo comandante dos Permanentes da Corte, braço de legalidade, aprisionando o entigo ministro da Justiça da Regência! "Quem diria — escrevia o velho estadista — que em qualquer tempo o sr. Luiz Alves de Lima seria obrigado a combater o padre Feljó?" Quem diria que o padre Feljó, estalo da ordem, acabaria como revolucionário?

No Rio de Janeiro, os INVISÍVEIS não conseguiram fazer estalar movimento algum. Mas a maçonaria mineira correu em auxílio da Bucha paulista. O foco dos Ottoni, que seria consultado sobre a pacificação do Rio Grande do Sul por um enviado especial, corria se viu na Segunda Parte desta História, tão forte era a sua influência, rebelou a província de Minas Gerais com o mesmo clima e os mesmos pretextos constitucionalistas de São Paulo. O levante se fez com algum atraso, decerto devido a defeitos de articulação decorrentes na maior parte das distâncias e dificuldades de comunicação.

A 10 de junho, quando Caxias marchava sobre Sorocaba, começou a revolução em Barbacena com a aclamação do barão de Cocalis para presidente da província. Era aquele Feliciano Pinto Coelho que levava os recados dos maioristas a D. Pedro II por Intermédio de seu parente e amigo, o marquês de Itanhaém. O presidente legal, Bernardo Jacinto da Veiga, logo reuniu voluntários e guardas nacionais, a fim de resistir aos rebeldes. Estes diziam em suas proclamações querer libertar o Imperador da coação em que o trazia o ministério conservador, o qual rebaixava o trono e atentava com as leis do Conselho de Estado e da reforma do Código contra a pureza da Constituição. Recuaram, porém, desde o início, diante dos imperiais. A 27 de junho

eram desalojados do Registro do Paraibuna; a 2 de julho eram repelidos am Caeté, a 30 do mesmo mês tinham pala proa o barão de Caxias, que viara de São Paulo comandar as tropas legais e antrara a 6 de agosto em Ouro Preto, obrigando-os, mau grado seu ataque a Queluz, a sa retirarem pare Sabará, avacuada pela Guarda Nacional da legalidade (26).

O exército dos liberais minalros numerava uns três mil a trezentos homens com uma peça da artilharia. Comandavam-no Antônio Nunaa Galvão, Francisco Joaquim da Alvarenga e Manuel Joaquim de Lemes. Seus inspiradores ficaram ocultos, a bom racato. Tendo dali xado Sabará, ocupava a povoação de Santa Luzia do Rio das Velhas, cujas estradas da acesso estavam defendidas por trincheiras cavadas sob a direção de um aventurário militar germânico, o barão Wiener von Morgenstern, antrado subrepticiamente no país, como de encomenda, que Caxias aprisionaria ali a, anos mais tarde, no Paraguai, após Lomas Valentinas, a sarviço de Solano Lopez. Era um servidor Internacional das forças Invisíveis como os há por toda a parte e em todos os tempos. É digno de nota qua, tendo Taófilo e Cristiano Ottoni escrito tentos opúsculos sobre os acontecimentos políticos de que participaram, nelas não se encontra a menor referência a Wiener von Morgenstern. Silêncio curioso! O cônego Marinho nele pouco fala, limitando-se a relatar qua dirigira em Santa Luzia o tiro da artilharia.

Caxias comandava pouco mais da dois mil homens, na quase totalidade guardas-nacionais, e trazia duas peças. Forçava as marchas para não dar tempo aos contrários de respirar. Dividiu sua gente em três colunas e atacou a povoação por três lados, no dia 20 de agosto de 1842. À frenta da do centro, com oitocentos soldados, avançou pala estrada de Sabará, precipitando o assalto com alguma imprudência. A de esquerda, meis fraca, quatrocentos a sessenta homens, invadiu pala da Ponte Grande, onde encontrou séria resistência e retirou. A da direita, com oitocentas peças, sob o comando de Jesá Joaquim da Lima e Silva, conde de Tocantins, an quanto ele engajava e lundo o combate, penetrou no povoedo pala estrada da Lapa e dacidiu a sorte das armas. Os rebaldes dispersaram-se, completamente derrotados. Dez de seus chefes entregarem-se ao general vitorioso (27). Entre elas se achava Teófilo Ottoni.

Desta derrota veio aos liberais a antonomasia de Luzias, em contraposição à de **Sequaremas**, dade aos conservadores, porque a vila deste nome, na província Fluminense, era seu inexpugnável baluarte eleitoral. Em setembro, Caxias dave Minas como pacificada. Assim, rapidamente, findara a rebelião bucheira-maçônica contre as

lale qua estruturevam solidemente o Império. Aproximava-sa a pacificação das coxilhas. A nova ordem ia antrar no seu periodo construtivo. Mas as forças ocultas einda tentariam ambarger-lhe o passeio na revolução prelaira da 1848.

Na Corte, a polícia deltará as mêsas a alguns dos que se suspeitava andassam tramando nas sombras, **Invisivelmente**. Deportare-los em comação da Julho para Lisboa, ne tregeta "Paraguassu". Eram Límpio de Abreu, Sales Torres Homem, Frencô Leite, José Francisco Gulmerêes, Soaree de Maireles e o cônego Leite Bastoia. Os verdadeiros **PATRIARCAS INVISÍVEIS**, como sempre, nada sofreram. Os Andradeas, sopradas as laberadadas, tinham-se metido nas encolhes.

Três anos mais tarde, quando os liberais no poder quisérão desmonter a máquina eleitoral dos conservadores, sua "granda arma" foi a famigalarade lei de 3 de dezembro da 1841, a mesma que os fizera pagar am armas em 1842 (28). Todas as lutas partidárias liberais, tanto por único escopo o eleitoralismo puro, se apresentaram com essa inbalanceada. Atelam-nae por trás dos partidos que se odiam as forças ocultas, àe quais pouco importa o sangue que se derreme. Através da tela das sociedades secretas que menejam ardilosamente os políticos, se exerce a vontade do invisível jogador de xadrez para quam a vida dos cristãos vale tanto como uma gota de águe. Os cadáveras dos Luzias humildea com aues jaquetas vermelhas como as dos Farrapos (29) lá ficarem estendidos à margem do rio das Valhaes, enquanto os verdadeiros autores intelectuais de Inglório rebeldia continuavam suas manobras políticas a conquistavam novas e posições no malabarismo da vida parlamentar.

A manelra como aa criou o clima revolucionário de 1842 em Minas revela a ação nefaste das forças invisíveis. Dásda 1833, quando houve uma rabaldia passeigalra, a província se anchora de sociedades secretas, atuendo na política, ora de um lado, ora do outro. Quando os deputados dissolvidos em 1842, regrasaeram à eue terra natal, acharam os ânimos irritados contra o ministério pala atuação util dessas sociedades. "A revolução tornou-se para os sepritos os mais refatidos a prudentes o único mal, bem que desesperado, da que podem os oprimidos lançar mãos..." Todos gritavam: — Vemos à revolução! Quando chegou e noticie de irrupção do movimento em Sorocaba, foi impossível conter os ânimos e a revolta estourou em Barbacena por ser impossível estellar em Ouro Preto (30).

Pelo meio do caminho, quando aentiam as coisas pretas, muitos dos maçons e até algune qua chalravem a cristâo-novos, como Narciso Tavares Coimbra e seu Irmão, de nome tão diferente! Jacob

Dornelas, apesar dos serviços prestados à revolução, se escafediaram com esta ou aquale pretexto... (31)

O Dacrato nº 342 da 1844, assinado pelo Imperador e 14 de março, concedeu amnistia a todos os que tiveram parte na revolução da 1842, em São Paulo a Minas, VISÍVEIS a INVISÍVEIS. Então, Verguelho, que andara pelo Preto, a Feijó, que estivera desterrado no Espírito Santo, voltaram a São Paulo; os deportados para o estrangeiro regressaram à Pétria; Teófilo retornou à atividade política. Era um maçon entigo e venerável, um Filóleto, pertencera no Primalro Flanando à loja dos Amigos-Unidos, fundada em grande parte pelos padrinhos livres portugueses escapados à sanha dos cacetelhos de D. Miguel. Dales nascere o famigerado Oriente do Passeio Público, preparador da queda da D. Pedro I. Desda muito jovem, pois, o político mineiro da ascendência italiana vivia na intimidade das organizações secretas. A outro alas não podiam deserto der e tarefa que lhe coube em 1842. E a guerra civil dos Farrapos não cesarla sam o seu placet (32). Seu Irmão, Cristiano, não lhe ficava atrás em ilustração a vanarabilida da maçônica. Ela próprio aacrava com sua latra miúda e regular: "Minha matrícula de revolucionário (?) tave lugar no fim da 1830, logo depois da partida de Teófilo Ottoni para Minas: tomei o seu lugar na sociedade dos Amigos Unidos, clube político com forma maçônica, que muito concorreu para o movimento da 7 de abril da 1831". Confesseu mais que era o secretário da loja e que distribuiu cartuchos no dia da Abdicação ao povo liberal (33). Outro eufemismo para designar aquele povo maçônico que tão bem conhecemos...

Capítulo III

O RABO DO FOGUETE

O ministério liberal-maçônico que subira ao poder em 1840, levando no seu salo o princípio dissolvente que se chamava Aurelano Coutinho, calou quando procurava amparar os revolucionários farroupilhas. Apesar da, naquela data, não se poder mais acreditar que os mesmos se batiam pela separação com a república, Antônio Carlos exprimiu-se favoravelmente a seu respeito (1). Não só se exprimiu, agia. Impedia sob o pretexto de não irritá-los, a fim de que se randessam, que se incentivavam as hostilidades. Isso trouxe a desdémia ao gabinete, da qual resultou sua queda.

Governava e comandava no Rio Grande do Sul o general Francisco Joaquim de Souza Soares de Andréa, depois barão de Caçapava, que vencera os revolucionários do Pará e de Santa Catarina. Conseguiu vantagens apreciáveis na luta, sobretudo porque indultara o bravo caudilho Bento Manuel, que se recolhara à vida privada. Antônio Carlos, como adiando continuasse a guerra civil, principiara a sabotá-lo, chegando ao ponto de suspeitar a remissa de contingentes militares para o Sul. Foi além. Escreveu confidencialmente a Bento Gonçalves. O ministro do Império correspondendo-se am segredo com o chefe da uma rebelião a prisdantia de uma república separatista!!! Saria muito da admirar, se não se acreditasse que ambos aram, em alto graus, Irmãos da Acácia, considerando, pois, muitas vezes, acima da Pátria e da Moral, a Fraternidade Maçônica. Esses entendimentos continuaram até abril de 1841, sob o governo provincial da Saturnino de Souza, irmão de Aurelano Coutinho (2).

Em consequência da tal correspondência, Antônio Carlos ordenou ao general Andréa suspender as operações militares contra os rebeldes, enviando-lhe *Instruções reservadas* para se antender com eles. O chefe militar não gostou daquela ordem governamental, mas cumpriu-as disciplinadamente. Suas consequências só podiam ser o convencimento por parte de Bento Gonçalves da fraqueza ou me-

mo extanuento do Governo Imperial, e e recuaa de entrar am entendimantos com um intermedíario da má vontada, axigindo converse direta com os eltos podares da Monarquia. Sentido-se, essim, forteleclido com o epolo ministerial, Bento Gonçalves declarou a Andréa que se comunicerle com Antônio Carlos...

Eata mandou eo Rio Grande do Sul seu emigo a confrade das lojas, um dos propugnadoras da Maloridada, Álveres Machado, na qualidade de **egente secreto**. Tudo Iseo á edmirável e não aa explica sem aquele Fretendida Maçônica e que noa referimos. Um ministro

qua acredita **agentes secretos** junto eo chefa dum revolução contre o governo que ele próprio repreaantal. As conferênciea de Bento Gonçalves e Álveres Mechedo forem **secretas**. Depois deles, o generel Andréa foi demitido de saus cargos e nomeado presidente de provínclie o **egente secreto** dos Andredes...

Como eata não fosse militar, de novo se dividiu e eutorridada, o que fôra ume des causes principais do prolongamento de quele luta astérril. E aasumiu o comando des armas o general



Teófilo Benedito Ottoni

João Peulo doa Santos Barreto. Tudo Isto arrafaceu o ânimo dos dafansores da lagalideda, traidea palos conciliábulos secretos dos sectários de Hiram. Os malhores chafas imperiais retirarem-se das gostosos. O novo generel, sob o pretexto da guernecer as fronteiras, concentrou as forças do Império am São Lourenço, abandonendo como de propósito pontos importantes, da modo que os Farrapos, reanimados, passaram logo à ofensiva, obrigando Álveres Machado, apesar do seu maçonismo, e racomaçar as hostilidades.

"De Piretinlm transferiram-sa os rebeldes para Bagé, São Borja e Alegrete; ocupavam as margens do rio Jacuí a davastavam oa tarrító-

rios adjacentes, desassustados dos legalistas e ufanos com os fatos ocoñidos e com as apreensões e inércia do comendenta das armas. Conhecedores da topografia da província, de todos os seus desvios, esconderijos, posições estratégicas a rios vadeáveis, não se atreviam a combater em batalha regular e campo raso tropas disciplinadas e fornecidas de todas as armas. Dispersavam-se, porém, em grupos, capitaneados por caudilhos arrojados, e manobravam como os árabes dos desertos argelinos, ou os antigos mouros aspernóis, por meio de algaras repentinas, essaltos inesperados, escaramuças e correrias (3)." Era a guerra de recursos levada à maior perfeição por gente brava, edastrada e endurecida por longos anos da luta constante.



Medalha comemorativa da República da Piratini, muito usada pelos guerreiros como distintivo e adorno em cinturões, qualacas e arreios. Note-se o amblema maçônico das duas mãos que apertam o punho do gladio em cuja ponta repousa o barrete frigio sobre os talos do sol. A comparar com o brasão nacional da República Argentina, à qual a maçonaria impôs o mesmo símbolo.

Derrubado o ministério da Maloridade, malogradas de vez as esperanças do maçonismo liberal exaltado no menino Imparador, que elevare ao trono por uma "aberração Imprescindível", como diria Teófilo Ottoni, na vide constitucional do país, subiram ao poder os conservadoras, "homens das leis fortes". Logo, Alvares Machado e Santos Barreto foram retirados do Rio Grande do Sul. A influência de Aureliano Coutinho, pessoal, íntime, áulica, impôs novo presidente à província rebelta: seu irmão Saturnino de Souza. Para o comando das armas, um general velho que se não podia contrapor ao mando presidencial, o conde do Rio Pardo. Esse arranjo de família causou o

mesmo mal que causara o maçonismo andradino: a divisão da autoridade em face do adversário impávido a lutador. O ministério acabou tendo de retirar a ambos e de concentrar novamente em mãos da um militar presidência civil a comando das armas. Ecolheu-se o general José Marla da Silva Bittencourt.

Não era, porém, o chefe necessário, imprescindível. A revolução paulista-mineira de 1842 revelou este ao Governo Imperial. Tinha sido o braço militar de Felijo, quando ministro da Justiça da Regência. Vencara e pacificara os balais do Maranhão. Entrara vitorioso em Sorocaba e Santa Luzia. Embainhava a espada Invencível com o sorriso do perdão e do esquecimento nos lábios. Era a encarnação do bom senso. Chamava-se Luiz Alves de Lima, então barão de Caxias. A 28 de setembro de 1842, mal voltava da Minas pacificada, nomeavam-no presidente de província do Rio Grande do Sul e comandante das armas. Um mês depois, a 29 de outubro, embarcava para o teatro das operações. No dia 9 de novembro, tomava posse de seus cargos em Porto Alegre.

Tudo ia mudar.

Bestaram dois meses ao novo estratega para preparar-se, reorganizando as tropas, fardando-as, armando-as, municiando-as, convocando os chefes afastados e desgostosos, arranjando cavalhadas, provendo os comandos, pondo termo ao peculato e à dilapidação, aplanando todas as dificuldades à sua retaguarda, a fim de podar investir contra os inimigos que seu magnânimo coração não esquece serem simplesmente irmãos tranavilados. Inova até a tática da guerra pempeana, preparando a usando pela primeira vez no Brasil a quicá na América do Sul e **infantaria montada**, de manobra e ter tropa com mobilidade igual à da cavalaria ligelra e com potencial de fogo superior nas guerrilhas (4).

No dia 11 de janeiro de 1843, o barão da Caxias atravessou o rio São Gonçalo em direção a São Lourenço, rompendo a ofensiva contra os republicanos (5). Ia um tanto receoso (6). Mas, desde essa data até o momento da entrega das armas, de pacificação definitiva, não saiu deterla mais, não deixaria mais os contrários tomarem fôlago, obrigando-os a consecutivas marchas a contramarchas, atirando-lhes em cima colunas volantes e, ao mesmo tempo, usando da política conciliatória fora do campo da batalha.

O tropal dos centauros continua a ressoar pelas coxilhas da frontaria. Gasta heróica! No meio das labaredas dessa resto de incêndio carbonárdo que devora a província, perpassam vultos de apopéia. Entre alas, Canabarro, o incansável vigilante, batendo-se pela Repú-

blica, e o "sigiloso e céler" Moringue, batendo-se pelo Império. O último, Francisco Pedro de Abreu, depois barão de Jacui, é o pesadelo dos Farrapos, e quem não dá tréguas.

Levra e inimizade entre os chefes farroupilhes, favorecendo o desenlace da tragédia. Desde 1841, o presidente de efêmera República de Piretimim, Bento Gonçalves, e o vice-presidente, Antônio Peulo ou Paulino de Fontoura, não se toleraram (7). Sobre o presidente, dizia o arguto Bento Manuel: "As arbitrariedades de Bento Gonçalves têm desengendado que o tal sistema republicano pareça em teoria governo de enjos, porém na prática nem mesmo para diabos serve (8)." Ao vice-presidente se faziam as mais duras acusações, até de soltar chefes legalistas aprisionados como Silva Tavares (9). O dissídio acabou com o assassinato e tiro de Paulino da Fontoura na sua casa de Alegrete. Suspeitou-se de Bento Gonçalves. O forçudo e valente Onofre Pires escreveu-lhe uma carta ferosa, chamando-o de ladrão de dinheiro, da vida e da honra. Bateram-se em duelo à espada, em lugar ermo sem testemunhas. Parece que a agilidade do frenzinho Bento Gonçalves venceu e força bruta de Onofre Pires, que, gravemente ferido, faleceu antes que se lhe pudessem prestar socorros. A justiça republicana leentou de culpa o caudilho por ter levado sua honra de cidadão e de militar (10).

"O que golpeou no coração a República foi a discórdia (11)", escreve Alfredo Varela. Ela lavrou de alto a baixo. Entre o presidente e o vice-presidente. Entre os ministros. Entre os deputados à sua constituinte. À boca pequena, acusavam-se os próceres de peculato e roubo, que lhes permitia ter no Uruguai fazendas de rezas *mal havidas*. Assumindo a pasta da Fazenda, Antônio Vicente da Fontoura, desavindo com seu antecessor Domingos José de Almeida, declarava só ter achado "maldade e desordem" (12). A Assembléa Constituinte reunida para dotar de arcabouço jurídico a nove República, dissolveu-se rode de intrigas, depois de tentar a instalação de uma junta provisória que substituisse o eritrílio de Bento Gonçalves. À Intrigelheira que nascia dentro do campo rebalte espontaneamente se juntave e que vinha de fore, assoprado sobretudo por José Clemente, ministro de Guerra, técnico nessas colas como velho maçon que era... (13)

A ajude do estrangeiro fechava, apesar da Convenção de Auxílio Mútuo com Frutuoso Rivero, presidente do Uruguai, e da Convenção Secreta com o mesmo, meses depois (14). Rivera conseguira iludir o Governo Imperial e facultara aos Farroupilhos acesso ao mar com a livre navegação do Uruguai (15). As Inteligências dos continentalistas, depois Farrapos, no Prete eram anteriores à revolução. A meçonaria

encarregara-sa da tecê-las. Nos simbolos que permanecem em bandeiras e escudos, ela ainda hoje se mostra (16). Desde 1832, falava-se nas lojas e até fora delas na formação da um chamado QUADRILÁTERO, confederação composta do Rio Granda do Sul, do Uruguai, da Corrientes e de Entramios. Secretamente, o judaísmo internacional favorecia isso através de saus prepostos maçônicos. Punha-se em prática o mesmo processo da que resultou a fragmentação da América Central. A criação naquela zona nevrágica do continente meridional de uma constelação de republikatas mataria para sempre a grandeza da nação Argentina e a projeção Imperial do Brasil. Através daquela rede de novas Honduras e Nicarágua, a influência judaica se feria eentir de outro modo na América do Sul. Até hoje seu sonho é pôr o pé por meio da uma hipotática colonização na região do Guaira e do Igusu.

Cansanção de Slinmbu pensara, quando no poder, fazer a Independência de Entre Ríos e Corrientes. Fomentara esse separatismo. Sem o Rio Grande, ele favorecia o Império, enfraquecendo a Argentina e pondo entre elia e nós três Estados-tampões. Com o Rio Grande, somente poderia favorecer o Poder Oculto Internacional.

A Idéie de 1832, voltou à tona em 1841. Para tratar de sua realização, reuniu-se em **Congresso Secreto** na cidade de Painsandu, ao qual compareceram os caudilhos argentinos Farré, Paz e Lopez. Lá esteve Bento Gonçalves. Agenciou-o o enviado farroupilha Ulhoa Cintra (17). Não era o primeiro nem serie o último esforço dos republicanos em busca do apoio estrangeiro para a guerra civil. Em 1839, haviam propugnado fortemente no Prata, junto às legações européias, o reconhecimento da República de Piratinim. Tinham ministério do Exterior e acreditavam plenipotenciá-lo no Peraguai. Procuraram, depois, recorrer até a Rosas (18). O Congresso Secreto de Painsandu não produziu os resultados que seus autores esperavam; todavia, Bento Gonçalves obteve nele, de Rivera, duas peças de artilharia; fardamentoe a armas.

A mão oculta de Mauá-Carruthers já não daspejava fartamente nos pampas o dinheiro alimantador da guerra civil. É preciso nunca esquecer que o judaísmo não serva a ninguém, ambora paraça; servia sempre a si próprio. Sarvira-se dos Farrapos aticados pela carbonária, enquanto isso lhe conviaio aos planos da antraquecimento do Brasil e houve probabilidades da êxito. Abandonava-os no momanto em qua os via perdidos a subindo o calvário da desilusão e dos raveses. A diversão da revolta paulista-minaira de 1842 alegrara-os com uma nova asperança (19). Passageira, porém, porqua logo se desvaneceu.

Foi apagar-se de todo naquales masmos pampas onde erravam, brandindo armas, as cavalariais revolucionárlas. Caxias, o vencedor de Sorocaba e Santa Luzia, aprisionou Rafael Tobias, evadido de São Paulo, quando pretendia juntar-sa aos rebeldes sulinos (20). "Rafael Tobias, muito provavelmente, esperou alcançar as raias meridionais, para ter asilo numa das repúlicas do Prata, como fez Nicolau Varguelo, um dos co-autores do malogrado movimento Insurrecional. O sobredito brigadairo, am vez de se encaminhar a Cruz Alta, onde Portinho estava aquartelado, embrenhou-se no invlo distrito de Palmaia e estanciava pala Guarita; adiantando-se para a citada vila serrana, o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos, "um enteado do mesmo Tobias, de nome Félio, e Daniel Gomes de Freitas", Portinho, com quem estes se encontraram, "convindou-os" a tomar parte nas lutas do Sul, e "anuiu a acompanhá-lo para o Exército Republicano" unicamente o terceiro. O dr. Gabriel "regressou para São Paulo, mentres uma escolta mandada acolá pelo barão de Caxias, prendeu aquele brigadelro (21)." Comandava a escolta o capitão Benedito Martins Fraulo.

No mês de julho de 1843, quando o general Antônio Neto foi deposto do comando do Exército Republicano e substituído pelo bravo David Canabarro (22), este, como escreveu o historiador gaúcho João Pinto da Silva, pegava num RABO DE FOGUETE...

A Argentina da Rosas fornecia, contudo, alguma pólvora às escondidas para esse rabo de foguete. Por isso, e 24 de março de 1843, Honório Hermeto Carnalro Leão, depois merquês do Paraná, então na pasta de Estrangelhos, assinou com D. Tomás Guido, hábil representante do governo rosista no Brasil, um tratado em que se postulavam medidas tendentes a dificultar o abastecimento e o acolhimento dos Farrapos perseguidos em território argentino. O Tigre de Palermo recusou-lhe sua ratificação, o que mais tarde sobremodo repercutiu nas refeções entre o Império e a Confederação. Mas o auxílio estranho não impedia a derrota dos rabaldas. A 26 de maio, em Ponche Verds, Bento Manusc, novamente a favor do Império, infligiu sério revés às hostas republicanas sob o comando passoal da Canabarro e Bento Gonçalves.

A 25 da outubro, com os caçadores da Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e os seus lancairos gaúchos, o Moringua ancontra em Cangussu Bento Gonçalves e Neto, ataca-os vigorosamente, bata-os, persegue-os a toma-lhes a cavalhade e um estandarte. A 6 da novembro, no mesmo campo de batalha, Neto, qua se refizera do primeiro encontro, à da novo lamentavelmente batido. A 26 de dezembro, am

Santa Roa, nae cercanias de Botui, o tenente-coronel Demétrio Ribeiro surpreende, derrota e dispersa as forças do valente Onofre Pires (23).

"Incansável vigilância" era, na opinião do próprio Caxias, a de David Canabarro. Mas seus esforços resultavam improíbicos a querer segurar Impávido o rabo do foguete que as forças ocultas tinham queimado durante tantos anos e agora lhe largavam na mão. Faça-se justiça ao destemor a abnegação do velho lildador riograndense. Contra essa "Incansável vigilância" a incansável mobilidade do Morinque, que consegue a surpresa de Porongos. Estava-se a 14 de novembro de 1844. Pela madrugada, quando cabeceavam de sono as sentinelas perdidas de Canabarro, Neto e Silveira, ao pé dos serros que separam o arroio das Torrinhas do Grande, a cavalaria legalista caiu de súbito sobre o acampamento farroupilha. Mal puderam os defender os centauros tomados de improviso, nem tempo sequer de encher as montarias. Bateram-as a pé, a arma branca, fugindo, depois, em todas as direções. Grande número de prisioneiros, sobretudo oficiais. Grande número de mortos e feridos. Cinco estandartes tomados. As cavaleadas, o arquivô, as munições, as bagagens e o único canhão da República em poder dos Imperiais. Narrando o feito ao ministro da Guerra, o barão de Caxias escrevia: "É sem dúvida a primeira vez que David Canabarro é surpreendido, o que até agora parecia impossível pela sua incansável vigilância (24)." Os Ferrapos começavam a se deixar dominar pelo cansaço.

Dia azlago para os republicanos. Em Guapitangui, o coronel João Propício Mena Barreto, futuro barão de São Gabriel, acmeteu o chefe farrapo Jacinto Guedes, perseguiu-o a lança até o Passo do Leão, no Quaraim, e obrigou-o a transpor a rala a a refugiar-se em território uruguai. A 29 de dezembro, o derradeiro combate da guerra civil. Junto ao Quaró, afluente do Quaraim, Vasco Alves, depois barão de Sant'Ana do Livramento, destruiu o caudilho farroupilha Bernardino Pinto e o aprisionou. A pugna travou-se em terras orientais. A guerra fratricida, que começara nae tramae carbonário-maçônicas fora da Pátria, como que era expulsa simbolicamente de suas fronteiras nesse último embate dos centauros.

Caxias viera para o Rio Grande do Sul enviado por um ministério conservador. Em fevereiro de 1843, de novo os liberais ascendiam ao poder, conservando-se nele até 1845, graças à dissolução da Câmara de 1844. Entre os ministros, alguns dos maçons extremados de todos os tempos, como Ernesto Ferreira França, na pasta de Estrangeiros, e Holanda Cavalcanti, na da Marinha. A orientação do novo governo

favoreceria com seu liberalismo, naturalmente, a política conciliatória do Pacificador do Império.

As dissensões lavravam cada vez mais fundas entre os Farapos. Bento Gonçalves renunciara à presidência, sucedendo-lhe o octogenário José Gomes. Passara a comandar uma das três divisões do Exército, na companhia de Canabarro e Neto, chefes das outras duas. Contastavam-se o generalato e a chefia militar do primeiro. Tanto quanto com Bento Gonçalves que Caxias, desejoso da terminar o improíbido derramamento de sangue, conferencia (25). Estabelecem-se as bases da pacificação: reconhecimento das graduações e postos militares dos republicanos; pagamento das dívidas da República; anistia. Nam uma palavra sobre os principais ideológicos apregoados como a essência da revolução... (26)

Graças à mediação de Caxias, já o Imperador concedera a 18 de dezembro de 1844, em decreto, anistia "a todos os comprometidos na rebelião separatista do Rio Grande do Sul que depusessem as armas (27)." O decreto Imperial trouxera uma esperança nova aos que se sentiam cansados daquela luta bárbaro, aos que consideravam perdida de todo a causa republicana. A 28 de fevereiro de 1845, David Canabarro reuniu em Ponche Verde um conselho de oficiais farroupilhas e, depois de obtido seu assentimento, declarou aceitar as propostas da Coroa. Largava afinal o rabo do foguete que lhe ardia nas mãos. Três dias mais, a 1º de março, o barão de Caxias proclamava definitivamente pacificado o Rio Grande do Sul.

O peitos respiraram desafogados. Intenho júbilo em todo o país. Deixara de correr o sangue brasileiro. O Rio Grande do Sul continuava unido ao Império. As insídias maçônicas disfarçadas em belas ideologias tinham sido vencidas pela bravura dos filhos daquela terra heróica, tanto tempo transladada do bom caminho. De nada havia servido a diversão tentada pelos INVISÍVEIS em Minas e São Paulo, em 1842. Agora, aos liberais no poder não convinha desencadear revoltas. Eram os conservadores que, oprimidos, as lançavam contra os, como em Alagoas, depõndo o presidente Souza Franco e obrigando-o a embarcar às prassas no iate "Caçador", combatendo em Atalaia contra os soldados do general Seara a só depondo as armas perante o novo presidente Lopes Gama, depois visconde da Maranguape (26).

São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul haviam formado um triângulo revolucionário sob a égide da bucha, da maçonaria e da carbonária. A ligação era tão visceral que David Canabarro não largou o rabo do foguete sem a anuência do foco de pedrairos livre da antiga

Vila do Príncipe, o Serro, onde pontificava a figura invulgar de Teófilo Ottoni. Essa ligação secreta é sobremodo interessante. Tão forte que foi necessária a palavra do chefe dos Ottoni ao enviado especial de Canabarro, que, entes, passara pela casa de Mauá, consultando a MÃO OCULTA que dava o dinheiro e cansara de o der, para que o general, embora autorizado pelo seu conselho de oficiais, aceitasse a paz generosamente oferecida pelo barão de Caxias em nome do Império. Da documentação que prova esse enquadramento secreto se infere qua, acims dos chefes militares que se batiam nas coxilhas, havia chefes ocultos longe do teatro da guerra civil.

Por que mandar lá dos pempas conciliar e opinião das monanhes mineiras?

"Foi no ano da 1844 qua feve fim a rebelião do Rio Grande do Sul, pacificação devida em parte a Teófilo Ottoni. Quando o sr. conds de Caxias propôs a Canabarro condições para a amnistiação da lula, quis equele general ouvir o parecer do democrata mineiro, a quem mandou como emissário o sr. tenente Martins (hoje coronel), que fez a viagem, sob nome suposto, por Curitiba e São Paulo, e aqui foi por mim hospedado. Pode-se julgar dos conselhos da qua foi portador esse emissário pela seguinte carta do bravo general riograndense:

"Ilmo. sr. Teófilo Ottoni — Se há mais tempo não tenho respondido à eslimada carte que V. S. se dignou dirigir-me em 24 de setembro do ano findo, tem sido esse falta devida à escassez da um **seguro meio** pelo qual fizesse chegar às mãos de V. S. a minha resposta. Agora, porém, confiando com o favor de meu ilusfre amigo o sr. José Simeão de Olivalra, por cuje intervenção espero que V. S. não deixe de honrar-me com suas letres, vou pagar uma divida em qua assava pere com V. S. Tomando em consideração as sáblas reflexões de V. S., fiquei convencido da impossibilidade de levar a efecto a desejada federação dests províncias, pela quel fervorosos pugnaram meis de nove anos os riograndenses livres, tanto meis essegurando V. S. que só devíamos contar com os nossos irmãos de armas, por isso que nenhuma coadjuvação nos proviria dos homans que em 1842 lutarem em São Paulo e Minas e favor dos mesmos principios, e que finalmente os próprios chefes do partido progressista quando no poder fezem a mesma coise que os regressistas. Apreciando, pois, a franquaze de V. S. e leal exposição que me fez do estado geral das coisas, me convenci a emprazer os meus esforços e diminuta influência na terminação da guerra que por tanto tempo devestou es belas campinas deste continente, podendo assegurar a V. S. que a sua

carta foi o ferol que conduziu os continentistas ao desejado porto. Oxalá que essa relevante serviço por V. S. prestado em favor do bem geral, e de liberdade, fosse um dia lembrado pelo governo com o mesmo apreço com que o recordam os riograndenses livres. Desnecessário seria relatar a V. S. as condições por que foi terminada essa importante questão, visto que delas está V. S. cientificado. Hoje me achorei retirado à vida privada, e por isso somente com as influências de um particular; porém mesmo assim me ufanarei se tiver ocasião de exacutar es ordens de V. S., de que com o mele alto agraço e consideração me firmo, et², v^o e cr^o **David Canabarro.** Fazenda de Alegria, 30 de maio de 1845."

Escreve isto e transcreve este carta Cristiano Benedito Ottoni, blogrefendo o Irmão (29). A carte de Canabarro é de maio de 1845, quando o Rio Grande do Sul já pacificado e o herói a descansar na sua estância das canas-lras em agüantar o rabo do foguete. Ela mostre, porém, que Teófilo Ottoni lhe havia escrito, dissuadindo-o de qualquer probabilidade de auxílio depois do malogro de revolução de 1842. Apesar disso, para definitivamente concertar a paz, o general não trepidou em consultá-lo por meneagelo especial e seguro, que viajou com as precauções de quem guarda um grave aegredo. Somente a filiação às forças ocultas pode explicar este misterioso ponto de história da revolução farroupilha: a participação do mineiro Teófilo Ottoni, sumido no fundo da montanhosa Minas Gerais, nos acontecimentos que se processavam na vanguarda dos pampas fronteiriços.

A iniciação maçônica não obumbrere em David Cenabarro o profundo emor pele Pátria Brasileira. Comandando os derredelros soldados da República de Piratini, batendo-se lealmente contra os Imparais de Caxias, sentira a compreendara o interesse dos argentinos próximos nas nossas dissensões intestinas, visando o enfraquecimento e secessão do Império. O vulto sangrento de Rosas ergue-se no estuário do Prata como a ameaça da reconstrução, sob nova ordem, do antigo Vice-Reinado aspanhol. O Pergual temeroso esconde-sa à sombra protetora da diplomacia Imperial, enquanto Plimenta Bueno aganciava na Europa o reconhecimento da sua independência que Buenos Aires contestava. Na campanha uruguaya, dominava o furor da Oribe, o Corta-Cabeças, saquaz da Rosas. Os caudilhos de Entre Ríos e Corrientes amontavam-se apavorados. Somente o Império poderia salvar o Prata de horrenda tirania, mas o Império unido e forte. Por isso, Rosas ofarecia tudo aos Farrapos que o dabilittavam pela demorada guerra civil.

No fundo do separatismo farroupilha, havia amor despeltado pelo Brasil. Os Farrapos aceitaram algum auxilio dos Rosas, mas o repeliram quando quis avançar mais, declarando que o sangue do primo argntino que atravessasse a raia lhes serviria para assinar a paz com o Império. Quando proclamou o acordo de paz com Caxias, David Canabarro disse aos seus companheiros de luta e ideal astas mamo-rávias palavras: "Um podar astranho ameaça a integridade do Império e tão astóldo ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, a nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil."

"A espada e o tato de Caxias tinham pacificado o Rio Grande do Sul. Depois de dez anos de gloriosa luta, os audazes republicanos da Piratininga despunham nobramente as armas. E a vizinhança platina, sempre anelosa pelo enfraquecimento do Brasil, emocionou-se. Seria possível? Os sonhos da dæejada fragmentação do Império por terra? Desfêlos os ideais de criar para nosso lado uma espécie de Banda Oriental (30)?" A propósito escreve com a maior propriedade um dos nossos mais eminentes historiadores militares, militar ele mesmo: "Sonhos da anexação, separação do Rio Grande, fronteira para base de operações na República Oriental para caudilhagem militar, sôfrega de assentar-se na curul presidencial; tudo, tudo acabado! A proclamação de David Canabarro que era, então, general chefe dos revolucionários, anunciando a paz, foi lida e comentada nas repúblicas vizinhas com avidez e paixão, e é claro que os chefes da revolução outrora tão elogiados, tão condecorados, foram postos pela rua da amargura. Não houve insultos que não fossem dirigidos sobre os ex-amigos, os ex-aliados, especialmente porque Canabarro aludia a um poder astranho que ameaçava a integridade do Império (31)."

O espírito de brasiliade acabara vencendo as artimanhas do maçonismo judaico. Bastava já tanto sangue derramado dentro das nossas fronteiras, ansopando o chão gaúcho do qual brotavam missões de heróis. Depois dos combates dos Porongos, ao aproximar-se de Bagé o barão de Caxias, uma comissão de moradores, com o vigário à frente, procurou-o e convidou-o para um Te Deum pela vitória. O grande general respondeu-lhe: "Precedeu a esse triunfo derramamento da sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadãos maus. Guerras dissidentes; mas sinto as suas desditas e choro pelas vítimas como um pai por seus filhos. Vá, rezando (terminou, dirigindo-se ao pároco), e, em lugar de Te Deum, celebre missa de desfuntos, que eu, com o meu estado-maior e a tropa que na

sua Igraça couber, irei amanhã ouvi-la por alma dos nossos irmãos iludidos que pereceram no combate (32)."

Tal procedimento atraia simpatias e bênçãos de todos os que a luta civil exaurira num infundável decêndio. "À voz de Caxias, os Farrapos acordaram do seu devaneio que custara muita lágrime e muito sangue. Sentiram a ansaça que pesava sobre o seu pele e desembainharam da novo as espadas sob o comando do grande brasíllero, para datandarem o Brasil unido. Como antas, como dafolis, como sempre, o Rio Grande não mentiu ao seu papel, nobre e glorioso, reservado pelas fatalidades históricas a geográficas, de santinha da fronteira meridional. E os subchtes de Caxias na arrancada contra Rosas foram os antigos ceudilhos tarroupihas (33)."

Bento Gonçalves não chegaria a ver seus entigos companheiros ombro a ombro na marcha contra Rosas, sob o tutuer das bandeiras Imperiais. A guerra contra o tirano começou ao tñdar o ano de 1851. Fazia, então, seis que Canabarro desconsava nas suas terras. Braço às armas feito, desembainhara a espada contra Rosas, como a desembainharia quatorza anos mais tarde contra as hordas invasoras de Solano Lopez. A mão que empunhara sem qualxumee e hesitações o rabo do foguete nunca estremecau na defensas do Brasil. Bento Gonçalves não veria tudo isso. O veterano de Ituzaingó, de cujo prestigio e valor se eprovelaram as torças ocultas, aseopando-lhe as ideologias sedutoras e talas das lojas, falaou em Pedras Brancas, retirado da vida pública e ralado de desgostos, no dia 18 de julho de 1847. Vivo, sem dúvida, teria seguido a astrela de Caxias contra Rosas.

O Império que se fortalecia na paz interna criaria dois dias mais tarde o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, concentrando num homem a autoridade do governo já centralizado no poder pessoal do monarca, tanto quanto possível dentro do regime. Esse reivigoramento do executivo permitiria domar o último surto do maçonismo revolucionário — e revolta Praisiére da 1848, para poder projetar as armas vitoriosas elém das frontaias, libertar o Prata, exercer sua missão civilizadora contra a ceudilhagem feroz e vingar os agravos da 1827, passando sobre as baionetas dos caçadores de Marques da Souza es coras Imperiais pelas ruas de Buenos Aires.

O Brasil inaugurava o sentido imperial do seu destino na América do Sul. As torças ocultas encolhiam as garras no preparo dos golpes sucessivos e necessários que o levariam à Repúblis para se tornar pasto do capitalismo internacional, que, em 1843, antre a pacificação de Minas-São Paulo a a do Rio Granda do Sul, pôs mais uma algema de ouro na nossa Pátria: o empréstimo contratado pelo comandador

José Marques Lisboa, nosso plenipotenciário em Londres, com o banqueiro judeu Isaac Lyon Goldsmid, gerentido com o penhor das alfândegas. Com seu produto líquido somos nossas contas com Portugal, que datavam da Independência e o regime dos déficits em que vivíamos ainda não permitira saldar. "Reconheciamos dever ainda do empréstimo português £ 488.393,15 shs. e 5 ds., além de £ 134.308 de juros, isto é, o total de £ 622.602. Tomamos, portanto, emprestado este capital real de £ 622.702 e juros de 5%, tipo 85 e prazo de 20 anos, com a obrigação de pagar o capital nominal de £ 732.800." Os resultados da operação financeira foram os seguintes, na nossa moeda, no magnífico câmbio da época: recebemos uns cinco mil e quinhentos contos pelos quais pagamos quatorze mil e duzentos (34).

Nas páginas vibrantes de Alfredo Rodrigues, está retratado o heroísmo gaúcho durante quase dez anos de luta contra o Império. O escritor riograndense pintou com singular mestria os episódios do príncipe tronelirícos, os entrevistas das cavalaria rivais com seu retinir de espadas e da lança. Nesses páginas se enumeraram as vitórias e as derrotas: Passo dos Negros, Taqueri, Couto, São José do Norte, Selval, Porongos, Fanfa, Poncho Verde. Nelas se revelam os apelidos e as façanhas dos centauros fardados de vermelho ou azul com seus curvos sabres luminosos e suas lanças de choupanas foscantes: Bento Manuel, o das Ides e vindas; Bento Gonçalves, o chefe cavaleiro; David Canabarro, o incansável guerrilheiro; os Irmãos Sarmento Mena, heróis do Rio Pardo; Garibaldi e Anita; Inocêncio Ferrão e Antônio Joaquim da Souza; o capitão Manuel Lucas de Oliveira e João Manuel de Lima e Silve; Corte Real, Onofre Pires, Portinho; Vasco Alves, Jóca Tavares e o velho Moringus, Francisco Pedro da Abreu, barão de Jacuí, o homem da Califórnia... Nelas se vêem as palanquinas pampreas ensombreadas de umbros e cortadas de sangue, as cargas de lancários, as guerrilhas atirando por trás das pedras, o ataque de ranchos, galpões e estâncias, a figura lendária dos chefes, todo o perfume da revolução terroupilha, vivo, palpável (35).

Sob essa agitação guerreira, os segredos íntimos da história. Sob o galope estrondante das cavalerias imperiais e republicanas na vastidão das pampas ensolados e varridos de minhancas, o cauteloso caminhar das intrigas, o infame rastejar das maçonarias, a mão oculta do judaísmo torneando o dinheiro para a matança trátrica. É necessário não deixar que a atenção se prenda de todo nos vultos atraentes dos paladinos altaneiros, cingidos nas ferretas purpurinas, azuis ou verdes, manchadas de poeira e de pólvora, com os grandes sabres pendendo dos talhos de couro branco e a berretina preta

Inclinada sobre a orelha. É necessário dasviar um pouco os olhos do choque dos escalões de carga, do agitar das lenças apendoedas de galhardetes, do flutuar das bandeiras euri-verdes ou tricolores sobre os ponchos largados ao vento. É neocessário tapar os ouvidos ao tropel rítmico das cargas, ao cavo rodar de erilharia pelas arreias entremeadas, à gritaria bárbara da indiada carregando... É necessário deixar o esplendor do sol e perder-se na empoeirada papeleada dos arquivos, no silencioso convívio das velhas memórias, esmiuçando os motivos secretos e as influências escondidas, fazendo aos episódios enluminados e ensanguentados se suoederem as análias frias e as exégeses cuidadosas, varificando os ínclitos individuais e os determinismos mesiológicos, palpando a eção solerte das forças ocultas e examinando os desvelamentos das ambições peseceie e da politicagem das facções. Somente assim se compreenderá como o sangue dos centauros gaúchos foi desperdiçado num luta fratricida de quase dez anos, que serviu futilmente de escola de sacrifício e de grandeza para a gente riograndense (36).

As lições da história se deduzem muitas vezes em termos de comparação. Confrontemos um instante o que se passou em 1835-1845 com o que ocorreu em São Paulo em 1932. As forças secretas operantes do judaísmo, através de buche e da maçonaria, agiram então sobretudo pela mão oculta de Meuá e pelos carbonários, como já vimos. As forças parentes de 1932 — clubes 3 de outubro e legiões 5 de julho —aram as sociedades Defensor, Militar, Continen-tine, em outra encarnação. O espezinhamento, dir-se-ia proposital, exagerado também no clima da Imprensa e do público paulista, idêntico ao do Rio Grande no começo da rebelião. Mesmo processo de criação do clima revolucionário. As explosões dos movimentos foram semelhantes. Dapela da derrota, como no São Paulo de 1932, as mesmas coisas: o abrolhar do separatismo, o ódio ao nordestino que cooperou como soldado na repressão, em São Paulo — **cabeça chata**, no Rio Grande — **baiano**, fermento destinados a operar novas crises pelo tempo elém.

As forças ocultas, anti-nacionais, anti-cristãs, que, assim, tantam desmembrar as grandes nações, parece que o separatismo sarà uma poderosa alavanca da destruição. Enganam-se muitas vezes. Porque, no fundo, quase sempre, o separatismo se reduz a simples emulo de filho que sofreu injustiças de seus pais. Veja-se bem que, quando campeava a revolução farroupilha, seu governo mandava representantes e agentes ao estrangeiro e concertava tratados com os vizinhos, quando Rosas pensou em aproveitar o dissídio gaúcho para

separar o Rio Grande e enfraquecer o Brasil. David Canabarro mandou-lhe uma carta, que é o mais honroso documento de época: "Senhor. O primeiro de vossos soldados que transpuer a fronteira fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratininga com os imperiais, pois acima da nossa amor à República está o nosso brio de brasileiros. Quisermos ontem a separação da nossa pátria; hoje, almejamos a sua Integridade. Vossos homens, se ousassam invadir nosso país, encontrariam ombro a ombro os republicanos de Piratininga e os monarquistas do sr. D. Pedro II." Vimo-los lado a lado contra Rosas.

O sentimento de Integridade da pátria que o judaísmo maçônico não lograra destruir, palpitava ainda vivo no subconsciente dos heróis sulinos.

Um século já passou sobre os homens e os fatos dessa época atormentada. Só a glória dos heroismos e sacrifícios gaúchos resplandece hoje nos horizontes do Brasil. Essa lição de grandeza de alma, desinteresse e bravura é a herança maior que deixaram os Farrapos desaparecidos. Depois de ter apreciado os bastidores de sua história, tornemo-nos a contemplar sua galopada épica. Olhemos-lhe feridos na maosga eneangüentada e lamentemos que, assim, se tenha gasto tanto valente. Lelemos comovidamente as cartas e proclamações em que se alciam pela Integridade da Grande Pátria. Lá dentro de alma profundamente a amavam. Se, no jogo da política e da guerra, obedeceram a eugestões, menejos e influências que somente hoje se vêem descobrindo, tiveram culpas, provindas na maioria de sua ignorância, bem que as pagaram com seu sangue generoso nos campos de batalha. Não é julgá-los o que sobretudo nos importa, porém glorificar a honrosa lição de sacrifício que nos legeram. Ele criou os heróis epónimos do povo gaúcho, singelos como Parsifais, quixotescos como paladinos lendários, levados de um grande sonho... (37). "Não podemos culpar os homens de 1835..." (38)"

Cabem aqui as palavras de Georges Betault: "Contanto que a aparência seja bela e **racional**, facilmente todos se desinteressam do que se passa nos bastidores. Mas, na verdade, a história fez pouco caso de lógica e da razão, porque ela é a própria Vida de Humanidade, não um edifício, porém um rio caprichoso, cheio de turbilhões e rodamoinhos. A **ação dos poderes ocultos**, invisíveis ao primeiro olhar, existe e desempenha muitas vezes um papel preponderante (39)." "

E esse papel que vamos pouco a pouco, conforme nos permite a documentação rara e esparsa, fazendo ressaltar nas fases e episódios principais de nossa história, dos em quem doer.

Capítulo IV

A GUERRA CIVIL DAS MATAS

A luta de partidos do liberalismo lançada no seio das sociedades cristãs pelas ideologias maçônicas-judaicas, precursora da luta da classe comunitária, dominava o Brasil parlamentar do Segundo Reinado. No seu seio, fermentavam ainda as xenofobias de Independência, os resíduos dos ódios das facções que se bateram no período regencial, o sangue das guerras civis, as vinganças de famílias intrigadas pela politicas e os anseios das massas sertanejas abandonadas ao seu destino e timentes das polícias regulares, explodindo em fanatismos e comunismos.

Sob a rubrica geral de Conservador e Liberal parecia haver doze grandes partidos nacionais no Império. Não era, porém, verdade. Eles só haviam constituído de vários grupos com tendências as mais dispareias, sobretudo o Liberal, com exaltados e moderados, se elevavam nas províncias de localismo, bairrismo e regionalismo característicos, se subdividiam e se guerreavam nas subdivisões com inaudita ferocidade, uniam-se em coligações passageiras para vencer esta ou aquela eleição e se separavam com ainda maior rapidez. A maçonaria tinha magnífico campo de ação no seio de toda essa confusão.

Em 1840, com a Maioridade, os liberais subiram ao poder ligados à facção áulica que se representava por Aurélio Coutinho. Em 1841, entravam o poder aos conservadores ligados à mesma facção representada pelo mesmo ministro. Um Senado de maioria conservadora permitiu-lhes agüentar melhor a luta. Mas, em 1844, de novo os liberais iam para cima com o gabinete da Almalda Torra, viacondá da Macaé.

Uma das províncias onde mais entrinhados estavam os ódios partidários era a da Paraíba, tradicionalmente revolucionária desde a constituição das academias secretas do começo do século, com o foco maçônico da Goiana sempre a arder sob as cinzas e antão com o Iluminismo que Júlio Frank trouxera para São Paulo florescendo na

sua Academia de Direito sob o nome de "Tugandbund, segundo afirma Odilon Nestor nas "Pandectas Brasileirae". O bom humor popular alcunhava por toda a parte Ilberais e conservadora com apelidos expressivos: Luzias a Saquaremas, Chimbangos e Caranguaijos. Em Pernambuco eram Praialros e Guabirus, tão extremados a odiantos que fôra impossível criar entre eles talceiro grupo para servir de pára-choque (1). Da Guabirue diziam-se o partido da Ordem. A Praia era a revolução. Vinha-lhe o nome da rua da Praia, onde ticeava a tipografia de seu jornal. De balxo, com a aubida ao poder dos Ilberais, os conservadores se apoiavam unicamente no Senado e se alavam aos saquaremas do Sul. Da cima, os praleiros exigiam um presidente de província que pudesse manejar para aniquilar os adversários.

Marcelino de Brito não agradou. O conselheiro Tomás Xavier não serviu. Enfim, veio Antônio Pinto Chichorro da Gama, maçon de qualro costados, "genulho corifeu das meias exaltadas doutrinas do liberalismo (2)", "que se val torner em Pernambuco durante mitos anos o ídolo dos liberais". Sua presença — diz Josquim Nabuco — assinala o pleno domínio da Praia: Injustiças, abusos, tropelias, pereculgões. Tudo visando o male imoral e desenfreado eleitoralismo. Demissões em massa. Cacetelros a pintarem o aste pelas ruas, quebrando lampões a desoraa, espalhando os negociantes portugueses aos gritos de — *mata marinheiro!* espavorindo a população (3). Um horror! A reação conservadora naturalmente não o poupa. Os jornais guabirus cruzam fogos sobre ele, condenando-lhe os atos. Chamam-lhe o Proconsul da Praia como, mais tarde, os praleiros chamarão ao presidente contrário o Paxá de Pernambuco.

Em 1846, naufrage uma primeira tentativa de Conciliação dos Partidos em luta, a fim de poder o Império, minado pela politcalha, trabalhar e progradir. É o sonho por que aa bate, cheio de esperanças, Honório Hermeto Carneiro Leão. Há uma verdadeira contradança partidária por toda a parte. Grupos que se ligam ou se desligam ao aabor de interesses imediatos a momentâneos. Valhos conservadores unidos aos Luzias que haviam vencido, para derrotar os áulicos. Valhos liberais impenitentaa de braço dado a corcundas, caranguijos, saquaremas ou guabirua. Viu-aa da tudo.

Em 1847, a maioria liberal impôa com Alves Branco um ministério de combata. A Conciliação liiquidara-aa. Tentar-se-ia outra com melhor proveito, mais tarda. Ao pé de Alves Branco, assoprando-lha conselhos o misterioso Varguairo, bucheiro a iluminado, que voltara a influir na política depois de ter errado pelo Prata a pelo Espírito Santo em consaçüencia da malograda revolução de 1842. Continuava, po-

rém, "animado do mesmo espirito". O ministério Alves Branco era, "para a Praia um triunfo Incontestável". Na Corte, ela aceitava "todas as combinações", contando que conservasse intacto o feudo, o governo de Pernambuco (4). Não podia abrir mão do proconsulado!

Os conservadores responderam-lhe com a anulação das eleições senatoriais pernambucanas, baseados nos inqualificáveis abusos de Chichorro da Gama que presidia o pleito em que era candidato, em companhia de Ernesto Ferreira França, notoriamente criatura das lojas. Nos corredores do velho casarão do conde dos Arcos, cíclava-se que o Imperador protegia a ambos e os jornais praielros consideravam a anulação verdadeira revolta dos "façanudos quabibus" contra a Coroa (5). Chichorro da Gama permaneceu no governo e presidiu novas eleições em que continuava como candidato. O ministério liberal apregoava a sua força e punha em ação todos os meios para obter a vitória (6).

"A política (praielra) — comenta Joaquim Nabuco — complica-se com um fermento socialista. Os praielros reclamavam a nacionalização do comércio e retalho". Antes, o mesmo historiador já havia dito: "Um dos principais ataques da Praia era contra o feudalismo dos senhores de engenho. Forte na capital, sia sentia dificuldade de avençar no interior, fechado pela grande propriedade, à cuja sombra viviam as pequenas povoações, semeadas em suas carcaças; de lá a guerra que ele move à grande propriedade, superior à justiça pública. Nesse ponto, a invasão praielra era uma imposição necessária; depois, viria, ou não, a reconstrução democrática, o essencial era desde logo a conquista do interior pela lei. Tanto na "Justa aprelecção" como na tribuna da Câmara, em 1843 e em 1853, Nabuco (7) de algum modo o reconhece. Ele não contesta o benefício dessa campanha, lastime somente que os atos não correspondam às palavras e que de uma obra social de voto alcançar se faça uma extrema perseguição partidária (8)." Era naturalíssimo que os senhores de engenho se acuassem e defendessem. Sussos grupos de acostados armados e de papa-méla ou escravos fugidos eram pretextos para os malorres arrochos da parte das autoridades praielras. Diziam estas que os outros dispunham de engenhos fortificados, alguns até com artilharia (9).

Aproveitando o anseio de liberação econômica e social das massas trabalhadoras do açúcar, os praielros procuravam fazer desse arma política contra os latifundiários que, naturalmente, sustentavam o partido conservador. Contribuíam, assim, para o inicio de uma verdadeira luta de classes: os pequenos plantadores de cana e os

moradores dos engenhos contra a velha e tradicional nobreza da
brava gente pernambucana, que vinha dos pés-rapados de Olinda
e içados contra os judeus-mascates e dos heróis da guerra holandesa;
o campo, a choupana e mesmo a enzala contra a caea-grande... A
Praia, que era o litoral, recabendo o influxo das idéias maccateadas
mundo afora pelo judaísmo maçônico, ergula-se contra o que ela
denominava **as influências do interior, acasteladas nas suas pro-**
priedades e inscessíveis à autoridade pública (10). Havia, pois,
certa razão em Macl Monteiro, quando, em discurso na Câmara,
acusou textualmente os praleiros de quererem o COMUNISMO, cujo
Manifesto surgiu um ano antes de se revoltarem (11).

Em notável oração da época, o ministro Paula Souza refere-se
às conquistas liberais do mundo que aí se aninhavam todos os povos.
Menobrada pelo judaísmo, de quem é a criada de servir, e meçonaria
essoprava os fogachos do Incêndio revolucionário que lavraria nos
dols hamletérios em 1848. Revolução liberal na Prússia. Revolução
húngara de Kossuth. Revolução liberal em Viena contra o jovem Fran-
cisco Joeé, vencida pelas tropes croatas do ban Jellachich. Perturba-
ções da ordem e agitações por toda a parte. Revolução francesa de
julho, depondo o rei burguês-liberal Luiz Filipe e proclamando a Repú-
blica dos eonhos de Lamertine, destinada a morrer no berço sob os
tacões militares do Segundo Império Napoleônico. Tudo isso se encen-
da depois da publicação, em 1847, do Manifesto Comunista do judeu
Mardoqueu, vulgo Karl Marx... A coincidência não é desprazível.

Havia intelligências secretas movendo a gente de Pernambuco no Recife
(12). Os clubes políticos que tinham sido a peste de Regência como
bombardeiros das lojas, reaparecidos em 1842, tornavam-se a constituir.
Formava-se com elementos maçons e da Tugendbund a famosa
Sociedade Imperial Pernambucana, que logo estendeu suas ramifica-
ções tentaculares pelo interior, declarando-se resolvida a resistir pelas
armas a quaisquer demissões de empregados públicos, de policiais
ou de oficiais da Guarda Nacional (13). Era presidida pelo general
Joeá Inácio de Abreu Lima, redator ostensivo do jornal da Praia, o
"Diário Novo". Reuniu-se secretamente, de preferência à noite. Excita-
vava todas as resistências. Fazia terrível campanha de boatos, espi-
lhando e confusão nos espíritos. Assentava a existência de um
"plano tenebroso contra a Independência do Brasil" traçado pelo
Imperador mancomunado com os portugueses, rancosa acusação
leita a D. Pedro I pela maçonaria em 1824. Absoluta falta de imagina-
ção! Os agentes da treta sociedade penetravam em todos os meios,
empeçanhandos com essas e outras balelas, cuja inspiração maçô-

nico é evidente. Basta a simples leitura das Proclamações ou, como se diria hoje, boletins da tal associação para aa ver que repete fórmulas em voga três lustros e mais: "O Partido Absoluto Miguelista que se acha no poder unido aos portugueses..." e que jandas tolces em que pareja o ódio da maçonaria à reação de D. Miguel, de outro lado do Atlântico (14). Que tinha Pernambuco com isso?...

O general Abreu Lima, presidente da Sociedade Imperial, era um dos maiores corifeus do maçonismo no continente. Filho do famoso padre Roma, fuzilado como rebelde, expatriara-se e servira às ordens de Bolívar nos exércitos da Gran Colombia. Estava intima e diretamente ligado ao foco maçônico-mirandista do continente, do qual grande influência se irradiava pelos países vizinhos. Seu irmão, João Inácio Roma, também membro influente da mesma sociedade, reunia gente de maua bofes nas matas do Catuca a duas léguas do Recife, para o que desse e viesse. Verdadeiro profissional da desordem. Depois de tomar parte na revolução de 1824, refugiara-se nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, tantou, em 1828, quando do motim dos mercenários alemães e irlandeses na Corte, articulado pela Argentina, levantar o corpo de caçadores mercenários da guarnição no capital pernambucano. Do seu plano conatava o Incêndio e o saque da cidade. Falhou. Condenado a degredo no Rio Negro, homisliou-se na tal metas do Catuca, onde, a exemplo de certos próceres da cabanagem paraense, fabricava moeda falsa de cobre. Participara dos movimentos aedoclosos de 1831, 1832, 1833 e 1834. Servira como oficial na luta contra os cebanos em 1835 e reformara-se no posto posto de capitão. Homem cruel, covarde, temido e sem remorsos (15).

A Sociedade Imperial arregimentava em segredo elementos revolucionários dinâmicos com o nome sugestivo de CORPO DE INVISÍVEIS (16), ômulos daqueles PATRIARCAS INVISÍVEIS da rebeldia buchero-maçônica de 1842... Como essas coisas se parecem! Será obra do acaso?...

Desde 1846, a polícia pralsira invadida tumultuarlamente os engenhos dos contrários sob o pretexto de procurar criminosos fugidos, operando-se dai, gradualmente, a modificação no caráter feudal da grande propriedade açucareira (17).

Em 1848, veio para o Parlamento uma deputação praleira "animada da confiança que dá a unanimidade". Compunham-na Joaquim Junes Machado, Antônio Pinto Chichorro da Gama, Antônio Alonso Ferreira, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, Urbano Sabino Passos de Melo, José Francisco de Arruda Câmara, Manuel Mendes da Cunha Azersdo, Joaquim Teixeira Pessoa de Abreu Lima, Antônio da

Costa Rego Montalvo, Filipa Lopee Nato, Manuel Inácio de Carvalho Mendonça e o padra Joaquim Francisco de Farla (18). A fina flor do movimento rebalta que ia abrolhar. O estado-maior da revolução am perspectiva. Chefees revolucionários e autoridades da revolução. Os cronistas dos eocntecimentos a os advogados da defesa. Nomes tradicionais na vida das ecclades secretas pernambucanae desde fina do século XVIII.

No poder, o oltevo gabinete do Sagundo Rainado: Maceé, São Vicente, Abaeté, Manuel Fellardo; mas sua duração não iria além de deis meses e vinte e três dias (19). A legislature de 1848 não chegaria a funcionar. Adiada por decreto de 5 de outubro dessa ano para 23 de abril de 1849, seria disaolvida por decreto de 19 de fevereiro... (20) Chichorro da Gama era demitido da presidência, eem complacência, e, no novo gabinete, embora ainda liberal, o de Paula Souza, não entrava um único ministro partidário ou amigo da Praie. "Pesava um interdito sobre ela. Em Pernambuco mesmo a eltução tinha piorado (21)." O sucesor de Chichorro, o padra paulista-conselheiro Vicente Piros da Mota, homem enérgico, rabugento e de língua solta, arrasou em relatório famoso e administração anterior (22). Os liberais dividiram-as, enfraquecendo-as. Ao poucos, o bloco conservador do Senado ia impondo o qua quarla. Quando Paula Souza, no ocaso, passou o bastão a Souza Franco, o novo presidente de Pernambuco foi recebido pelos praeiros "como um adversário".

"Com a queda da eltução liberal — escreve eabimenta Joaquim Nabuco — Pernambuco estava fadado a sar o campo da uma revolução eanguinolenta." Do meemo modo que os liberais, diapensados do poder em 1841, se rebelaram em 1842, em São Paulo e Minas, os praeiros se revoltaram em 1848, sobretudo por verem no poder, desde 29 de setembro, "o chefe mais graduado dos guabrus", Pedro de Araújo Lima, então visconde de Olinda. "Ao ressentimento que os praeiros experimentaram vendo à testa da administração o homam que com o seu prestigio pessoal, durante os cinco anos da eltução liberal, os estorou e ás vezes paralisou no governo a que impediu os seus chefees de entrarem para o ministério a dê as acastelarem no Senado, juntava-se para movê-los à ação a confiança do partido liberal no Império de que Pernambuco não toleraria o domínio saquarema e que desta vez o pais assistiria a um movimento como fôra o do Rio Grande e não ao espetáculo da Venda Granda ou da Santa Luzia. Sob tal influânciâ não havia para a Praia freio que a pudassa conter; a revolução era inevitável (23)." Damais, o CORPO DE INVISÍVEIS estava a postos, ajudando a desencadeá-la.

Todavia, os homens de verdadeira responsabilidade do partido da Praia não queriam, não a desejavam e procuravam evitá-la. Ela estava fora das vidas e esperanças de Nunes Machado, assegura Urbano Sabino, cronista e parte do movimento. Ela não tinha nenhum pretexto que satisfizesse à opinião, depõe gravemente Joaquim Nabuco. Ela foi "um erro depois unanimemente lastimado", acrescenta. Borges da Fonseca, um dos chefes, julgou-a prematura. Todos os outros, desarvorados, atiraram a responsabilidade como uma peteca de mão em mão, acusando-se mutuamente de traição e de covardia (24).

Infeliz revolução! Ondulação começada em Paris, como disse Nabuco, não podendo acrescentar por falta de conhecimento das forças secretas, o que acrescentamos: transmitida por essas forças, hábeis imitadores em toda e parte das idéias judaicas rotuladas de francesas...

Que motivos a ditaram?

Vejamos a confissão dos chefes. A 31 de dezembro de 1848, Nunes Machado, Peixoto de Brito, Vieira Tavares e Antônio Afonso Ferreira deixaram o Recife para se unirem às forças rebeldes que já vinham do interior para a capital, onde ficavam aglindo Lopes Neto, Rego Monteiro e o padre Farla. Arruda Câmara lá agitava o norte da província. Ao se separarem, assinaram uma proclamação em que reivindicavam a convocação de uma Constituinte, a temporariedade do Senado, nova divisão territorial do Império, nomeação dos presidentes de província e de prefeitos departamentais pelas assembleias provinciais em listas sujeitas ao placet imperial, mandatos eleitorais e magistraturas somente destinadas a brasileiros natos, nomeações de funcionários pelos prefeitos, centralização financeira do país. Não achando suficiente o programa, ampliaram-no mais tarde, exigindo a extinção do Poder Moderador e do de Graça, sufrágio universal, federalismo, independência dos três poderes, reforma judicialária, novo sistema de recrutamento militar, extinção da lei do juro convencional e nacionalização do comércio a retalho (25). Sente-se em tudo isso o sopro das lojas, o cheiro da Acácia: acabaram querendo a República...

Não há uma alegação de peso contra o Império. Os líderes não desejavam a rebeldia. Ela como que foi assoprada da sombra, dos INVISÍVEIS, de tal modo que os comprometeu ao ponto de não terem outra saída senão pegar em armas.

Urbano Sabino, defendendo seus amigos e companheiros, afirma que a prepotência do governo provocou-a, tendo o seu partido

recorrido às armas por sar assa, am verdade, o último recurso que lhe restava contra a compressão do poder a qua os bandos armados surgidos de repente pelas comarcas do interior nada mais eram do que elementos locais da defesa contra a prepotência das autoridades guabirus (26). Figueira de Melo, o chefe de polícia que combateu os praleiros, declara que eles esperavam se generalizasse o movimento por todo o Norte e se agitasse o Sul (27). Melo Rego assegura qua os chefes de rebellão estavam de inteligência com amigos na Corte (28). As intrigas maçônicas enleavam todos em sua teia sutil.

A acusação de compressão governamental está sujaita a dúvidas sérias. Os homens que o poder central mandara nos últimos tempos, quando a agitação dos espíritos prenunciava a revolta, governar a província, não eram tipos de tiranos. Herculano Pena distinguiu-se, aliás, pela moderação, o que fez com que as coisas chegassesem ao ponto a que chegaram. Vieira Tosta, o presidente qua acabou dominando a revolta, se tinha uma mão política de ferro, possuía uma consciência "delicada e escrupulosa" de magistrado, não praticando nenhum abuso de autoridade (29).

O certo é que, quando estiveram no governo, os praleiros conseguiram, visando o futuro, distribuir pelo interior cinco mil espingardas e 350 mil cartuchos. Preparevam a revolução (30). A Praia acreditava que as delongas e a moderação significavam fraqueza governamental. Acerdeu, pois, o estopim da bomba destinada a rebentar nas mãos fracas de Herculano Pena. Vieira Tosta, o Paxá da Pernambuco, como lhe chamariam os praleiros, concertaria os estragos da explosão.

Esta foi a 7 de novembro da 1848. Chefiou o movimento o desembargador Nunes Machado, homem da alto valor mental e moral, muito popular na sua terra. Tinha o defeito de se julgar ganhado. Conformara-se à vontade da seus amigos, vítima da Intriga maçônica. Viu-o claramente o espírito da Joaquim Nabuco: "Ao plear o solo pernambucano o chafa qua la tudo aplacar sentiu-sa vencido pelas circunstâncias locais, enleado pelas intrigas do partido. Havia já corrido sangue, os praleiros estavam em armas, a atitude conciliatória atrabuída a Nunes Machado foi considerada pelos combatentes como uma tentativa de desarção, e espalhou-sa logo o boato de que ele sa tinha passado. Essa suspeita bastou para lançá-lo com dupla violâncias no caminho da revolução. Pode-se ler no aviso publicado por ele, logo depois da sua chegada, a história do que se passou em seu espírito, a sua resolução de evitar a luta, dominada pela sua incapacidade de afrontar uma suspeita desonrosa (31)." Ele vinha, com os

outros deputados pernambucanos, da Corts, chamado pela gravidade da situação, torturado pelo pressentimento de ser vítima dos acontecimentos (32).

Iniciava-se, assim, a revolta que, se durasse, panderia para a República, como opina Nabuco, proclamaria uma República separatista do gênero da da Piratininga. Lançou-a nease rumo a adesão do Antônio Borges da Fonseca, cognominado o Republicano, que e própria Praia outrora castigara por ter insultado Sua Majestade o Imperador. O movimento acabaria, em verdade, arvorando a verdadeira bandeira que desejavam os conciliábulos dos INVISÍVEIS...

Aquí e ali, o interior já se alçara com as armas que recebera. A 14 de novembro, já os rebeldes, de José Joaquim de Almeida Guedes davam combate aos guardas-nacionais, policiais e soldados de linha do coronel Amorim Bezerra, em Mussupinho. Depois de três horas de fogo, os legais ficaram senhores do terreno e os praieiros recuaram batidos, perdendo 43 homens (33). Não era ilusão o anúncio para a nascente rebeldia. Seus bando intestam o certão. Pipocam eufórias de todos os ledos. Abusos. Barbaridades. Os legalistas por onde passam pagam na mesma moeda.

Em fevereiro, os praieiros resolvem apoderar-se do Recife, invadem-no no dia 2, com doze mil homens, pelo Boa Vista e pelos Atogedos. Penetram na cidade. O tiroteio craptia horas e horas nas ruas Nova e do Creepo, nos largos da Ribeira e do Carmo. O combate dura de 5 da manhã à 9 da noite. Os insurgentes esperavam spanher o governo de surpresa, mas o encontraram prevenido e suspeitarem uma traição ao seu plano. Ao invés de correr a refugiar-se medrosamente a bordo de um navio, como pensavam, Vieira Tosta resistiu com as forças da guarnição auxiliadas pelo marujo do vapor de guerra "D. Afonso" surto no porto. Quando dirigia o ataque ao quartel da Solidade, Nunes Machado caiu morto com uma bala na cabeça, o que privou os assaltantes da sua cheta e lhes apressou a derrota. Foram rapelados com grandes perdas, deixando inúmeros prisioneiros nas mãos dos legalistas, os quais foram depois deportados para a Ilha de Fernando da Noronha. As cabeças dos líderes fuzilados foram, em edital, postas a prêmio por três contos da réis cada uma (34). O malogro dessa ataque ao Recife foi um golpe mortal na revolução (35).

A morte de Nunes Machado deu lugar a que os praieiros acusaram aos contrários de havaram assassinado. Urbano Sabino ameaça revelar um dia os nomes dos mandantes a a soma por que foi ajustado o crime. Acrescenta que o cadáver, transportado numa rede,

fôra insultado pelo a guabiru aos barros de — **morram os cebanos** (36)! Figueira de Malo explica ter sido impossível preparar uma emboscada contra o chefe praleiro em plena refrega, qua o transporta do corpo ae fizera em rede, melo usual de carregar defunto no Norte, por não haver outro no momento, a qua não houve o menor insulto ao corpo, mas simplee *vistoria* ou, como aa diz atualmente, varificação de Identidade. A opinião do general Malo Rago é que morreu em combate (37).

Os rebeldes, após a morte de Nunas Machado, passaram a conalderar eselm como a ume espécia de general chefe a Paxoto de Brito, graduado irmão da Acácia, que consegulu aacapulir, quando viu a causa perdida, pera o astranguelo. Voltou mais tarde ao Brasil, à sombra da anistia, reatou as antigas relações políticas e logrou com os apertos de mão simbólicos ser nomeado cônsul do Brasil em Barcelona. Viveu feliz, falecendo com setenta anos de idade em 1878 (38). Os pobres praleiros da plebe que deram sua vida pelas Idéias pregadas pelos INVISÍVEIS dormiam esquecidos no fundo da ensanguentada terra pernambucana. Felizmente os que crêem sabem que ne presença de Deus não existem heróis anônimos.

A Praie continuou a luter, mau grado o revés do Recife, Incendiando o Interior. O general José Joaquim Coelho, depole barão da Vitória, aseumi o comando dos Imperiale. No norte de Província, focos sediciosos borbulhavam nas matas de Paratiba e Monjope. No Rio Grande do Sul, e guerra civil se estendia palos pampes das brigadas em eligaraa de cavalaria. Ali, ele se refuglava no Intrincado das matas, usando em guerrilhas a formidável Infantaria nordestina. Para o sul de Parnambuco, o Incêndio la devorando Água Preta e Pajeú de Flores. A 13 da dazembro, os praleiros entravam em Goiana, valho foco maçônico, eepécle de Serro da Parnambuco, aprisionando a guarnição e só abandonando a cidade após a derrota do Pau Amarelo.

O praleiro Manuel Pereira da Moraes comandava um destacamento de mil e duzentos homana bem armados, que o ganral José Joaquim Coelho atacou com tropa da Linha — fuzilairos, caçadoras e artilharia — am Cruangl, no dia 20 da dazembro, a dasberatou com platamente. Os rebeldes comaçaram, então, a armar os índios mansos que ainda axistiam nas matas do Jacuípa a da Água Preta, como os balais do Maranhão haviam armado os pretos, lançando-os a correriae contra as colunas volantes dos legalistas. Mas, a 27 de dezembro, elas foram batidos em Almecega (39).

Ralou o ano de 1849 com uma vitória prateira: a tomada da Bezerros por Antônio Correa Peseoa de Malo, no dia 4, a que respondeu o major lagafista Bruce, conquistando as trincheiras revolucionárias de Utinga, no dia 5. A 10, novo triunfo dos Inurgentes: Peixoto de Brito entra em Barreiros. Depois, começam as derrotas: a 21 em Currais, perto do Rio Bonito, após cinco horas de fogo; a 27 no Pasmado, quando o capitão Argolo Ferrão, que aeria male tarde o general visconde de Itaperica, os desalojou das trincheiras ao sul do Taplesuma; enfim, a 13 de fevereiro, no engenho do Pau Amarelo, entre Golana e Itambé, onde o tenente-coronel Feliciano Antonio Falcão derrotou o corpo revolucionário do general Peixoto de Brito, que se havia apoderado de Golana (40).

Batidos em vários lugares, os Inurgentes concentraram-se na região de Água Preta, de onde tentaram marchar outra vez sobre o Recife e foram obrigados a fugir para Iguaraçu, em busca de munições, perseguidos pelos legalistas (41). Aquele seria o derradeiro baluarte da resistência prateira. A guerra civil apelava para os últimos recursos e dasfaldava a bandeira republicana, como diz o general Malo Rego, sob a inspiração de Antonio Borges da Fonseca, o grande ativador dos últimos tempos da rebelião.

A figura principal desse período é o capitão de artilharia Pedro Ivo, transformado na época pela fantasia e pelo maçonismo numa figura lendária como Luiz Carlos Prestes antes de ser revelado em 1935. Militar insubordinado, de maus precedentes, encontrava-se licenciado em Água Preta. Arranjara a licença para ganhar tempo por se achar alcançado com a fazenda pública. Desbaratara a caixa militar de seu corpo e via com ansiedade o término da sua licença e a obrigação de prestar contas das quantias que lhe haviam sido confiadas. Quando a revolução chegou àquela zona, recebou-a como uma saída para sua difícil situação (42). Aderiu, combatendo valentemente e foi endeusado. Castro Alves exaltou-o em versos épicos. Dizia-se geralmente que Nunes Machado fôra "a osbaça e o verbo da revolução", mas que Pedro Ivo era "o braço e a espada".

Naquele trecho do sertão pernambucano, outrora se haviam elevado os quilombos da famosa República dos Palmares. Matas cerradas se estendiam pelas margens do Jacuípe e entre o Una e o Camaragibe. Nestas anteriormente se acoturava o bando dos tamanduás saiteadores da Vicente de Paula, o Jacutupo (43). Ali, Pedro Ivo e os prateiros se ligaram ao bando rebelde de Caetano Alves, assolando a vizinhança. A revolução não conseguira a menor diversão em seu favor no resto do Brasil, que, cansado de guerras fratricidas, assistia

tranqüilamente ao seu estorvar. Terminava, poia, numa simples chuanerie cangaceirala. Nem podia acabar de outro modo um movimento politico-social que explodira sem razões profundas, explorando artificialmente uma reação natural contra o latifúndio e o comércio a retalho, assim coesão a sem disciplina. Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, denominou com a máxima propriedade aquele triate fim — A GUERRA CIVIL DAS MATAS.

Eis como Lopee Machado descreve essa GUERRA CIVIL DAS MATAS: "Doa pincaros mela agreeetes dos alcantias mais escabroaos, das brenhas mela enredadasa dequeles lugares, caiam de improviso sobre as avençadeas do governo, ou aa atraiam es veredas enguerilladas para as destruir e aniquillar, e, quando surpreendidos todos ou separados, na refrega, morriam matajando, aem nunca se rendaram (44)." Toda a bravura sertaneja sa desapardilçava dasta sorte em pura perde!

Os guerreiros daa metes acabaram, porém, diapersados palos governistas. A derradeira resistêncie foi a de Nogualra Paia em Pajeú de Flores. Pedro Ivo, considerado deserto do Exército e com a cabeça e prêmio, coultou-se nas terreas do engenho Verde. Afinal foi agarrado e velo para o Rio de Janeiro, onde o prendsrem na fortaleza de Sante Cruz. O governo ofareceu-lha anistia eob a condição de passar sela anoa fora do Império. Naturalmente apolado nee promessas e proteções daa forças ocultas a quem servira, rscusou. Transferido para a fortaleza da Lage, dall se evadiu, como Bento Gonçalves do forte do Mar, na Bahia, refugiando-se numa fazenda de Joaquim Brevea, o Mata-genta. Embarcou furtivamente na rastlinga da Marambaia com destino à Itália, maa faleceu a bordo, provavelmente de um colapeo cardieco, na altura da Paraíba. Lançado o cadávar ao mar, deu à costa roido pelos pelxes.

Os outros cabecilhas processados foram condanados à prisão perpétua "em pouco tempo nulificada pela anistia". Honório Hermeto subtitulu na presidêncie da província de Pernambuco a Vieira Tosta, futuro marquês da Muritiba, "para impedir os excessos da reação".

Dominada assa última tentativa do revolucionariemo maçônico, o Império poderia realizar seu grande destino na América do Sul.

Capítulo V

O TIGRE DE PALERMO E O CARNAVAL FINANCEIRO

Depois da revolução piauiense — notou Fibeyrolles — os processos políticos desapareceram do Brasil. Toda a gente procurou acatar a Autoridade Imperial como único remédio às lutas facciosas que desauperavam a vida econômica, envenenavam o ambiente social e perturbavam a administração da coisa pública. Começava a opulência dos grandes fazendeiros de café, espécie de nobreza rural em que se baseava o Império. Desde 1819, os cafezais se multiplicavam em volta do Rio de Janeiro, ao princípio plantados e explorados por estrangeiros: Laceene, Duffles, Monk, o general holandês Hogendorp, antigo ajudante de campo de Napoleão, lembrado no testamento de Santa Helena (1). Onze anos antas, em 1808, o Brasil já produzia 960 mil libras do precioso rubiáceo. Essa produção elevava-se em 1820 a 7.360.000 libras (2). Crecimento vertiginoso. Cada dia mais capitais se empregavam nessa cultura, que exigia a multiplicação do braço escravo e levantava a província do Rio de Janeiro ao pináculo da importância econômica, política e social.

O jovem Imperador casara em 1843 com D. Teresa Cristina, princesa real das Duas Sícilias, de quem tivera um filho, D. Pedro Ataúd. A 20 de julho de 1850, o pequenino rebento Imperial faleceu na fazenda da Santa Cruz. A dinastia viu-sa, assim, privada do herdeiro varão a mais tarda o cetro sob a ameaça da tomber en quenouille, o que emprestou ao maçonismo sempre alerta um de seus motivos de propaganda contra o Tarceiro Reinado, como veremos oportunamente.

O judaísmo londrino pressentira que o Brasil seria um paiz grande a livra, sa dispensasse da abundante mão-de-obra. Até então esta somente lhe havia sido dada pelo odioso instituto da escravidão, em que os judeus se haviam enriquecido nos tempos coloniais. Era fácil combatê-lo por ser anti-humano e o combate deveria ser levado a

cabo sem dar tempo ao Império da organizar outra base de trabalho e povoamento do solo.

A 8 de agosto de 1845, o governo de Sua Majestade Britânica promulgava o famigerado BILL ABERDEEN, contra o qual logo protestou o ministro de Eetrangeiros, Límão de Abreu, em nota de 22 de outubro seguinte. Por que protestou? Porque o BILL sujeitava as tripulações e cargas dos navios apreendidos com escravos a bordo pelos cruzeiros Ingleses ou somente suspeitos de se ocuparem no tráfico de carne humana aos tribunais e leis da Grã-Bretanha. Era um desrespeito à soberania dos outros e um pretexto para justificar abusos contra embarcações que navegassem sob o pavilhão brasileiro. Tinha-se a impreseção que a Inglaterra procurava uma briga com o Brasil. "Ofendiam os cruzeiros britânicos a dignidade e independência do Império Americano. Aproximavam-se das costas marítimas, não respeitavam os mares territoriais e nem os próprios portos e enseadas. Cometiam toda a sorte de degradações, saltando em terra, e perseguindo os moradores, cuja convivência suspeitavam; quearam dispersar tiros contra as fortificações (3)."

O Império não precisava ser forçado dessa maneira. O Governo Imperial acompanhava com cuidado o desenvolvimento da vida econômica do país para saber quando a como deveria libertando-o da mancha negra da escravatura, que o próprio Judaísmo, que hoje a combatia por trás do governo Inglês, lhe impusera nas priscas eras da colônia e continuava a explorar na África e no Oriente. Tanto assim que pela lei de 14 de novembro de 1850 equiparou o tráfico à pirataria para todos os efeitos.

Encerrado o ciclo revolucionário-maçônico que viera dos primeiros anos do século até 1849, inaugurava-se a era da paz interna que nos permitiria arcar com o peso das guerras estrangeiras, enquanto a pressão Inglesa a pretexto da escravidão o levaria até os dias perigosos da questão Cristã. A Coroa dominou a hidra da revolução. Moraes Sarmiento escreve: "A tolerância geral do predomínio abusivo que lha sucedeu (*à revolução de 1848*) foi por muitos anos resultado natural do cataclisma com que os revolucionários constituintes ameaçavam o Brasil. Os homens pacíficos e desapeixonados da lavoura e do comércio, os desinteressados nas lides pessoais da política, viram as tontes da produção ameaçadas, temeram que as paixões adreda sobreexcitadas chegassem a pôr em risco a propriedade, presenciaram o atingimento dos braços e dos capitais, e o subsequente detinhimento das indústrias, caíram em si, viram o caminho errado por onde estranhas ambiguições os gulavam, resignaram-se à prepotência administrativa,

como antídoto do veneno que girava na atmosfera revolucionária. Eles e só elas, pelo arrependimento de uns, pela inércia de muitos e pela viciosa coadjuvação de alguns, foram os verdadeiros vencedores da Revolução (4)."

Excelente esta pintura da vitória do espírito conservador da nacionalidade sobre o espírito revolucionário que procurava destruir sua obra da coesão e paz.

O conservadorismo Imperial floresceu em moderação depois da 1848-1849. A ansia das armou os ódios. "Acalmaram paixões". "Desvaneciam rancores". Falava-se por toda a parte de uma "reconciliação salutar", sobretudo depois que, em rápida campanha, nozes soldados expulsaram o tirano Rosas e passearem suas bandeiras vitoriosas pelas ruas da Buenos Aires, respondendo com Caseros às fanfarrenices da Ituzalngó. As principais figuras que combatiam a Coroa dala se aproximaram e a ele aderiram, fortalecendo-lhe a ação em benefício do Brasil. José Maria da Silve Paranhos, corifeu maçônico, futuro Visconde do Rio Branco, escreveu artigos favoráveis ao governo. Acalaba Montezuma, maçon e iluminado colimbrão, apoiava-o para ser escolhido senador. Sales Torre e Homem, o do Timandro, louvava o Imperador na imprensa. Teófilo Ottoni parecia esquacido dos concilíabulos das lojas e unicamente preocupado com empresas industriais, sobretudo a concessão do Mucuri. O partido Liberal diminuiu em número e força. Casado, entregue a estudos e a uma pura vida de família, inatacável em sua honestidade, o jovem soberano mostrava mais experiência dos negócios públicos e governava pessoalmente, afastados os áulicos. A "ditadura da moralidade", na frase feliz de Oliveira Lima.

O país progredia moral, mental e materialmente. O controle passional do Imperador varria as sevindijas da administração e da política. Reorganizava-se a Instrução. Mauá, ligado aos capitais judaicos de Carruthers e Castro, lançava estradas da farro, companhias de gás e de esgotos. Criavam-se já no sentido da obviar os inconvenientes da odiosa escravidão as primeiras colônias agrícolas. Honório Hermeto entoava em discurso célebre no Senado loas à assa frutuosa paz da família brasileira: "Não há mais saquaramas nem lutas. As lutas passadas estão terminadas e esquecidas. O governo é conservador-progressista, e progressista-conservador." Compreender-se-á melhor este rótulo político lembrando que o mesmo orador realizaria em 1853 a Conciliação dos Partidos. Santia-se a necessidade de uma grande união da vidas. Já na Câmara alista para 1850 só havia um liberal, Souza Franco. O gabinete ministerial era homogêneo e de figuras

conservadoras Independentes e Influantes (5). Ganta da primaira llnha. "Foi realmante um ministérlio forte esse que suprimiu o tráfico, dominou a revolução da Pernambuco, derrubou Rosas, e ao mesmo tempo lançou as bases de grandes reformas a melhoramontos que mais tarde se realizaram (6)."

Darrubou Rosas!

D. Juan Manuel Ortiz de Rosas era o fantasma da reconstrução do Vice-Reinado que se erguia ensanguentado no Prata, atemorizando o Império sempre lembrado dos desastres do Primalro Reinado. Mas agora, ao Invée duma nação dividida e maçonizada Internamente, havia outra que saia triunfante das guerras civis e se unia em torno de um Jovem monarca que não cortejava marquesas. Nos pródromos da grande conciliação partidária, com o enfraquecimento dos liberais exaltados, a maçonaria encolhia as garras prudentemente, ressonando no fundo das lojas.

Na sua tirania caudilhesca, Rosas sonhava ligar o Urugual e o Paraguai à Argentina Federal, domando ao mesmo tempo as resistências regionais de Corrientes e Entre Ríos. Adotara o vermelho como cor oficial de seus partidários, obrigava-os ao uso de bigodes posticos e degolava os inimigos sob o rótulo geral de **salvejos unitarios**, conservando-lhes as cabeças em serragem ou vinagre, e expondo-as em ganchos nos lugares públicos (7). Seu esquerdismo expresso no culto da cor encarnada, bebido no antilocalismo maçônico, rassaltava no modo como tiranizava o clero, fazendo da religião alavanca de seu governo e ridiculizando a pessoa dos prelados com seus bufões fantasiosos de **blagos das vacas** (8).

Dastruiu tudo em volta da el para dominar. "Somente da pé ficaram a alfândaga, que era a mina da ouro, e a tropa, que era a força. Fache a Casa dos Expostos e reparte as infelizes crianças entre as pessoas caridosas que es queriam receber. Suprime por decreto a vacina e reca do orçamento a verba que a custava. Tira os ordenados dos mestres-escola, abandonando-os à **cerdade dos pais da família**. Cerra as portas do Colégio da Orlãos, dos asilos a de todos os hospitals, cujos habitantes e enfermos são postos na rua para que a piedade pública os protaja. E clausura-se a Universidade — reunião, diz a palavra oficial, de **mocitos herreganes y lojistas** (9)."

O déspota voltava-sa contra as próprias lojas, cujo aspirito inspirara sua política da Stalin platino. Dacratara o desaparecimento das roupas azuis e verdes, eob pena de morte. Institulava-se Ilustre Restaurador das Lais, an quanto a voz de saus inimigos o alcunhava Tigre de Palermo (10).

Degolavam-se os unitários diariamente ao som da *Resbalosa*, que Avellaneda diz imitar o movimento da faca sobre a garganta da vítima. Era canto e ballado. A *Carmagnole* do Prata. Havia como que um jacobinismo nessas degolamentos. Com uma diferença: ao Invés da guilhotina, o *cuchillo*. Satanismo também. Rosas cercava-se de negros macumbalros a freqüentava-lhes os candomblés. Contavam-se em Buenos Aires mais de vinte mil príncipes organizados em poderosas sociedades, verdadeiras maçonarias negras: a Banguela, a Munique, a Conga, a Cambunga, a Alagungan, que conservavam os rituais féticistas da África e se designavam pela Santa Federação (11).

Ao povo miúdo dava diversões infantis: cavaleiros, argolinhas, rinhos de galo e paus da sebo. Ridiculizava as datas nacionais e deixava porá seu retrato em todos os objetos, dos livros de missa aos baclos (12).

O homem que tudo abatara em redor de si, receoso de qualquer superioridade, apolava-se na ralé, cujas expreções malas eram o Clube da Mashorca e a Sociedade Restaureadora. Nesses agrupamentos infames, dominavam frades apóstatae, magareles, negros, mulatos, vagabundos e criminosos. Espalhavam o terror, único sustentáculo do tirano (13), que Capdeville denomina "pontífice brujo de uma teocracia bárbara."

A ambição de Rosas era restaurar sob a égide da Argentina o antigo Vice-Reinado, reconquistando o Paraguai, que proclamara sua Independência à sombra da diplomacia Imperial, retomando o Uruguai por meio de Interposto pessoa poeta à sua frente a dedicada à caueiro, a, se possível, apoderando-se do Rio Grande do Sul. Daquele palavras da proclamação de Canabarro: "Um poder estranho ameaça a Integridade do Império."

A luta entre o Império e Rosas travou-se primeiro secretamente. O representante diplomático da Argentina no Rio de Janeiro, D. Tomás Guido, montara verdadeiro serviço de espionagem. O ouro de Rosas pagava uma polícia sacra espalhada em todas as nossas repartições públicas, de modo que o governo do ditador vivia minuciosamente informado de quanto se pensava, se dizia ou fazia na Corte Imperial. Por sua vez, o governo do Brasil usava de meios idênticos, não só mantendo a poder da dinheira secretas relações com os caudilhos semi-Independentes de Corrientes e Entre Ríos, Urquiza a Virasoro, como estabelecendo ligações secretas por Intendente da Rodrigo de Souza da Silva Pontes, nosso ministro em Montevideu, com próceres argentinos exiliados a com figuras de relevo uruguaias,

inimigos declarados ou encobertos do famigerado Tigre de Palermo (14).

Isso custou muilo dinheiro ao erário Imperial. Os governos uruguaios viviam do "subsídio pecuniário mensual" pago pelo Brasil. Esses "auxilios pecuniarios que nos dio el Imperio", confessou D. André Lames, cessaram em 1854 e, entregue aos próprios recursos, a República Oriental não podia estender sequer às mais exigas necessidades de seu orçamento. "Misérable desoladore!" Os cofres absolutamente raspados! Os cofres absolutamente raspados! A Entre Ríos e Corrientes emprestou o Governo Imperial quatrocentos mil patacões ou sejam oitocentos contos, soma respeitável na época, subsidizando mensalmente Urquiza com cem mil patacões (15).

Essas ligações secretas do Império contra Rosas iam até o Paraguai e penetravam na própria Bolívia. Desde 1845, após se declarar independente, o Paraguai procurava apoio em Corrientes, fazendo um tratado de aliança defensiva e ofensiva com o caudilho Madarlega. Quando, em 1851, decidido e acabar de vez com o poder estranho que ameaçava sua integridade, o Império invadiu a Bande Oriental, a Bolívia enviou algumas tropas às fronteiras do Chaco, como ameaça a um flanco da Argentina, e o Paraguai mandou alguns destacamentos, que, repelidos em Corrientes com perda até das bagagens, se limitaram a executar a cavalaria em marchas e contramarchas nos arredores das tranqueiras de Loreto e San Miguel. Para essa "palhacada militer", D. Carlos Antônio Lopez exigiu constantemente subsídios do Império, que acabou fechando a bolsa e desprezando lento elogio como ameaças do pal de Solano Lopez (16).

Até o último momento Rosas procurou evitar a guerra com o Brasil. Mesmo depois de mobilizadas as guardas nacionais gaúchas, de convocadas as milícias rurais entrerrianas, de nomeado o conde de Caxias para dirigir a campanha, "nas solenes imprecações de 9 de julho, Rosas impetrava do céu e da terra morte horrível para as avanças Flores e San Martín, esquecendo-se adrede do Inimigo em marcha... Era que o Grande Americano e Mui Ilustre Argentino implorava fora de horas a mediação de Mr. Southern a favor das estrelas. Medo? Sim, medo. Os fatos o demonstraram (17)."

Mas os astros falharam. Falhou também a suplicada intervenção da Inglaterra, cuja maçonaria protegia o tirano. E, "ao rumor dos tambores das tropas brasileiras, as milícias entrerrianas e correntinas caminharam para as planícies fartas do Uruguai. Rosas tremeu. Buenos Aires tremeu com Rosas e, publicamente, os mazorqueiros puderam associar, nas suas maldições de baixs feticaria e nas suas

comédias trágico-burlescas, o nome de Urquiza ao nome do Brasil (18)."

Apesar dos petacões que recebia mensalmente, o general D. Justo José de Urquiza mostrara tanta indecisão que tóre necessário o Brasil intimá-lo a mover-se com a declaração categórica de que — **com ele, nem ele ou contra ele** — entrarie em campanha (19). Assim, Caxias surgiu na fronteira uruguai à frente de dezessete mil homens. Des pontas do Cunha Peru o Exército Imperial ee dirigu às coxilhas orientais. Às suas ordens, Canabarro e o Moringue, João Propício e Bruce, André de Neves e Osório!

O Tigre de Palermo entregare a tarefa de conquistar o Uruguai, disfarçade em competição política interne, e um dos meus torpes e engulnáculos caudilhos que a América espanhola jamais produziu, Oribe, o Corte-Cabeças. Depois de betelhe do Arrolo Grende, em que derrotou o velho Lavalleja e degolera friamente mil e quinhentos prisioneiros, Oribe sitiou Montevideu, "beluerte de Independência mantel da Prete", refúgio sagrado dos perseguidos de Rosas. Durante nove Intermináveis anos, de 1842 a 1851, a cidade heróica sofreu rigoroso assédio que lhe valeu o título de Tróia Americana. Fome, Angústia, Medo, Martírio, Bomberdeios, Sortidas. Um inferno! Alexandre Dumas escreveu exaltado opúsculo sobre essa realstência: "Nouvelle Troie".

A serviço de Rosas, Oribe, "pior do que Atile", efogare em lama e sangue, de 1839 e 1842, as rebeliões de Santiago del Estero, Córdoba, Jujuy, Corrientes, Santa Fé, La Rioja, Cuyo e Tucumán.



O conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois visconde de Bom Retiro, na Condiliação ministra do Império.

Açoitava, violava e vilipendava as mulheres. Torturava e degolava os homens. Incendiava, esqueava e arrazava (20).

Graças ao auxílio estrangeiro, Montevidéu pôde resistir tanto tempo. Subfídios Ingleses, franceses e brasileiros. O Brasil interveio quando a França abandonou a luta. Legião francesa de Thibaut, veterano de Napoleão. Legião Italiense de Garibaldi, que deixara os Farrapões. Legião espanhola de Brie. Refugiados argentinos de Gálvez e Obes. Riveristas e colorados. Todos bateram-se com leões (21).



James de Rothschild
(Um dos Reis do Brasil)

O primeiro objetivo de Caxias era naturalmente liberar Montevidéu, que a esquadra de Granville bloqueava. Entretanto, quando se aproximou da capital uruguaia, já Urquiza, que forçara as marchas na sua frente, se entendeu com Orléans, o qual se rendeu com garantia de vida e retirada. Eduardo de Urquiza, neto do general, reconheceu que ele assim procedeu por um sentimento de argentilismo, "prescindindo dos brasileiros", que lhe pagavam cem mil petróveis mensais, "para dar o golpe decisivo" (22). A Sarmiento o próprio Urquiza confessou que não podia consentir tivessem

os brasileiros participação na rendição de orientais e argentinos (23). Eram estes da mesma família. Demais, Urquiza e Orléans pertenciam ambos à maçonaria... O primeiro salvou o segundo Filho da Viúva de ser tomado entre dois fogos, o dos imperiais e o dos sitiados, com o caminho do rio e do mar sob o controle da esquadra brasileira, em situação de ser esmagado à menor veleidade de resistência. A deslealdade de Urquiza selvara seu amigo e irmão de Acádia...

Essa capitulação pôsava uma esponja sobre o passado, punha os partidos em luta em igualdade de condições, mandava processar novas eleições e reconhecia como dívida nacional as despesas das tropas sitiante. O cômulo! Tudo ficava preparado para a continuação da luta na primeira oportunidade. Oribá podia dispor livremente de sua passoa (24).

Depois de alguma demora em Montevidéu, Caxias transferiu seu quartel general para a Colônia do Sacramento. Ficaria ali com o grosso do Exército Imperial, enquanto uma divisão de quatro mil homens, sob o comando do brigadier Manuel Marques da Souza, futuro conde de Porto Alegre, seguindo na esquadra rio acima, cooperaria com as milícias de Urquiza e Vazquez que marchavam sobre Buenos Aires. Deviam encontrar o exército de Rosas no caminho. Se sorte da batalha perigasse, o conde de Caxias atravessaria o estuário e investiria a capital, ocupando-a na retaguarda do Inimigo, cortando-lhe as subsistências e desmoralizando-o. Seria a derrota certa. Os navios de guerra e transportes Imperiais, com o pavilhão do chefe Gralha no mastro grande do "D. Afonso", fôrçaram as baterias de passagem de Teneleros e levaram nossas tropas à ponta do Diamantina, onde desembarcaram em ordem (25).

Dali, o Grande Exército Allado Libertador da América do Sul, composto por quatro mil brasileiros, mil e setecentos uruguaios sob o comando de César Díez e vinte mil correntinos e entrerrianos, saíram para Buenos Aires. Além da ponte de Márquez sobre o arroio Morón, dividiu os vinte e seis mil homens do ditador portenho, com suas cinqüenta canhões, entranhados na quinta de Caseros e na vila dos Santos Lugares. Era um "exército de rapina", da seória, sem pétria e sem lei. O outro trazia um ideal de liberação e, no meio da sua desorganização gauchesca, a disciplina consciente da divisão Imperial, única tropa decente, como a qualificava Sarmiento. Além disso, faltava a Rosas um general, enquanto do outro lado a competência de Marques da Souza supris vantajosamente a incapacidade proverbial de Urquiza. Estava-se no dia 3 de fevereiro de 1852, pela manhã. Em atiradores, a Infantaria ligada ao Império, armada de fuzile de retro-carga Dreyse, modelo de 1841, instruída por oficiais alimães, reduziu ao silêncio as peças argentinas, matando-lhes chefes, apontadores e serventes. Depois, carregou a baioneta e rompeu o centro da linha, ao mesmo tempo que Osório, com seu regimento de cavalaria, carregava à direita, tomado a única bandeira conquistada naquele dia. O Inimigo fugiu desbaratado. Urquiza conservara-se inativo até onze horas e todas as disposições foram tomadas por Marques da Souza, Piran,

Galan, Sarmiento a Mitre, que para o primairo apelaram diante da imobilidade do general chefe (26).

Rosas, saguido unicamente por um ordenança fiel, galopou para Buenos Alres pelo caminho de Metanzas, apeou-se no Hueco de los Saucas, gataturhou a lápis sua ranúncia num farrapo de papel e mandou entregá-la na Sala dos Repräsentantes que tanto aviltara. Disfarçou-se com o poncho e o barrete do soldado e asilhou-se na legação Inglesa, onde sua filha Manuela sa lhe foi rauir. À maia-nota, guardado por marinheiros britânicos, embarcou no "Cantaur", transladando-se depoie para o "Conflict", que o conduzlu à Inglaterra com escala pela Bahia. Desembarcou em Plymouth a 5 da abril de 1852 e morreu em 1877, pobre e esquecido, nos arredores da Southampton (27).

Porto Alegre foi o verdadero vencedor de Caseros e não Urquiza. A divisão imperial formava o centro da linha da batalha e arrojara os argentinos fora de suas posições centrais com "inaudita bravura" (28). **Nuestro centro**, confessou oficialmente o próprio estado maior de Urquiza, além de auxiliar os orientais no flanco esquerdo, avançou sob o amparo de suas baterias, envolveu a direita de Rosas, rompeu-lhe a linha, tomou os entrinchamentos à baloneta e apoderou-se de canhões, viaturas, bagagana, armas, munições e troféus (29). Arrepia-se, porém, o argentinismo com o pensamento de entraram os brasileiros vencedores am Buenos Alres. Doia naturalmente aos portenhos que um Exército Imperial palmilhasse com as músicas tocando a as banderas desfraldadas as ruas palas quais até então só os Ingleses haviam passado para logo sarem vencidos e expulsos. Os jornais, alarmados, beravam, esquecendo que o sangue de nossos soldados os tinha libertado da tirania atroz de Rosas: que **no vengan los brasileros!** A Indignação se asboçava em cada cento (30). O próprio Urquiza, acompanhado de Vrasoro, La Madrid e Mansilla, cunhado de Rosas, vencido tristamente em Toneleros, procuraram Marques de Souza e lizeram-lhe ver a inconveniência da entrada triunfal na cidade. O general do Império ouvlu-os a declarou que Caseros era uma vitória brasileira e que seus soldados a festejariam entrando am Buenos Alres, losse ou não conveniente (31).

Entraram a 18 de fevereiro de 1852, dois dias antes do aniversário de Ituzaingó, como as **únicas tropas decentes** do Exército Libertador (32). Desfilaram ao rufo dos tambores pelas ruas do Peru e da Federação, praça de Vitória e Paseo de Julio eté Palermo, onde acamparam: o 5º, o 6º, o 7º, o 8º, o 11º e o 12º de caçadores a pé; o 2º de cavalaria de Osorio e o 1º de artilharia a cavalo, o **Bol de Botas**.

Saudou-os uma ovacão popular indescritível (33). Mais uma vez o sentido da civilização brasileira se interpunha à barbárie caudilheira do Prata, mais pela força moral de sua ordem interna e de sua disciplina do que pelo material dos seus armamentos. Apesar da sua malícia e de seu antranhado argentino, Urquiza reconhecia de público que os brasileiros tinham ido ao Prata pela Justiça, pela liberdade e pela glória, cooperando para a salvação e doa povos e para a ruína de dois tiranos, granjeando as simpatias do mundo e assegurando para o futuro a dignidade da nação argentina. Os veteranos do Império mereciam admiração, gratidão e amor (34) I Sobre suas cabeças caiam "as bênçãos de todo um povo agradecido" (35).

O Império impunha-se na vida interna, ordenada e tranquila, na vida exterior, como campeão de liberdade e paz. Honório Hermeto, engrandecido pela sua ação no Prata, junto a Urquiza, organizava em 1853 o gabinete de Conciliação. "Vassalo Igual ao Rei", diziam. Em plena força, a monarquia procurava amparar-se na paz política, como a buscar um partido único que fizesse desaparecer as lutas estéreis, criasse uma consciência nacional e permitisse a continuidade administrativa. A Conciliação durou até 1856.

O Judaísmo Internacional não poderia permitir o desenvolvimento, o engrandecimento desse Império que já se mostrava capaz de reolver as questões de sua vizinhança na ponta das balonetas e com elas arrancava de Buenos Aires um tirano acaetelado havia longos anos e armado até os dentes. Era necessário enfraquecer-lo e, de dia para a noite, a crise bateu-nos às portas...

Em julho de 1852, depois do triunfo de Caæeros, o Governo Imperial tomou em Londres, por intermédio de Rothschild, um empréstimo de £ 954.250 reais por £ 1.040.600 nominal, a tipo 95 e juros mórdicos de 4 1/2%, do qual nem o cheiro sentia. Com esse ouro, que não chegou a sair dos cofres judaicos, resgatamos os remanescentes do empréstimo da Independência, que já não levava trinta anos da juros, e do empréstimo português, que ficara o nove cargo. Só em 1882 nos libertamos desse peso. Pelo contrato passado entre vários berões Rothschild e o cavalheiro Sérgio Telxairá de Macedo, nosso ministro em Londres, aquelas ficavam exclusivamente encarregados de pagamentos a compras da operação, com percentagens sobre remanescentes, despesas, trabalhos e riscos eventuais, variando de 1/2 a 2%. No final das contas, racebemos um pouco mais da oito mil contos e pagamos vinte e um mil (36)!

Cinco anos depois, em 1857, desenhava-se a crise que o empréstimo demorara para agravar. O governo, aconselhado pelos técni-

cos que bebem suas teorias em livros judaicos, concedeu em decretos facultades emissora a dois bancos do Rio da Janeiro: o Comercial e Agrícola, e o Rural e Hipotecário. Concedeu-a, depois, aos bancos do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, com prazos variáveis. O ministro da Fazenda, Souza Franco, como se isso não bastasse, tornou extensiva a faculdade emissora às proprias sociadas am comandita. Era uma inflação de caráter verdadeiramente judaico, que se processava no sentido de arruinar mais adiante a economia do Império. José Joaquim Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, fez oposição cerrada ao que denominou CARNAVAL FINANCEIRO, demitindo-se da presidência do Banco do Brasil.

Quem defendia o CARNAVAL FINANCEIRO?

Naturalmente aquele a quem isso interessava e que era o sol que iluminava os grandes negócios e empreendimentos da monarquia: Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, sócio de Cerruthers de Castro, de Manchester. Advogava a teoria do crédito ilimitado. O abuso deste trouxe o desastre que era de prever. Especulação. Joga-lina. Fraude. Agiotagem. Lucros ostentosos. Esse espécie de enaltecimento durou um ano. Em dezembro de 1858, o Imperador alarmou-se com a situação e o ministério caiu.

O CARNAVAL FINANCEIRO teve como consequência o fim da Conciliação trabalhosamente realizada sob o prestígio de Honório Hermeto, "solene compromisso ministerial", na opinião da Nabuco, que os liberais tomaram e era o complemento da política chamada de justiça e tolerância de 1848, a que o Imperador assentiu e era seu "pensamento augusto", como dizia Olinda. De novo, os partidos se encresparam e engalfinharam na linha eleitoral, enfraquecendo a nação para gáudio das forças secretas. Desde 1848, o marquês do Paraná iniciara a obra conciliatória, cujos frutos tinham sido os gabinete do conde de Caxias e do marquês de Olinda. Em dezembro de 1858, dez anos depois, todo esse trabalho ia da água abaixo lavado pelo turbilhão da crise e subia ao podar, presidido pelo visconde de Abaeté, esquecido do liberalismo exaltado dos Andrades e seus amigos, dos INVISÍVEIS da 1842, maçon arrependido, um ministério conservador, no qual o titular da Fazenda, Sales Torres Homam, visconde de Inhomirim, inaugurava política financeira contrária ao seu antecessor, com a centralização econômica (37).

Salsas Terres Homam pôs paradeiro ao CARNAVAL FINANCEIRO, "época caracterizada pela ânsia da enriquecer de repente por um golpe de audácia" (38); mas o desbarato da fazenda pública o obrigou a solicitar novo empréstimo em Londres. Era o que o judeu Internacio-

nel queria para pouco a pouco escravizar o Brasil, reduzi-lo a colônia de banqueiros. Em meio, Cervalho Moreira, barão de Penedo, cujo fausto marevilhava a sociedade londrina, tomava por trinta anos a Rothschild £ 1.526.500 nominais, a juros de 4 1/2% e tipo 95 1/2. O fim confessado era o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. Os banqueiros abiscotavam várias espécies de comissões, de 1 a 2 1/4%. Recebemos somente £ 1.360.275, que nos custaram £ 3.366.500. Até dezembro de 1888, por doze mil contos que nos vieram ter às mãos, restituimos quase vinte e cinco mil!

Conseqüência desse empréstimo de 1858 foi o de 1859, também negociado e assinado pelo barão de Penedo. Resgatou o escândalo-sessímo de 1839, £ 208.000 "já pagas e repagas, que se convertiam em novo empréstimo para render juros por mais trinta anos". Essas £ 762.000 saíram por £ 1.270.000. Custo total: oito mil e quinhentos contos (39).

De então por diante, os empréstimos se vão suceder uns aos outros sem solução de continuidade, ficando cada vez mais o Brasil escravizado ao judeu da City. Para isso, se provocou habilmente o CARNAVAL FINANCEIRO de 1857, que desorlantou a economia nacional. Em 1860, o barão de Penedo contrata para a construção de caminhos de ferro £ 1.210.000. Delas não chegam ao erário £ 1.089.000; por elas se pagam £ 3.025.000. Dez mil e quinhentos contos por quase vinte e quatro mil!

Quando, em 1863, o Império, representado pelo mesmo Carvalho Moreira, que denunciavam ao Imperador, como o faz sentir em carta ao marquês de Abrantes, como recebendo comissões dos banqueiros, controlou o empréstimo conhecido em nossa história financeira pelo ONEROSO, a tipo 88, para remir os saldos devedores dos empréstimos de 1824 a 1843 e parte da dívida flutuante, empréstimo cujo ouro também não chegou a sair do cofre dos prestatistas, £ 3.865.307, isso nos custaria o suor e o sangue de gerações sacrificadas: oito milhões e meio de libras, sessenta e sete mil e quinhentos contos (40).

O poder colossal de Rothschild, e que aludira antanho o marquês de Berbacena, colonizava financeiramente o Império que se erguera na América do Sul como um campeão da ordem e da liberdade no meio de bárbaras repúblicas caudilheiras, onde a degola e a metança eram a lei comum da política inexorável. Menobrado por esse poder, o governo Inglês também entraria depois na luta, e fim de humilhar a soberania imperial, tirando-lhe a força moral que lhe adviera da vitória de Caseros e da entrada triunfal de Marques de Souza em Buenos

Aires, de onde os Ingleses haviam sido corridos. O Super Estado judalco demonstraria que outros Estados não podem crescer sem lhe pedir licença. E velo a questão Christie como a PATA DO LEOPARDO a querer pousar sobre a Nação dessorada pelo CARNAVAL FINAN-CEIRO... (41)

Capítulo VI

A REALEZA ECONÔMICA

A aspade de Caxias, vencedore de rebelões e da guerra estrangeira, fôra a "escora" do Império, como escrevau Euclides da Cunha. Por trás do fulgor dessa espada Idaalista e prática ao mesmo tempo, que sabia Vencer a perdoar, havia outra força dinamizando o Segundo Reinado, e que Tristão de Azevedo nomina "a realeza econômica de Mauá". **Mão oculta** que subestimava os Farrapos contra o poder central, passou a servir este, quando lhe conveio esse interesses. Ao ponto que Tobias Monteiro exclame: "Meuá teria sido o criador de um Império". À felção de Warren Hastings na Índia ou da Cecili Rhodes na África do Sul. Menos os crimes, está visto.

Seu próprio biógrafo-paneirista afirma que ele foi "o cuseido Interventor de 1851" contra Rosas, quando a Inglaterra receeve que prejudicássemos no Prata os seus interesses. Tanto Paulino de Souza, que sucedere ao marquês de Olinda anti-Intervencionista, como Rodrigues Torres reconhecidam nele a "alma da Intervenção". Assinou convênios secretos de Igual para Igual com os governos interessados no pleito. Foi pessoalmente ao Prata, examinar a questão *in loco* e tornou-se, depois, em Montevidéu a "mais poderosa agência diplomática do Império". Sua influência, com o tempo, ficou "quase onipotente" (1).

A **mão oculta** da rebeldia Interna agora se tornara a **realéza econômica** do Império a a **alma da Intervenção** armada. Estudamos, pois, o poder do ouro da Mauá, escondido na história pelo lampejar do aço da Caxias.

Irineu Evangelista da Souza, barão a depois visconde da Mauá, surga como caixelro humilde da casa judaica da Ricardo Carruthers, da qual se torna garanta e sócio. No convívio com os judeus britânicos, pardera até os hábitos da língua pátria. Só sabia contar em inglês. Quando irritado, só podia dizer desafetos em inglês. No discurso, ampregava constantemente anglicanismos, e espanholismos após

sua estadia no Prata (2). Notável sua adaptação a qualquer padeço da terra...

Desde seus primeiros passos no mundo dos negócios se pôs em contato com os podarosos, freqüentando-os e sendo por eles freqüentado. Pagou as despesas dos rebeldes farroupilhas e acolhou-os em sua casa de Santa Tereza, o *quilombo riograndense*. Comentavam à boca cheia sua influência. Ela próprio a não negava, embora se affirmando fora da política (3). Às vezes, ela é mais dominada de fora do que de dentro, indiretamente do que diretamente. Que opine o judeu Beaconsfield, lord d'Israël, fundador do Império Judaco-Britânico. Mais tarde, quando essa influência cresceu a ponto de criar aquela **realça econômica** reconhecida por Tristão de Ataíde, dizia com certa imodéstia que chegare "a fazer clôunes no alto" (4). A elusão visa claramente o Imperador...

Todevia, sua mão se conservara mais ou menos oculta até 1850, quando a luz da história a iluminou melhor. Foi em missão secreta ao Prata. Braço direito do ministro de Paulino de Souza e do partido conservador, de clima. Assinou com Itaborai e o agente uruguai D. Andrés Lamas **pactos secretos**. Passou, depois, para Montevidéu e lá se transformou logo em "potência financeira e influência social" de tal monta que, enganados quanto à natureza do capital, que não tem pátria, porque parecia vir do Brasil, os orientais o consideravam **EL PELIGRO BRASILEÑO**. Era quem mandava nas duas margens platinae. A fim de não sofrer desconsiderações, o ministro plenipotenciário do Império na Banda Oriental não racorria às armas, mas se acolhe à sombra prestigiosa da firme Mauá. Evitava rompimentos entre as três potências ribeirinhas por lhe não convir a guerra aos negócios angrados apóe a luta contra Rosas. Essa, sim, lhe convieram. Enlava e recebeu agentes confidenciais. O governo uruguai consultava-o nos momentos difíceis (5). Vardadeiro soberano sem território e sem exércitos. O conquistador pacífico...

Ainda mal pouco conhecido, apresentou-se em 1850 na casa da D. Andrés Lamas, representante dos riveristas a colorados de Montevidéu, oferecendo-lhe dinheiro e armas, que allariam diratamente entreguas. Era de pasmar a oferta à cidade sitiada. O diplomata das conversou, tomando-o como aspião ou agente provocador do **serviço secreto** que D. Tomás Guido, representante de Rosas, mantinha no Rio de Janeiro. Comunicou o fato ao Imperador, que o tranquilizou, explicando da quem se tratava. Começaram assim os entendimentos entre o governo oriental e a alma da Intervenção (6). Daí saiu o **pacto secreto** assinado por Mauá, Lamas e Itaborai na



O Barão de Mauá 1858
(Sesson, Galeria de brasileiros Ilustres)

própria sacrataria da Estrangeiros, ajustando as contribuições manuais a serem pagas am Montevidéu (7). Três potâncias firmando o conchavo oculto: o Império, a República Oriental a a Realeza Econômica...



O judeu Émile Péreire, irmão de Isaac Péreire, um dos inspiradores sansimonianos de Mauá.

naa oficinas da Ponta d'Araia, qua sa desanvolviam amparadas no protecionismo da tarifa alfandegária da Alves Branco, obtida am 1844. Além de equipar navios, aquipou batalhões (8).

A 12 da outubro desse ano, quando se la Iniciar a campanha, assinava sagundo pacto para fornecer mais fartas contribuições ao Uruguai. E tinha somante 36 anos! Fazla carreira tão valoz no cenário

Vimos no capitulo anterior nossos soldados marchando contra Orla a Rosas às ordans da Caxias, vimo-los combatendo sob o comando de Marques de Souze, darramando seu sangue em Caseros e pasaeando as armas vencedoraa nas ruas de Buenos Aires. Vemos agore e força secreta qua os Impalla: e Raaleza Econômica. Por isso, houve quam opinasse: O DINHEIRO DE MAUÁ SALVOU MONTEVIDÉU...

Em 1851, no momonto da rápida e vitoriosa campanha, Mauá aparelha o "Fluminense", o "Paraansa" a o "Padro II" para a frota da Granfell,

dos negócios aqui americanos quanto a do famoso Krugr nos nossos dias. Verdadeiro Messias da finança e de indústria, sua figura merecia ser bem estudada deste ponto de vista revelador das razões que lhe gujavam a mão oculta. Documentos íntimes que deixou dão conta de sua **convicção messiânica** de fomentador do progresso (9). Apresenta-se em todos os aspectos como o qualificou o professor Germain Martin: "une grande figure saint-almonienne."

Era, com efeito, um sansimoniano da escola de seu sócio, o judeu Ricardo Carruthers. Granda homem da negócios **doublé** de sociólogo, como o melo-judeu Walter Rathnau, santiava latejar no peito, como um dinamo, o Ideal de "conquista pela ocupação industrial", que é um Ideal nitidamente anti-cristão e alicerçado no Estado Industrial, na Política Industrial do judeu Pereire, em pleno florescimento no meado do século XIX. Seu messianismo o enche de desmesurado orgulho que se desfarçava sob maneras blandicias, quando o não contrariavam no que tinha a peito fazer. Neste caso, se tornava áspero, como o foi com D. Pedro II, violento, como o foi com o presidente do Uruguai, desabrido mesmo, chegando a ser processado por abuso de Imprensa. O **rei oculto** não comprehendia que o contrariasse. Em cartas, refere-se à **ordem por base e no progresso por fim**, revelando-se inclinado ao positivismo. Era positivista na moral escrupulosa. Não tinha o menor espírito religioso. Rarissimamente aparecia ou se manifestava em qualquer coisa que se relacionasse com a religião. Como que as evitava. "Raras vezes lhe acode a idéia de Deus". Era liberal, embora servisse aos conservadores, e desde 1838 se afirmava eboliacionista (10).

O esenemonismo de Mauá determinou sua projeção na história sul-americana. "Estudando, com algum empenho, a doutrina de Saint Simon e a ação de seus discípulos na marcha da civilização, pretendia eu abordar uma demonstração gráfica da ligação estreita que resulta da comparação do que fez Mauá no Brasil com o que eles fizeram em cenário male vasto." Que é isso que Alberto Faría, panegírista de Irineu Evangelista de Souza, reconhece que Mauá pretendeu a até certo ponto realizou a exemplo de seus confrades na França Imperial do Panamá, do Suez, das Exposições Universais e da aventura mexicana? Que aí próprio responda: a criação de um "Supar-Estado, Estado de Produtores, governo geral Independente dos governos nacionais (11)." O que aquivale a um **Internacionalismo materialista**, de felpa characteristicamente judaico.

Confesse ainda o próprio Mauá o que tantou ser: "o centro de todo o movimento monetário e financeiro da América Meridional em

ligação íntime com os principais centros monetários da Europa, permitindo às empresas brasileiras (?) deixarem de arrastar-se abatidas ao pé da ueura desapiedade dos meus elementos financeiros da praça de Londres (12)." Veremos documentadamente que Mauá estava ligado à ueura ou finançá internacional; portanto, o último trecho do que escreve é mero díefarce.

Montevidéu, onde Meuá chegou como a **alma da Intervenção Imperial**, servir-lhe-le como um ponio de apoio para o vasto sistema que concebera de ligações fluviais e terrestres, prendendo em sua tela todo o continente. Tinha obtido a concessão de navegação do Amazonas. Considerava agora a penetração pelo Prata. O Brasil era a cabeça das vias férreas que sonhava lançar através dos erazás e eertões, de Vassouras até o Paraguai e de Paranaguá até a Bolívia. Por isso, em 1864, quando se desenhou a guerra do Império contra os blancos, a cujo governo se ligara financialmente, queria a paz a todo custo (13).

Seu plano repousava no que na época se convencionou chamar Indústria Bancária, isto é, o banco servindo de "veículo de capitais para estradas de ferro", para melhoramentos urbanos, mineração e navegação, inspirado no modelo de Crédit Mobilier de Paris, que atingiu o apogeu em 1853, banco industrial de criação sanalmoniana que tomava em verdadeira religião materialista o surto das grandes obras industriais de toda a natureza (14). E não se esqueça ainda que, no fundo, a Idéa era judaica, provinda do famoso judeu bordelês Pereire que deixou o nome ligado a um dos boulevards da Cidade-Luz.

Meuá viveu sempre unido aos judeus Cerruthers, cujas casas negociavam por toda a parte: Cerruthers de Castro & Cia. em Londres e Manchester, Carruthers Souza & Cia. em Buenos Aires, Cerruthers Dixon & Cia. em Nova York. Reydell de Castro, seu sócio e de Cerruthers, foi diretor de estrada de terra do Recife ao São Francisco, cuja concessão obteve, e usava de sua influência na City, a fim de levantar dinheiro para as ferrovias a serem construídas. Muito rico, de um feito subscreveu para Mauá £ 300.000 (15)!

Prendia-se também aos Rothschild, que o superariam um dia na realça econômica sobre o Brasil. Apesar do berço de Penedo ser considerado unanimemente "uma força junto a Rothschild" et pour cause, Mauá secundava-lhe o trabalho junto aos grandes banqueiros para a obtenção dos empréstimos que ele solicitados pelo Governo Imperial (16). Associou-se até a Rothschild no lançamento de empréstimos para estradas de terra. Vendeu-lhe por £ 45.000, com a obriga-

ção da ceder-lhe a metade, o qua reduzlu praticamanta a soma a £ 22.500, condição Imposta à última hora pela avidaz dos banqueiros qua o sabiam com a corde no pescoço, a concessão da via férrea Santos-Jundiaí, hoja colossal São Paulo Railway. Panedo aconselhara a cooparação da Rotschild no negócio (17). No oceano da finança internacional, os peixas graúdos vāo devorando os mlūdos, sem piedade, à proporção qua crescem..

Mauá obtivara assa concessão associado a Costa Carvalho, antigo reganta, marquês de Monte Alagra, e a Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. Andou sempre da braço com os politicos da real influênciā no pais. Diziam-no protegido da Monte Alegre. Foi "colaborador proeminente da Conciliação" e amigo pessoal do marquês do Paraná, cuja morta súbita, em 1856, abalou o Império como a de um verdadeiro DUCE. Era íntimo de Euzébio da Queiroz, que lha concedeu a instalação do gás no Rio de Janeiro e a navegação do Amazonas; de Alves Branco que o favoreceu com a tarifa qua permitiu o progresso das oficinas da Ponta d'Areia; de Cotuglpa. "Homem de confiança" do ministério das Águas, em 1853, através dele inspirou a incentivaçāo dos transportes. Desde 1852, conseguiu a concessão da Estrada de Ferro de Mauá a Petrópolis. A 30 de abril de 1854, fazia correr noa trilhoa a locomotiva Baronaaa, recebendo por isao o título de barão. Segundo a voz pública, que comentava suas intimidades com o primoiro Rio Branco, este era "o sócio do barão" ou "o hóspede do barão", quando em raleante missão a Montevidéu. E, em 1857, o Governo Imperial, precisando de dinheiros, batia às portas do banco Mauá Mac-Gregor & Cla. (18).

Em 1875, quando, am conseqüência da crise na praça, fallu esse banco, achando-sa Rio Branco, qua lha confluera operações oficiais, na presidēcia do ministério, nos debates travados no Parlamento, o "Inflexível" Zacerias da Góis e Vasconcelos aludiu à intimidade do estadista e do Industrial-financeiro, deixando claramanta alagado que ala sa radicara no fundo da maçonaria, da qual o primoiro era Grão-Mestre e o segundo não aabamos a qua grau atingira. Leiamos com atençāo os trechos significativos do discurso:

"O sr. Zacerias: — ...quando um banco se astande por toda a parta do Antigo e do Novo Mundo a sa maius mundo houvera lá chegara, quando tam uma casa aqui, outra am Montevidéu, trás am São Paulo e trás no Rio Grandia do Sul... o ministro qua sa praça não o constitui passador da cambials para a Europe... A amizada sampre do nobre presidente do Conselho... a fé do carvoalro... a inganuidada da pomba qua voa, quebra o paito na parede e cal...,"

O sr. Rio Branco: — Espero em Deus que não haja prejuízo de um raiar...

O sr. Zecarias: — Penso que o nobre presidente do Conselho espessa este resultado do GRANDE AROUITETO DO UNIVERSO; de Deus, não... Não creio que a Providência faça tais milagres; só o GRANDE ARQUITETO o fará. Ainda não vi falido de certa ordem que não dissesse que pode pagar integralmente; ainda não vi, porém, nenhum que pagasse... (19)"

Zacariae calculava em oito mil contos os prejuízos do governo e Iniesta. Ironicamente sobre a ajuda do GRANDE ARQUITETO também...

Por mais que se quela dar a Mauá uma fisionomia inteiramente brasileira, daquilo que documenta o seu panegírista se infere o sentido internacionalista de suas atividades e de sua personalidade, que, como vimos, começava por se trair no uso da língua. Onde quer que estivesse, logo se adaptava admiravelmente às condições locais. No Uruguai, tornou-se quase uruguai, estabeleceu grandes estâncias de criação de gado, penetrou-se na vida da campanha oriental, meteu-se em negócios de trigo a seus produtos industriais foram premiados em exposições europeias como verdadeiras marcas uruguaias. Entregou-se mais à exportação de xarque e associou-se à firma alemã Liebig para a fabricação do extrato de carne (20).

Dinamismo industrial que não conhecia pausa ou limites! Fundou no Brasil a Luz Estácrica, a Companhia de Rebocadores do Rio Grande do Sul, a Fluminense de Transportes, a Montes Áureos Brazilian Gold Mining C°, a Empresa dos Diques Flutuantes, a do Cabo Submarino, a Companhia de Navegação do Amazonas, a do Gás do Rio de Janeiro, a dos bondes do Jardim Botânico, os Bancos com Mac-Gregor, a Fundição da Ponta d'Areia, a Empresa do Canal do Mangue, a de Carnes Verdes e o Abastecimento de Água, em que Rothschild investiu, enviando durante sua ausência na Europa o engenheiro ou preposto A. Gabriel, recomendado ao Imperador e a Cotelipe. Forneceram-lhe os estudos de Mauá, que reclamou. O governo achou que tinha direito a pedir uma Indenização. Desistiu de pleiteá-la, decerto por lhe não convir desgostar o poder colossal do Kahal de Londres... (21). Com idêntica silêncio resignado recebeu o protasto de suas letras em 1875. Como que sentia diante de si um poder mais forte contra o qual sabia ser inútil combater...

Mauá tinha ainda interesses nos bondes da Montevideu, Paris, Bruxelas e Lisboa, através de Francisco Sabino de Freitas Reis, *brasseur d'affaires* internacional, assíduo freqüentador do clube ma-

cônico da Reforma, amigo de Mauá, da quem "recebeu sólido concurso financeiro" (22).

Sonhava realizar o Porto de Paráambuco, a Companhia Pastoril e Agrícola, e a Estrada de Ferro do Mato Grosso. Como dizia mordazamente o intlexível Zácaras, se mais mundo houvara lá chegara...

Por tudo isso a por mais alguma coisa que arreplava a ditadura da moralidade imperial a qua nós ignoramos, mas o Chefe do Estado devia saber, havia entre D. Pedro II e Mauá "um surdo atavismo, um inexplicável antagonismo de temperamento, uma prevenção pessoal talvez." "O Imperador pareceu nutrir sempre prevenção contra Mauá", reconhece Alberto Farla e taliga-se em alinhar razões que pouco ou nada explicam. Olivalva Lima é mais concludente em poucas palavras: "O Imparador sentia à volta de si os apetites de tortuna" (23). Os apetites de Mauá, a contar pelo número de empresas e companhias, não eram nada pequenos.

Por mais que alguém se esforce em querer demonstrar o patriotismo e idealismo de Mauá, embora se reconheça o que lhe deu o progresso material do país, se respeite sua moralidade comercial e o escrúpulo com que ramalho e dividia, é forçoso convir que manejava muitos negócios em muitos países de uma vez...

Sua realaza econômica deveria ter leito no verdade clúmes no alto, como dizia. Quando em 1859 houve tortíssima crise comercial na Bahia, atribulando-se a culpe ao governo, o povo pôs colches de luto às janelas e sacadas na passagem do Imperador para o Norte. Dias depois, de regresso da Europa, Mauá, criador e animador de Indústrias, era ali reoibido com torridável ovacão que mais o encheu de orgulho e capacitou do seu mesianismo de fundador de um Império Industrial (24).

Os Mauá criam empórios. Um Império fio malo tino: nele palpita um Eapírito que é comunhão de pensamento e força tradicional. Os negócios não têm podar para tanto. A espada da Caxias criou uma Ordem Imperial. À sua sombra banéfica, o talento de Mauá conseguiu criar um Empório qua alcançou o Prata e transbordou do continente. Esse Empório passaria breve a outras mãos. Da 1863 em diante a estrala da Mauá comeca a empalidecer. É obrigado a se alegar deputado para defender suas planos diratamenta. Já não está mais oculto. Revela-a para desaparacer. Em 1864, a segunda Intervenção do Segundo Reinado no Uruguaí dá tim à posição privilegiada que lhe confiria a primaria, ds qua lôra a alma, am 1851. Onze anos de dacadância e, em 1875, quebra tragorosamente, porqua lha dsvolvem saques sem a consideração da menor espara, como se a tarefa de

qua fôra encarregado astivesse finda. Resignava-se de manaira astrinha.

Desde vários anos o poder colossal de Rothschild vinha substituindo-o silenciosamente através dos empréstimos que encalacravam dia a dia a Nação e interferindo com clareza ou não nos negócios que planejava. A **realça econômica** do Império, criada por Mauá, **realça oculta**, acabou definitivamente nas mãos dos barões assinalados do gueto de Frankfurt...

Já na era da 60, William Dougal Christie, ministro de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro, o da famosa questão que tomou seu nome, se dava conta da vasta "Influence of capitalists" no Brasil e do "social power of mercantile and monitary Influence". Recorramos a esse observador oficial Inglês para sabermos de fonte limpa quem detinha tal influência e encontraremos a revelação esperada no que escrevia ao seu superior hierárquico, lord Palmerston: "Grandes capitalistas largamente envolvidos nos empréstimos e especulações, que possuem grande poder social. São os SRS. ROTHSCHILD, agentes financeiros do governo do Brasil, negociadores dos empréstimos brasileiros que montam a muitos milhões, incorporadores de três companhias brasileiras de estradas de ferro organizadas em Londres... Entre os diretores desse mesmo clube figuram em Londres homens de negócios, banqueiros e membros do Parlamento, de alta posição e grande influência... Diversas outras companhias ultimamente se formaram em Londres, com concessões e privilégios do governo brasileiro..." E acrescenta que essa influência se fazia sentir através dos editoriais em defesa do Brasil publicados pela conhecida "Edinburgh Review", órgão sabidamente ligado aos banqueiros (25).

Rothschild destronava Mauá.

Rei morto — Rei postol

Vive o Rei!

Capítulo VII

A PATA DO LEOPARDO

O Império Britânico desenvolveu-se impelido pelo judaísmo internacional que deles fez seu campeão de domínio no mundo. A tal ponto que a British Israelite Association publicou uma brochura sobre a origem judaica da raça Inglesa (1). As duas raças, a Inglesa e a judaica, de modo tal se compreenderam, completaram e interpenetraram que foi possível essa suposição. Roger Lambell resume deste sorte a teoria: "Somente duas das doze tribus de Israel voltaram do cativeiro de Babilônia e repovoaram a Palestina, onde se achavam quando nasceu o Cristo. As outras emigraram para o noroeste da Europa e acabaram se estabelecendo nas Ilhas Britânicas. Invocam-se em apoio dessa tese considerações lingüísticas e comparações bíblicas e históricas... Mas o que está fora de contestação é o ímpulo judaico, que, de certos enos para cá, se manifesta no Reino Unido com energia crescente (2)." "

O reverendo evangélico Allen desenvolveu a hipótese em livro curiosíssimo, no qual afirma que as tribus de Israel que não regressaram à Palestina, consideradas as tribus perdidas, vieram, através de mil vicissitudes, povoar as Ilhas do Mar. Dos filhos de Dan saíram os antigos Deneus ou Gregos, os Danaans de Irlanda, da raça real, os Danishs ou Dinemerqueses, que dominaram séculos o Septentrão. Da Dinamarca, Denmark ou Dannmark, e Merca de Den, o País mais avançado de Dan, saíram os Anglos e os Saxões, povoadores da Grã-Bretanha: Anglos ou Geels, originando-se da expressão One Gael, um Geel, e peleira An Gael, que deu, mais tarde, Angael-lah-men, English-man, Inglês; Saxões, os antigos Sacs de Heródoto ou Scites, isto é, Sach-sen ou na verdade Isac-sona, os filhos de Isaac..."

Segundo os estudos do mesmo autor, a tradição judaica da Inglaterra perdure até nos seus símbolos nacionais. Os chamados três leopardos passantes do brasão Inglês são simplesmente leões deformados.

mados pela heráldica, com cauda da aarpende, como ainda se pode ver nos escudos dos selos medievais: os dois menores, na ponta a no malo, representam a Suécia e a Noruega, onde se fixaram aquelas tribus vindas da Ásia; o maior, no chafariz, a Dinamarca, terra de Dan, que dominava antigamente toda a Escandinávia. O leão representa Judá; a cauda, a serpente de Dan, a que Jacob o comparou antes de morrer, segundo o Génasis: — Dan, tu és a cobra escondida na poeira do caminho... A cruz de Santo André que figura sobre a outra cruz na bandeira, na Union Jack, simboliza as duas mãos de Jacob abençoando a prole. Os dois tenentes do brasão são: o Leão de Judá e o Unicórnio de Efraim-Israel, isto é, juntas, a Judeia e a Samaria. É a casa real Inglesa vem diretamente dos reis de Judá, cuja púrpura se conserava no pavilhão nacional e na farda tradicional dos soldados (3).

De fato, muitos e muitos séculos antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, já os judeus se haviam dispersado pelo mundo, sobretudo se infiltrando nas colônias fenícias e logo se apoderando do comércio nas cidades que lhes davam guarda. Na opinião de grandes e reputados historiadores, em Cartago dominavam mais os judeus do que os próprios fenícios e aquela Fé Punica a que estudiam os romanos nada mais era do que uma Fé Judaica.

Após a queda de Cartago — escreve o erudito Georges Barbin — "os israelitas invadiram por toda e parte no contorno do Mediterrâneo. Alguns pereceram no estreito de Gibraltar e subiram ao longo dos litorais para o Norte." Alcançaram, assim, a Inglaterra. E, segundo o autor citado: "Os axegetas anglo-saxões pretendem que sua raça é a continuação da raça israelita a que foram mercados para grandes destinos. Argumentam com o fato do seu sistema de medidas ser o mesmo dos hebreus..."

Em verdade, quando acompanhamos a marcha dos alamentos judaicos se enquistando nas várias civilizações, augurando-as e abandonando-as, logo que saírem da ouro, vamos encontrá-los, após Cartago, em Alexandria, em Bizâncio, em Veneza, em Lisboa, em Amsterdã e, finalmente, depois da Israel, no pleno domínio do Império Britânico. Foram essas as atapetas que o judaísmo foi percorrendo até construir, em Albion, um trono de ouro sobre o mar, como dizia Ruskin.

D'Israeli, lord Beaconsfield, judeu venaziano de origem, fundador do Império-Judaico-Britânico, foi uma criatura do Podar Oculto do Judaísmo. Este o lançou com uma propaganda hábil, como faz com as estrelas de cinema, e levou-o até a presidência do ministério. Quem lê com a devida atenção os livros do famoso estadista "Conningsby"

e "Endymion", quem madita sobre seu tão falado "Aylesbury Speech" verifica que ela conhecia e fundo as **forças secretas** que regem os destinos do mundo. Confessa sua existência a cada passo. Confissões notáveis, pertindo da quem pertem.

Preticamente, o povo inglês chega a não existir. Reduz-se hoje à marujá dos navios e aos mineiros do carvão. À sombra das famosas leis liberais inglesas, a camarilha judaica se apoderou do país, datando os postos técnicos a de comando. O mundo tem a impressão de um governo inglês e da uma política inglesa, quando o que existe, na verdade, é um governo judaico com uma política judaica, agindo sob a camuflagem de Nação Inglesa. Aliás, é o que recentemente ainda assegura um notável escritor não-zelandês: "uma rodinha de judeus usa do Império Britânico (4)." Uso e abuse.

Pondo da parte a veracidade das tauras de uma origem judaica do povo inglês, a história mostra contudo a lenta e segura conquista da Grã-Bretanha pelo judaísmo através dos tempos, desde Oliver Cromwell, protetor dos judeus, ligado secretamente aos hebreus da Holanda e de Portugal. Essa conquista arrancou os reinos católicos da Ibéria o domínio do mundo, sua realeza econômica, passando-e às mãos de uma emporocracia talassocrática protestante-judaica, primeiro Instala-



Caricatura de Rothschild (1840). Trepado no seu cofre, o barão assinalado dirige por uma cordela a águia bicéfala do Império Austro-Húngaro; do mesmo modo dirige o leopardo inglês...

da nas Províncias Unidas dos Países Baixos, depois no "navio que Deus na Mancha ancorou".

A conquista revela-se a olho nu em 1830, quando os judeus iniciam a luta pela abrogação do juramento cristão que lhes impedia o



O Almirante Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré.

exercício das funções públicas. Em 1844, essa fórmula foi revogada para os cargos de caráter municipal. Os judeus penetraram na vida pública dos municípios. Em 1847, Lionel Rothschild, lord e barão, fez-se eleger deputado por Londres, mas teve de renunciar por ter sido rejeitado o Jew's Bill, que eximia os israelitas daquele juramento

na Câmara dos Comuns. Em 1851, o judeu David Safemon, também eleito deputado por Londres, repeliu o juramento e só se retrou do recinto compelido pela força. Um escândalo encomendado a um judeu de categoria mais inferior, porque o barão Lionel não o poderia dar... Em 1858, Lord John Russell, criatura do judeuismo, propunha uma lei que omitia do juramento incriminado as palavras *on the true faith of a Christian*, pela verdadeira fé de cristão, abrindo as portas do Parlamento e do governo à judaíaria todo-podarosa. A Inglaterra cairia definitivamente em suas mãos (5).

O bastião de líder da Câmara dos Comuns foi um dia empunhado pelo judeu Benjamin d'Israell, depois lord Beaconsfield. "Cedo convertido à Igreja Anglicana, a exemplo de Ricardo e Goschen, não deixou por isso de servir mais eficazmente às aspirações e aos interesses de Israel. Quando chegou a ministro, pode-se dizer que era a IDÉIA JUDAICA que chegava ao poder." Defendeu-a como escritor a como astadleta, imaginou mesmo uma teoria racista, antes de Gobineau, provando que só as raças puras têm superioridade real no mundo e que, entre essas raças, a mais brilhantemente pura é a israelita. Toda a sua vida pública e inspirou nesse pensamento e "poucas pessoas na Inglaterra e na Europa o compreenderam e previram as consequências de sua política oriental fundamentalmente judaica (6)."

Ele criou o Império Britânico, pondo e coroa Imperial das Índias na cabeça da Rainha Vitória e dominando o famoso Congresso de Berlim. À sombra de seu prestígio, a Inglaterra se encheu de judeus fugidos dos guetos da Alemanha e da Áustria.

Desde o século XVIII o laopardo judaico-ingles pusera a pata dominadora sobre a península Ibérica, enfraquecida na luta contra o judaísmo acastelado nos países protestantes do Norte. A guerra da Sucessão de Espanha permitira que a bandeira vermelha de Israel-Alblon tremulasse em Gibraltar e que, pelo tratado Malhuen, o judeu reinasse mercantilmente sobre a Inépcia portuguesa, como escreveu Olívio Martins. Esse reinado prolongou-se sobre a América Espanhola e sobre a América Portuguesa, quando a Inglaterra se tornou, depois de Tratagar, senhora incontestável dos mares.

Sua intervenção é constante. No transporte da D. João VI, escapando aos franceses; na abertura de nossos portos ao comércio do mundo, então comércio unicamara inglês; nas lutas da Independência. Quando nos separamos de Portugal, a Inglaterra nos ajudou com jeito e negociou o reconhecimento de nossa emancipação. Um diplomata britânico revela que, então, lord Canning quis fazer do Brasil "um Império dependente da Grã-Bretanha" (7). A maçonaria Inglesa exar-

ce eção preponderante nas revoluções internas do nôsso país através de agentes de toda a casta, inclusive o general Mirande. Imiscui-se no Prata, onde desembarca tropas. Intervém na questão de Cisplatina e na guerra da Coreia de 1825 a 1828. Pelo tratado comercial que celebra com o Império em 1827, é tal o tratamento preferencial que recebe que os rendos do Brasil se tornam insuficientes para as suas despesas (8). Os déficits obrigam-nos a empréstimos onerosos com os judeus ingleses, que nos escravizam. Não podendo pôr o pé no continente, a Inglaterra ocupa em 1842 as Malvinas, roubando escandalosamente um pedaço do solo argentino, como quis fazer com o Trindade nos nossos dias. Oculta ou aparente, a pata do leopardo de rabo de serpente está em tudo e em toda a parte na história de América Meridional.

A questão Christie em 1862-1863 é o resultado fatal de todos esses antecedentes. Tentativa do Império Judaico-Britânico para humilhar o Império Cristão-Bresileiro que se fortalecia e poderia escapar ao seu predomínio. A onda veio se formando de muito longe até chegar a rebentar com estardalheço e espuma rede na praia.

John Bull acorrentado por Israel
(Caricatura Inglesa)



tes. Tentativa do Império Judaico-Britânico para humilhar o Império Cristão-Bresileiro que se fortalecia e poderia escapar ao seu predomínio. A onda veio se formando de muito longe até chegar a rebentar com estardalheço e espuma rede na praia.

Em 1862, ao ministério dos três dias de Zacarias de Góia e Vasconcelos, sucedia o chamado ministério dos Velhos, composto de antigos estadistas, cabeças encanecidas ao serviço da pátria nas lides da administração e da política, com o marquês de Olinda na presidência, representando o passado, a tradição, o conservadorismo puro, que voltava à tona após a Conciliação realizada pelo marquês do Paraná, já falecido, a qual muitos tinham denominado com ironia a Confusão. Nessa ministério, o mais moço, Cananéia de Simlbu, contava cinqüenta anos. Os outros eram homens ainda do tumultuoso período da Regência. Um gabinete de bom senso, equilíbrio político e trabalho. A pasta dos Estrangeiros com Miguel Caimon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, em cujas mãos ia estourar a bomba (9). As mãos eram firmes, porém.

Desde a tarifa preferencial de 1809, imposta pela *pata do leopardo* ao Brasil-Reino qua a pólvora para essa explosão se acumulava. No Segundo Reinado, os agravos entre o Império e a Grã-Bretanha chegaram ao ponto de D. Pedro II lazer pouco cedo do enviado extraordinário sir Ellis, em 1842, a da Rainha Vitória recuar a grã cruz do Cruzeiro. A questão do tráfico negreiro se envenenava desde a aurora do Primeiro Reinado. Canning, querendo realizar o domínio sobre o Império, após o reconhecimento da Independência, conseguiu a convenção de 23 de novembro de 1826 para a supressão do mesmo tráfico. Era desmantelar economicamente a nação que nascia. Por essa convenção, ficava estipulado que três anos após a troca das ratificações do tratado de reconhecimento da Independência por Portugal, portanto em 1829, o tráfico seria considerado pirataria. Renovavam-se mais as disposições do tratado entre a Grã-Bretanha e Portugal de 22 de janeiro de 1815 e convenção adicional de 28 de julho de 1817. Por isso, o governo Inglês entendia que todo escravo entrado no Brasil depois de 1830 estava ilegalmente escravizado e era livre de pleno direito. Era, por exemplo, a tese de Christie (10). A "polícia violenta do tráfico" exercida pelos cruzeiros britânicos criara uma excitação pública, que aumentara sobretudo depois de 1844. O estopim da bomba lôra o Bill Aberdeen, sujeitando as presas do contrabando de escravos aos tribunais da Inglaterra.

Sucediam-se amiudadamente incidentes desagradáveis, culminando no dia em que a fortaleza de Paranaguá trocou tiros com a fragata "Calmorath", que perseguia rente à costa um bargeiro brasileiro. Demais, além da polícia do tráfico, o Inglês pretendia atuar, com o pretexto do combate à escravidão, na economia interna da nação, fiscalizando o destino dado aos *emancipados*, aos negros apreendi-

dos am contrabando, qua a lei considerava livres a o Govomo Imperial atugava a particulares ou aldeava am colônias atá qua estivessem davidamente preparados à vida de cidadãos (11).

Em verdade, a escravidão era uma ignominia, porém passara ao rol dos fatos naturais e sobra ala rapousava a economia nacional. Não era possivel abolir-la subitamente, sem cuidar da substituir convenientemente a mão-de-obra. Saria atir o país de sopetão à miséria a os próprios escravos a uma situação trista e perigosa por não estarem preparados para a liberdade. Os astadietas do Império reconheciaiam a necessidade de realizar essa obra social gradualmente, sem atentar de chofre contra a organização econômica da nação e contra a propriedade particular garantida pele lei. Muito complexo, o probleme não podia ser resolvido às pressas. Se à Inglaterra convinha e dasarticulação da agricultura brasileira, da riqueza nacional, e fim de que prosperasseem suas colônias, isso naturalmente não convinha ao Brasil.

Começou-se com Euzébio de Queiroz pela represeão do tráfico como piretarla em 1850. Repressão difícilme nume llnha de costas formidável como e do Braell. Qe navios negrelros, sempre pequenos, brigues, patachos, escunas e palhebotes, zombavam dos cruzalros Imperiale e Ingleses, entravam em qualquer porto Ignoredo, escondiam-se por trás das ilhas, fundeavam noe canals e enseadas, a encontravam a malhor acolhida da perte da população que precisava sempre de trabalhadores domésticos ou agrícolas. As autoridades às vezes eram cúmplices do contrabando, de outras cedem à praseão da opinião gerel. De fato, carregamento de negros entrado num portozinho qualquer era carregamento salvo e lucrativo. Na verdade, "o tráfico tinha por si tudo e a todos — da moral aos costumees, dos interesses ao patriotismo, ricos e pobras, grandes e plebaue. Contra eó as leis, os tratados, os Ingleses, as autoridades, o governo. Levantavam-se vozes no parlamento para excusá-lo. A reação dos representantes nacionale contra os excessos Inglesas justificava, Indiretamente, o comércio negraio". A represêao dava lugar "a uma tela de complicações", desde os empanhos políticos às indanizações aos particulares prejudicados (12).

Além dleso, o alto comércio de escravos desfrutava uma situação de influêncial preponderante, graças ao alitorialismo corrupto do sistema parlamentar. Os grandes mercadores da carne humana qua a fornaciam aos fazendeiros caracidos de colonos, mediante hipoteca de suas fazendas, se haviam transformado em maros especuladoras e apoderado da propriedade territorial (13). Ditavam lais. Manejavam jornais. Influiam na politica. Eram uma verdadeira potêncie, tanto no

Brasil como nos portos de embarque da costa d'Africa, onde e caçade aos negros se fazia com os maiores requintes de selvagerie. Entre eles, como principals, os cristãos novos Fonsecas, firme poderosa do Rio de Janeiro, com ramificações dentro e fora do pais. Todos os que se ocupavam do infame comércio, quer os que exportavam escravos, quer os que os transportavam, quer os que os importavam no Brasil, em Cuba e em outros pontos da América, se ligavam na mesma solidariedade. Verdadeira **societas accleria** (14).

A pena do leopardo dava razões de humanidade para cobrir e prática da seus excessos contra a nossa soberania. Ficava-lhe aparentemente muito bem a atitude hipócrita. "A Inglaterra — escreve Wenderley da Pinho —, acordando, por motivos meios econômicos do que políticos ou humanitários, no coração de seus estadistas, uma seródia filantropia... se fazia libertadora, depois de explorar o comércio de escravos até as vésperas de se reeolver e perseguí-lo (15)." O que o judaísmo Inglês não queria era o enriquecimento e fortalecimento do Império Brasileiro. Pobre, encalacrado de dívidas, seria seu escravo. Tanto assim que os filantropos e anti-escravistas Ingleses transportavam os negros apreendidos às suas possessões nas Antilhas, Barbados, Senta Lúcia, Trindade, Bermudee, Bahamee, Jernalca, onde os entregavam aos colonos sob o rótulo de **aprendizes**, com o prazo de este e no de trabalho forçado, verdadeira escravidão difarçada com o letrilho de aprendizagem da liberdade... (16)

Nas "Vozes d'Africa" e no "Navio Negreiro", o gênio de Castro Alves cantou a triste sine dos escravos trezidos de costa d'Africa nos veleiros brigues e traficantes sem alma. Mas, nesse caso, a poesia ficou além de realidade. A mercadoria humana atulhava currais nos portos de embarque como verdadeiro gado e era lençada encadeada aos porões lóbregos e imundos. Pasto de doenças e epidemias, sem a menor higiene, nus, mal alimentados, feridos pelos grilhões que lhes estorvavam qualquer rebuliço, fazendo onde estavam suas necessidades, os infelizes pretos morriam às chamas e eram lançados ao mar. De muitas milhas ao longe — depõe um oficial da marinha Inglesa — se sentia o fétido de um navio negreiro. Comércio monstruoso e navegação monstruosa, exercidos por homens sem o menor escrúpulo, a escória da sociedade, a salsugem dos portos, a rafamélia das cidades. Capazes de tudo. Os grandes lucros faziam com que se arriscassem a afrontar os cruzeiros nacionais e Ingleses. Os rigores destes últimos dificultavam a navegação, obrigavam a menobras e fugas, a longos bordejos sem água e sem bolache, no fim da travessia, ao fechamento completo dos porões. Quem sofria era a carga. De

modo que a **filantropia** inglesa piorava as condições dos negros transportados.

Nenhuma nação do mundo tivera mais escravos, tinha-os naquele tempo a continuaria a tê-los até hoje sob formas disfarçadas, como nas minas da diamantina da África do Sul, do que a liberal e judaica Inglaterra. Da rapanta, ante o crescimento do Brasil, cuja agricultura se desenvolvia com o auxílio do braço africano, fadando-o a glorioso destino, o judaísmo se alarmou e impeliu o governo de Sua Majestade a Rainha Vitória a assumir papel simpático da defesa da liberdade dos pretos **destinados ao Brasil**.

Assumiu-o à maneira inglesa, quando o inglês se aente forte. Semeou o Atlântico de cruzeiros e desmandou-se na repressão, flado na profação de suas esquadras. A imprensa facciosa aculava os ingleses aquil de dentro, balha-lhes palmas, fazia de seus desacelos à soberania nacional arma de combate ao partido no poder. Chegava afé a defender o estrangeiro contra o Império. Por isso, ele se não contentava somente em apreender a escravaria frazada furivamente da Oufra Banda, mas entendia confiscar os negros transportados de uma província para a outra, por via marítima, com todos os documentos legalizados. No meado do século, devido ao crescimento sem par das lavouras paulista, fluminense e mineira, com a "atração do café", as populações trabalhadoras emigravam do Norte para o Sul. Houve verdadeiro êxodo. Naturalmente, a mão-de-obra negra também era transferida, o que fazia minguar a vida agrícola da Bahia, do Nordeste todo, mesmo do Maranhão e Pará, sendo o começo de decadência econômica dessas regiões (17).

O cônsules britânicos intarvinham com alarde nos processos dos negreiros surpreendidos em flagrante pela polícia Imperial. Queriam, às vezes, favorecer protegidos seus, como o maçon Menezes Drummond no famoso processo de Serinhaém. O rlo de York era solidário, **apesar da filantropia**, com os Filhos da Viúva negreiros alrapelhados. A legação Inglesa tomara tais altitudes que — como declara Nabuco — se fornara aquil verdadeira Anti Slavery Society (18), a qual já dirigira um Memorial ao Imperador. Parece que a legação não tinha outra finalidade. Em Londres, formavam uma franta única contra o Brasil, arrasando-o na tribuna e na imprensa, Aberdeen, Peel, Lyndhurst, Russell, Pollock, Thesiger, Palmerston. Em julho da 1861, lord Palmerston declarava na Câmara dos Lords que o Brasil violava flagrantemente todos os seus compromissos em matéria de repressão do tráfico e não atendia sequer às reclamações que lhe eram dirigidas sobre a entrega das listas dos negros livres (19).

Por mais que se esforçasse em combater o tráfico desde a promulgação da lei de 1850, o Governo Imperial não podia, devido à complexidade do problema, acabar com ela do dia para a noite, sobretudo quando era visível o Intuito do leopardo judaico de comprar uma briga, a fim de nos humilhar à sua potestade. Daí os atritos saquidos, constantes, que acabaram ressentando na questão Christie, em 1861-1862, do nome do ministro Inglês no Rio de Janeiro — William Dougal Christie. Tinha sido representante da Inglaterra em Buenos Aires, durante a presidência da Urquiza, que não nos perdoava termos entrado na capital de sua pátria com armas e banderas, embora para dar-lhe o poder. Ali bebera uma grande prevenção contra o Império. Era criatura do lord Palmerston, amigo fiel de Rosas, que havíamos apelido da Argentina. A ação do seu protetor na Câmara dos Lords contra o Brasil foi tão inampla sempre que houva quem da própria tribuna parlamentar o acusasse de "irrevetida hostilidade contra o governo brasileiro" e, mais ainda, de "despeito" (20)! Lord Russell, ministro de Estrangeiros, o apoiava. Christie julgou que podia abusar da sua situação.

A questão negreira envenenara as relações britânico-brasileiras. Sobretudo por causa dos **emancipados**, negros tomados aos contrabandistas que eram pelos tratados considerados livres e cujo destino a Inglaterra entendia fiscalizar dentro do Império. De 1846 a 1850, época da lei Euzébio de Queiroz, baseando-se nas convenções anteriores, que consideravam o tráfico pirataria, o ministro Inglês James Hudson levava o tempo a fazer sucessivas reclamações a respeito. Christie retomou-se com aprezo. Entendia que o Brasil era responsável perante a Grã-Bretanha pela sorte dos **emancipados**. Queria saber, como escrevia em nota a lord Russell, quantos existiam entre 1830 e 1845, dase apurando-se por não haver estatísticas. Entrava até na questão do pagamento feito pelo Governo Império aos **emancipados** e não queria acalmar o ancontro de contas com as despesas de reexportação de negros para a África. Condenava o Governo do Brasil por tratar como escravos africanos livres e reclamava furiosamente só ter sido a sua nota de 11 de novembro de 1860, sobre a suspensão dos processos da comissão mista da repressão, respondida em novembro de 1861. Fazia-se eco da todas as reclamações dos ingleses no nosso país, justas ou injustas, mesmo as contra a apropriação do tratado peforancial, em consequência da tarifa protecionista de 1844. Era um nunca acabar da racimilações. Algumas acrimoniosas (21).

A escravidão era — na frase de grande escritor — uma "enorme consagração" pelo uso secular e pelas leis do país; era uma "chege que interessava órgãos vitais". A Grã-Bretanha chegava-lhe o cautério brutalmente, porque não eram seus os órgãos vitais etingidos... Ajudar a Independência do Império, diplomaticamente, porque isso desmembrava Portugal e criava uma nação nova que podia vir a ficar na sua órbita de influência. Portugal isolado foi presa fácil para os dentes do judaísmo britânico que o triturou até Salazar... Logo no tratado de reconhecimento de emancipação brasileira se meteu a cláusula **humanitária** contra a escravidão, que privaria a nova nação de sua base de trabalho, a empobreceria e a tomaria o que sonhava Canning — um Império dependente da Inglaterra...

O tumor que se vinha formando nas relações do Brasil com a Grã-Bretanha supurou em 1861. Nesse ano, deu à costa do Rio Grande do Sul a barca inglesa "Príncipe of Wales". Os pescadores e moradores da redondeza pilharem os eslavados, matando ou ferindo os homens da tripulação que os quisessem defender (22). O governo inglês reclamou energicamente contra os ladrões e assassinos. Ainda se não resolvare esse incidente, quando surgiu outro. A 17 de junho de 1862, três oficiais da fragata Inglesa "Forte", surta no porto do Rio de Janeiro, à paisana e bastante alcoolizados, desacataram um posto policial na Tijuca. Presos, logo que o delegado os identificou, os pôs em liberdade e pediu desculpas. Christie não se conformou: tomou o plâano na unha, agarrando no ar o pretexto para tentar humilhar o Império. Quando vemos nos nossos dias os Estados Unidos aceitarem excusas e satisfações pelo afundamento do canhoneira "Peney" por aviões japoneses, verificamos o irrisório motivo de questão Christie e que, quando se têm cenhões, se podem afundar navios de guerra, e, quando se não têm, não se podem nem prender no seu território oficiais de marinha bêbados e malcriados...

Christie considerou ofendida a dignidade da marinha Inglesa e exigiu melhores satisfações. O marquês de Abrantes, ministro das Relações Extranjeras, negou-se dignamente a dê-las. Lord John Russell, criatura dos judeus, como vimos no inicio do capítulo, apoiou as notas de Christie, dizendo-lhe que usasse de medidas extremas, mas como último recurso. Apaixonado pelo caso e já de longa data ameaçando-o, o diplomata somente se impressionou com a faculdade de recorrer a essas medidas. Perdeu a tramontane e lançou mão deles, ordenando represálias imediatas. "Gastou — escreve Pedro Calmon, blogando o marquês de Abrantes — numa demonstração inútil de força o prestígio que detinha, e arrestou sue bandeiras e uma aventure que a

daslocou para sempre das águas territoriais sul-americanas. O incidente terminou pior para a Inglaterra, porque fez suceder à atitude militar, de desforra, uma atitude pacífica, de conciliação, que foi em parte rejeitada pelo Governo Imperial; a por que, reconhecida a razão que nos assistia pelas nações estrangaias, houve mais tarde de dar ao Brasil cabais satisfações pela Injúria cometida (23)."

A pata do leopardo dava a pancada no vácuo... O Império não estava no lugar que pensava. Erro da pontaria... Christie dirigiu um ultimatum ao Governo Imperial, a 5 de dezembro de 1862, juntando o caso da "Prince of Wales" ao caso da "Forte". A 18, o marquês de Abrantes respondeu com pressa que la submeter tudo diretamente ao Foreign Office. O ministro protestou em nota do dia 20: não aceitava o entendimento direto do Governo Imperial com o Governo Real e daria as ordens necessárias ao chefe da estação naval no Rio de Janeiro para conseguir pela força a reparação exigida. Perdera completamente a calma, Abrantes conservava uma serenidade olímpica que lhe daria a vitória.

Replicando a Christie, o marquês declarou echer preferível sofrer quaisquer males e sacrificar o decoro e a dignidade do Império, apelando para o juízo das nações civilizadas. No dia 30, o representante britânico ordenou ao almirante Warren que iniciasse as represálias. A 31, ele apresentava à vista da barra cinco navios mercantes brasileiros. Levarem a notícia a Abrantes, quando jogava a voltarete, em grande moda na época. O marquês limitou-se a sorrir... (24)

O povo emontoava-se nas praças e ruas principais, fervendo de indignação. Oradores populares atacavam violentamente a Inglaterra. Foi preciso a polícia guardar a legação britânica para evitar o irreparável. Diante da calma de Abrantes, Christie começou a sentir-se acanhado. No dia 1º de janeiro, enviou uma proposta da solução do litígio por arbitramento. Sentiu que havia avançado demais, que estava às portas de uma guerra injusta e desnecessária. Quis recuar. Abrentes aceitou antrar em conversações. Reuniu-se o Conselho de Ministros, deliberou a resolver acaitar o arbitramento para o caso dos oficiais de "Forte", mas limitando-sa o árbitro a responder a esta simples pergunta: houve ofensa à marinha inglesa? Quanto ao caso da "Prince of Wales", o Governo Imperial pagaria em Londres a indenização reclamada da £ 3.200 sob protesto. Discutir-se-la depois. Ao tomar conhecimento destas resoluções, Christie lembrou o veto possível do Foreign Office. Abrantes manteve-se firme e cedeu, cessando as represálias e relaxando as presas.

Em março da 1863, dasorientado, o ministro inglês abandonou o Brasil, embarcando na fragata "Forsile". Andava de mão am mão um folheto em que era pintado com grande crueldade a qua teva imenso êxilo, "O governo Inglês e a lógica do canhão". A voz do povo atribuia sue euteria eo próprio Imperador. A questão Christie em verdade fôra ume patada. Vimos as razões ocultas que e determinaram. Houve quem es pressantissa naquela época. A 8 de Janeiro da 1863, Sam-pelo Viena escravla a Colegipe: "...nunca pensei que tão subitamente surgisse um *casus belli* tão ridículo quanto Iníquo e violento. Para mim Isto é mais do que **le commencement de la fin**. Dedo o primairo passo virão logo e intimação positive para o tretedo, a reclamação dos 60 mil contos de despasa feita com os cruzeiros por cause do tréfico, a renoveção da questeo sobre os coneuledos, a emancipaçao dos escravos existantes, alc., etc. DECIDIDAMENTE A INGLATERRA VÊ E CALCULA OUE ESTE GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL, APESAR DE TUDO, CRESCE E CRESCE, E ISTO NÃO LHE CONVÉM, é pols preciso epoquenlá-lo e nêo hesita em fezê-lo..."

Apesar do afarecimento de madieção do rei de Portugal, o árbitro escolhido foi Leopoldo I, rei dos Balgas, que pronunciou sentença integralmente favorável ao Brasil. As refeções diplomáticas, porém, permanecerem roles entre o Inglaterra e o Brasil até 23 de setembro da 1865, quando, no acampamento de Uruguaiena, cercadoe os per-gualos de Estigarrible pelo Exército Imperial, o enviado extraordinário Thornton se apresentou e D. Pedro II pere dizer-lhe que o governo da Sua Majestade e Rainha Vitória eaitava e declsaão do Rei dos Belgas e estava disposio e nomear ministro para o Rio de Janeiro, logo qua o Imperador quisessa ralar as boes ralações. Devia-sa assa belo resultado final à madieção do Rei da Portugal por Intermédio de seu raprasentante em Londres, o conde do Levredo (25). Davia-se mels einda eo comércio importedor a exportador da Inglaterra, sobretudo das praças de Manchastar e de Londras, que, vendo prejudicados seus intareses diretos, desde o princípio da quasião se tinham mostrado favoráveis ao Brasil.

Capítulo VIII

O POMO DA DISCÓRDIA

O Uruguai foi sempre — como o definiu Joaquim Nabuco — "o mais delicado e perigoso problema da nossa política exterior (1)", pomo da discórdia com a Argentina e o Paraguai. Ali se chocaram na última investida a conquista bandeirante e a conquista espanhola. Os portuguesas queriam o Prata como limite natural ao Sul; os castelhanos queriam esse limite na altura da Ilha de Santa Catarina, em obediência aos ditames do tratado de Tordesilhas. Dos avanços e recuos, sancionados pelas armas ou pelas convenções, sobrou afinal a Independência uruguaya. Os limites variaram ao sabor daquelas armas e convenções do Arapéi ao Prata até se fixarem na linha do Chui ao Quaraim pelo Jaguaraão e o divisor do Aleguá. Mas a penetração brasileira continuou além da rala até hoje.

Entre o Prata e seus afluentes, e o Brasil, as mesopotâncias que Teófilo Ottoni chamava com propriedade "os ducados do rio da Prata". Cansanção da Slinimbu quisera-os independentes como Estados-tampões entre a ambição sempre renascente do Vice-Reinado platino e a astabilidade brasiliense. O sonho da reconstrução do Vice-Reinado às vezes se aumentava com o da conquista, separação ou aborção do Rio Grande do Sul, como no tempo de Rosas. Sarmiento, a maior cabeça da Argentina, queria a formação dos Estados Unidos da América do Sul, compreendendo o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, com sua capital, Argirópolis, a Cidade da Prata, na Ilha estratégica da Martín García (2). Elizalde acrescentava-lhes, talvez como reminiscência da antiga Audiência de Charcas, a Bolívia (3).

Em todos esses ducados — Uruguai, Corrientes e Entre Rios, Imparava desenfreada caudilhagem militar com seu cortaço de horrores; mas, devido à penetração de alamamentos brasileiros além fronteira a das condições importantes da sua situação geográfica entre o rio Uruguai, o Prata e o oceano Atlântico, em nenhuma dalse eram tão grandes os interesses do Brasil em ter vizinhança calma a ordária,

como no primeiro. A anarquia da época de Artigas obrigara o Brasil-Reino a conquistar e incorporar a Cisplatina. Não podendo conservá-la, o Primeiro Reinado outorgara-lhe a independência. O Segundo Reinado valava por essa independência, a fim de se não estender a Argentina até ali e proteger os súditos imperiais residentes no território Irontalriço. Não tinha outros intutos, embora pelo fato de já ter sido a Banda Oriental província nossa, muitos pensarem que alí de meditásemos desejo de conquista.

Deada a paz de 1828, a política do Brasil no Prate demonstrara um "deinteresse em exemplo". É a confissão clara e explícita do eminentíssimo D. Andréa Lamas (4). Fazendo guerra a Rosas, dele livraramos a Argentina a libertáramos o Uruguai da seu assedia, Orbe, o Corta-Cabeças. Nada padimos am pagamento de tão grandes serviços, nem dinheiro, nem compensações territoriais, nem tratamentos preferenciais. Em 1854, quando chegou ao auge a luta dos caudilhos e o governo oriental saiu com forças para resistir à onda da anarquia que assoleava o paíe, pediu ao Governo Imperial mantivesse a ordem interne. Mandou-se ao Uruguai uma divisão do Exército sob o comando do general Francisco Félix de Fonseca Pereira Pinto, ferreiro soldado, a qual lá permaneceu por espaço de uns dois anos, ocupando e policiando o território, tendo sido o mais louvável possível o seu procedimento e havendo povo e governo solenemente reconhecido sua disciplina e moralidade (5). Retirada a divisão brasileira de ocupação, renasceu a agitação caudilhesca, culminando em 1858 no horrível crime de Quintarce.

O general Anacleto Medina cercara allí os revolucionários inimigos do governo **blanco**, que capitularam com todas as garantias. A capitulação, porém, foi violada por ordem oficial vinda de Montevidéu a 152 pessoas foram fuziladas ou degoladas friamente. Entre elas, o coronel Cesar Diaz, herói da batalha de Caseros (6).

A caudilhagem à solta rodopjava pelo campanha, depredando as propriedades dos brasileiros estabelecidos no Uruguai. Às vezes, vinha mesmo praticar desatinos no território do Brasil. Respondiam-lhe os rio-grandenses com as famosas **califórneas** ou expedições punitivas, entre as quais ficaram célebres as de Francisco Pedrê de Abreu, barão de Jacuí, o Moringue. Refugiam-se no Rio Grande os vencidos de qualquer cor política e logo vinha a acusação de que o Império os protegia. Ao partido vencedor também se acusava sempre de receber auxílio do Brasil, de estar a serviço do Brasil (7).

Essa acusação pesou especialmente sobre Venâncio Flores muito antes do Império se manifestar em seu favor. Em 1855, fôra

apeado do poder por uma revolução e exiliara-se em Buenos Aires, onde lhe deram a melhor acolhida. Conseguira as boas graças de Mitre. Seu pensamento fixo era, naturalmente, reconquistar a pátria e o poder. Em 1863, com três companheiros apenas, surgiu no Rincão das Galinhas e fez uma proclamação entusiasmática aos seus patrícios. Vinha libertá-los da odiosa tirania do partido *blanco*, impopularizado pela matança de Quinteros. Dentro de pouco, chegava a Mercedes com quinhentos homens. Desbaretou, depois, os governistas em Coquimbo e Las Cañas. Sua Cruzada Libertadora eteou no país o Incêndio da guerra civil, que trouxe, tento na presidência de Bernardo Berro, até 1º de março de 1864, como na de seu sucessor, Atanasio Aguirre, os maiores vexames e atribulações aos brasileiros residentes ou proprietários no Uruguai (8).

Esses vexames e atribulações repetiam-se a cada passo, sobretudo nas zonas próximas da fronteira, em Montevideu e Paysandú, dando origem a Incidentes desagradáveis. Ora eram propriedades saqueadas ou incendiadas, gados roubados ou destruídos; ora, indivíduos forçados ao serviço militar nas hostes do governo ou vítimas de surras e meus tratos (9). O Império apresentava consecutivas reclamações ao governo uruguai que edava as soluções, iludia as perguntas, negava os informes, entrava no caminho das evasivas ou protestava com veemência contra as *callfómias* ou represálias fronteiriças. Os brasileiros residentes no Bande Oriental envidaram ao Rio de Janeiro como seu representante o general Antônio de Souza Neto, antigo chefe farroupilha, portador de um Apelo, que era quase uma intimação ao governo que eles entendiam os abandonava à sorte dos caudilhos estrangeiros: "Temos direito à vostra proteção ou devemos contar somente conosco (10)?" Havia nesses palestras qualquer coisa do antigo sentimento revolucionário do Rio Grande do Sul que alargou as esferas políticas e governamentais.

O general Neto incendiou as mentes no Rio de Janeiro. Os agravos que nos faziam estavam a exigir pronta e sumária justiça. O clamor das ruas queria a guerra a todo transe. Os próprios maçons liberais como o conselheiro José Marla do Amaral, Teófilo Ottoni e o marquês de São Vicente, Pimenta Busno, acorreram em apoio do seu irmão tripulado e Farrapo, declarando-se partidários de uma intervenção rápida e enérgica. O Imperador temia que ela desencadeasse a luta em todo o Rio da Prata (11). Naturalmente, D. Pedro II, que não raciocinava preso às ideologias das sociedades secretas, nem com elas mantinha o menor comércio, mas com o espírito livre, desembarracado, sempre inclinado ao dever de rei e ao bem do seu povo,

compreendia que havia outras forças por trás da injustificável arrogância provocadora do governo uruguai. Essa força era o Paraguei, isto é, Francisco Solano Lopez, "e Incógnita que ninguém resolvera... (12)"

A prudência imparcial damorava por esse grave motivo a solução do caso, embora já tivesse enviado para as águas uruguaias os navios de guerra do almirante marquês da Tamandaré, cuja bravura e brasiliade mereclam a confiança da nação. Ele seria sólido, de fato, o "árbitro político", se e maçonaria o não impedissem de etuar como queria, lançando mão da outros homens a de outros meios. Árbitro político, chamou-lhe um hietorilador militar, mas esqueceu de elinhar as razões que destruíram a sua ação (13).

Uma força financeira se agitou contra a guerra em perspectiva: Mauá. Escreveu nos jornais, entendeu-se com os pró-homens do regime, esforçou-se em pintar o abismo para que la correr o Governo Imperial, intervindo no Uruguai. Por toda a parte diziam que eram os interesses do Banco Mauá em Montevidéu que estavam berrando. Na verdade, Irineu Evangelista de Souza emprestara dinheiro seguidamente ao governo **blanco** de Bernardo Berro, enquanto durara a paz com o Império e mesmo após a cruzada de Flores. A entrada do Brasil em guerra efele fatalmente a queda de aquele governo e a subida dos **colorados**. Mauá procurou garantir-se e procurou o general Flores, que consentiu em ouvi-lo, como enviado semi-oficial do governo **blanco**. Não se sabe o que o financeiro e o caudilho conversaram em segredo. Mauá tinha grande prática desses entendimentos entre caudilhos e tiranetes pletones. Em 1859, fôra o grande intermediário do governo de Buenos Aires junto a D. Justo José de Urquiza (14). Sintia que a guerra earia o fim de sua realaza econômica no Brasil e no Paraguai, reeleze já abalada. Combatia por isso a guerra. Tinha razão o povo em dizer que os seus interesses barravam.

Com efeito, o grande declínio de Mauá começou em 1864, com a vitória dos **colorados** sobre os **blancos**. Barro, a quem amprastara somas importantíssimas, foi substituído a 1º de março por Aguirre. O auxílio do Império a Flores, dando a asta a vitória, criou situação difícil para a casa Mauá, suspeita de simpatias pelos **blancos**. No Brasil, a crise daquele ano, verdadero "rabata popular", determinara comidas aos blancos, fechamento da casas bancárias, firmas éguas abaixo, aglomerações nas ruas, gritarlas do povo, esgotamento das reservas metálicas e decretos de curso forçado do papel-moeda, criando grandes tropeços aos negócios de Mauá. Era uma crise da "maior complexidade" que sobrevinha da rapente às portas da guerra estrangeira.

como uma reencarnaçāo da de 1857 (15). Mais um golpe desferido da sombra na economia nacional pelo judaísmo bolsista.

Durante a guerra, que logo se cedeu à do Uruguai, Mauá se encarregou de transportes e fornecimentos, mas de modo ilimitado. Um desses fornecimentos fez a pedido de seu amigo, o visconde do Rio Branco (16). O governo brasileiro abandonou-o de vez, sobretudo depois do terceiro ministério do inflexível Zácaras da Góis e Vasconcelos. No Uruguai, o partido **colorado** perseguiu-o como pôde. As sucessivas revoluções, uma de quatro em quatro meses, arruinaram-lhe as empresas e dificultaram-lhe as transações. Quando chegou o **oeno terrible**, 1875, houve um dilúvio de emissões e os bancos soçobraram. O de Mauá fechou as portas. Onze anos antes ele clamava contra a guerra, adivinhando o fim que o esperava.

"Representante desinteressado da civilização na América Meridional (17)", o Império não desejava nem provocava a guerra; mas não fugiria a esse recurso extremo, se a liso o compelssem. Forçado pelo clamor público contra as tribulações e vexames sofridos pelos brasileiros, enviou em missão especial a Montevidéu o conselheiro José Antônio Seralva. A má vontade oriental recebeu a missão Seralva como se trouxesse no bojo a Intervenção em favor de Flores (18), o que absolutamente não era verdade.

Seralva chegou a Montevidéu a 6 de maio de 1864, verificando que o presidente Atenealo Aguirre era homem "Indeciso e fraco", dominado por uma camarilha violentamente anti-brasileira. Tentou fortalecer-lo para resistir a ela e dar ao Império as satisfações exigidas pelos seus interesses prejudicados e suas honras nacionais feridas. Nada conseguiu. Sua ultimatum, ainda assim, foi entes um derradeiro apelo emigável. Pedia o mínimo possível: castigo dos culpados pelas tropelias cometidas, indenizações pelos prejuízos e roubos causados, libertação dos brasileiros praeos e recrutados. Apresentara-se como um pacificador a somente encontrara má vontade. Naquela atmosfera irrespirável sua missão abortou.

Comprando a inanidez de seus esforços e que havia uma **incógnita** naquela política agressiva. Dirigiu-se a Buenos Aires, onde eram vivas as simpatias pela causa de Flores. Mitre recebeu-o de braços abertos. A situação mudou completamente. Os entendimentos entre o diplomata brasileiro e o governante argentino inauguraram a política de aproximação de que resultaria como ponto culminante a Tríplice Aliança, facilitando ao Brasil uma linha fluvial de comunicações com suas bases que lhe daria finalmente a vitória sobre o tirano do Paraguai (19).

A 2 de dezembro de 1864, o visconde do Rio Branco substituía o conselheiro Saralva no Prata. A incógnita que existia por trás do governo de Aguirre era o Paraguai. Daí os desafios ao Brasil. Logo



General Osório, marquês de Herval

comprando isso o almirante Tamandaré, que iniciara as represálias, imobilizando o único vapor de guerra da República e obrigando-o a encalhar, incendiado pela tripulação, bloqueando os portos, apoderando-se da cidade de Salto a atacando a da Paisandu, enquanto o

general João Propício Mana Barreto, visconde de São Gabriel, organizava apressadamente pequeno corpo de exército expedicionário, na fronteira a invadir o território oriental. Compunham-no uma divisão; duas brigadas da Infantaria, uma de cavalaria e um regimento de artilharia. Destinava-se a ser o núcleo da concentração do futuro exército contra o Paraguai. Flores já se havia aproximado dos Imperiais, cujos interesses eram agora comuns aos seus, conferenciando com o almirante no arroio Sacra a vindo formar ao seu lado.

O comandante da cidade de Salto, coronel Palomeque, aparentou resistir e logo se rendeu enrolado na bandeira uruguaya por temer desacatos ou violências da parte dos milicianos de Flores (20). Palmeiro, antrinchada a artilharia, era comandada por um oficial desarmado e bárbaro, o coronel Leandro Gómez, que degolava cruelmente os prisioneiros, quer fossem gaúchos dos bandos rebeldes de Flores, quer fossem rapazinhos inocentes como o tambor da canhona Imperial "Ival" (21). Foi um dos piores carraços da matança hedionda de Quinteros (22). Resistiu valentemente ao ataque impulsionado dos floristas apoiados pelo destacamento de desembarque da marinha Imperial. O encarniçado combate de ruas por horas e horas a fio esgotou os atacantes, sendo necessário esperar a chegada da divisação do visconde de São Gabriel para sitiá-la devidamente e praça e tomá-la nos últimos dias de dezembro.

Por ocasião da tomada da cidade, o coronel Leandro Gómez, que se disfarçara e escondera, foi aprisionado por uma patrulha brasileira. Declarou, porém, preferir ser prisioneiro de seus patrícios. Entregue em mãos do coronel colorado Gregorio Suarez, vulgo Goyo Suarez, este o mandou fuzilar com outros chefes prisioneiros pelo major Belen. Goyo Suarez vingava um "hondo agravio", a morte de sua mãe, quemada viva dentro de um rancho por Leandro Gómez, em Polanco del Rio Negro, cercanias de Quinteros. O Governo Imperial reclamou a punição dos culpados por esse crime e o almirante Tamandaré forçou o general Flores a afastar do exército o coronel Goyo Suarez e o major Belen. Contudo, dessa morte se faz no Prata grande alarde, imputando-a aos brasileiros. Essa calúnia é um dos cavalos de batalha dos inimigos do Brasil (23).

Embora sitiado, Leandro Gómez mantinha ligações secretas com Montevidéu, sobretudo através de agentes judaicos. Um deles, de nome Vich, empregado na Administração dos Correios, em companhia de uma judia francesa da vida aírada, sua amássia, pretendeu penetrar na praça sitiada. Aprasantou-se nas linhas da assédio com alguns sacerdotes e irmãs de caridade ludibriados, pretextando auxílio

aoa faridos e doentes da Palaandu. Dizia-sa médico e trazia um jovem ajudante, carregando ambos maistas de medicamentos. Descobriu-se quem ele era, que o ajudante não passava da tal eujeita disfarçada da homam e que as maistas continham documentos secretos importantes... (24).

Depois da tomada de Palsandu, o Exército Impsrial s as tropas irregulares de Flores, parte embarcados a parte por terra, aproximaram-sa de Montevidéu. O almirante Tamandaré queria tomar a capital, Impor a paz com as condições da vitoria a obtar raparação condigna aos agravos sofridos pelo Brasil, cuja bandeira a canalha das ruas arrastare pelas sarjetas (25).

A 2 de fevereiro da 1865, Tamandaré notificou o bloqueio da Montevidéu, tomado suas canhoneiras posições para o bombardeio. Era, na verdade, o árbitro da situação. Dentro da cidade, caminhavam a anarquia e o terror. A multidão torvelinhava pelas ruas e praças em improários contra o Brasil. "Organizou-se uma Junta de Salvação Pública, que somente cometia imprudências e loucuras. Susviela, o ministro da Guerra aclamado por ela, não passava de verdadeiro energúmeno (26)." Era um dos mais esforços partidários de Solano López, que esperava comenre um prelextio para declarar guerra ao Império (27).

Se por trás do Uruguai estive o Paraguai, por trás deste seava o governo dos Estados Unidos, como o demonstra a ação do ministro Washburn em Assunção, favoreosndo judicial e maçonicamente, como se já naquala tempo se epregoessa **campeão da democracia**, as repúblicas, fosse qual fosse seu estado de barbárie osudilhesca, contra a única monarquia do continente (28).

Susviela, Harrara, Las Carraras, Sagastuma, Camíños, os pró-homens do partido **blanco**, amparavam-na no Paraguai, que seria mais tarda refúgio e túmulo para alguma. "Insistiu o gabinete da São Christovam para que Montavidéu fossa imediatamente atacada e tomada pelas armas. Achava urgente a imprascindível uma lição igual à de Palsandu. Mas José Maria da Silva Paranhos, o plenipotenciário Imperial que acompanhava as forças em ação, julgava mais prudente asparar um pouco, a fim de que a capital uruguaia compraandasse sua lastimável situação a da motu-próprio se entrágassa, o que pouparia grande sacrifício da vidas. Com afalto, raseosdos do seu desvario naqueles dias de agitação, todos quantos se tinham comprometido na demagogia dos últimos tempos abandonaram cautelosamente a cida- da Investida, desamparando Aguirre, que passou o governo a D. Tomás Villaíba, presidanta do Senado. E esta, livre da pressão da

arraia-miúda, pôda celebrar com Paranhos e suspensão dae hostilidades que decretou o célebre convênio da 20 da janeiro de 1865, na vila da União (29)."

A convanção declarava querer evitar nova afusão da eangue e novas desgraças antra irmãos e uma nação vizinha, cuja amizada devia sar "um empenho honroso e grato para ambos os governos"; estatuiá a reconciliação da familla oriental, a igualdade política e civil de amigos e Inimigos, a punição dos crimes cometidos, a governação provisória do país pelo general Flores, reconhecimento de empregos e propriedades, licenciemanto e desarmamento dos guardas nacionais. Assinaram-na D. Venâncio Alrea, Paranhos e D. Manuel Herrere y Obes, esta por parte de D. Tomás Villalba (30).

O almirante Tamandaré não se conformou com essa convenção feita de afogadilho e saiu o seu banepáclito, quando tinha a responsabilidade das operações male importantas, as da guerra. Suas divergências com o visconde do Rio Branco começaram com a tomada da Palestina. O chefe naval era homem rápido a franco, que detestava ao extremo tricas políticas e mentires diplomáticas. Nunca havia pertencido nem pertenceria jamais a sociedades asecretas. O plenipotenciário era maçon notório e moraria grão-mestre da maçonaria brasileira, cujo adaus lhe seria levado à borda do túmulo pelo irmão graduado, conselheiro Trilletão da Alancer Araripe.

Rio Branco matia-se a dar quinaus em matéria militar. Achava errado e "operação secundária" da tomada da Palestina, pois bastaria Mena Barreto obrigar o exército branco a um recuo sobre Montevidéu para estar decidida a sorte da guerra. Todavia, os criticos atuais julgam tecnicamente certa a ação de Tamandaré. Palestina era admirável ponto de apoio e vigilância, magnífica base de operações navais, o domínio da linha de comunicações do rio Uruguai, a chave das maeopotâncias, onde se desenrolaria mais tarda a concentração e a principal contra-ofensiva contra o Paraguai; demais, um efeito moral surpreendente e uma ameaça à capital próxima. O velho marinheiro estava certo. O diplomata-maçon estava arrado (31).

A divergência acirrou-se com a convanção da 20 de fevereiro, aguçada graças à intarvanção amedrontada do outro maçon, o ministro da Itália em Montevidéu, Rafaal Ulisses Barbola. No seu teor, é uma convanção maçônica, que rouba ao Império o fruto da vitória paga com o sangue da saus marinheiros e soldados. Ao saber do que se tramava, Tamandaré ficou "pasmo" a proatetou, depois do pasmo, energicamente. Como confessava ao Governo Imperial, antendia que, tendo instruções para obter plena reparação dos agravos feitos ao

Brasil, que devia ser firmada por "uma capitulação militar com os governos beligerantes", a solução dada muito deixava a desejar "a quem só aspira a glória do seu país e a sustentar a honra da bandeira nacional". Declarava ainda sentir-se em situação **falsa, desaforosa, em posição inferior a inconveniente**, admitindo-sa do comando que exercia (32).

A capitulação que devia ser militar, como queria coberto da razões o general do mar encarregado da guerra, transformou-se em mera combinação ou acordo maçônico-político, sem vencedores e sem vencidos, nem responsabilidades definidas a com os mesmos fermentos de luta para o futuro. Nossas tropas entraram pacificamente em Montevidéu e o Único desagravo de nossa bandeira foi uma salva de礼砲 (salvo), quando a hastearam no mastro do forte de São José. O Governo Imperial sentiu bem quanta verdade resumava das sentidas palavras do almirante, manteve-o no posto, aprovou a convenção por já estar assinada, mas demitiu o visconde do Rio Branco, **hospede do barão** de Mauá, outro interessado nos conchavos em que se salvam os negócios, embora se humilhem as bandeiras. É curioso, no entanto, seja dito de paseagem, que Paranhos tenha sido, mais tarde, o planipotenciário escolhido para ultimar diplomaticamente a guerra do Paraguai. Não fosse ele grão-mestre do Grande Oriente da rua do Lavradio.

O visconde foi muito atacado pela convenção da 20 de fevereiro. Defendeu-se com grande habilidade. Talento não lhe faltava. Nem esprumo. D. André Lamas também o defendeu, o que era natural por ser a convenção favorabilíssima ao seu país. A república Oriental estavam, depois dela, "não só em perfeita e honrosa paz com o Brasil, como ainda lhe havia pala segunda vez o mais generoso concurso para a reconciliação dos orientais, e o restabelecimento de suas liberdades civis e políticas (33)."

Ligado à política dos **blancos** por uma ALIANÇA OFENSIVA E DEFENSIVA, desde 1862, quando Vasquez Sagastuma a negociara com D. Carlos López, o Paraguai protestara junto a Mitre contra os auxílios prestados a Flores, declarara em agosto ameaçadoramente considerar **casus belli** qualquer ocupação do território oriental pelo Brasil, pois atentaria contra o equilíbrio do Prata, e acabara aprisionando inopinadamente, em novembro, o paquete "Marquês de Olinda" e invadindo a província de Mato Grosso. Sagastuma ilusionara a megalomania de Solano López, insinuando-lhe que o Brasil, roido de dissensões internas, sobretudo no Rio Grande do Sul, era um gigante dos pés de barro. Facilmente se suscitaria uma revolta da sua popula-

ção escrava, desde que se anunciassem as primeiras vitórias e se desguamecessam as províncias agrícolas. Estava desarmado em face de um Paraguai preparado desde 1844. Nenhum outro povo do continente americano se aliaria ao Império detestado. Urquiza combinará marchar a favor dos uruguaios e paraguaios com as milícias de Entre Ríos. A rápida mobilização paraguaia paralisaria a monarquia e matá-la antes que se pudesse defender. López garantiria com uma guerra vitoriosa e gloriosa o futuro de sua pátria, cobrindo-a de louros eternos (34).

O Governo Imperial deu à intervenção paraguaia em favor dos blancos "a mesma atenção que ao zumbir de uma mosca". Liqüildando o caso do Uruguai, decidiu-se a resolver a incógnita das selvas e pântanos guaranis. Lutou cinco anos em terra e na água, mas decifrou a Esfinge Loplata, apesar de toda a sua força aparente e de todas as forças ocultas que a protegiam. Assim, o Império atingiu seu apogeu.

Capítulo IX

O IMPÉRIO E OS DOIS GALOS DE BRIGA

O Império marchou contra o Paraguai, que o provocava e afrontava, levando um galo de briga dabaixo de cada braço. A imagem é de Alberdi, o grande pensador argentino (1). Cego pelo seu ódio pessoal a D. Bartolomeu Mitre, assim via a Tríplice Aliança. Com o mesmo calor a condenaram Guido Spano e Juan Carlos Gómez. Ellesa Récluse, na "Revue des Deux Mondes", não lhes ficou estranho. Houve grande grita contra ela, quando o Livro Azul da Inglaterra revelou ao mundo o tratado secreto que a firmara. Assinavam-no Francisco Otaviano de Almada Rosa, pelo Brasil, D. Rufino de Alzalde, pela Argentina, e D. Carlos de Castro, pelo Uruguai. A diplomacia Imperial obtivera tudo de Mitre, declarou, desalentado, o diplomata paraguaio Gregorio Banetéz (2). Isso não custou barato ao srálio Imperial. No começo da guerra, emprestamos à Argentina um milhão de pesos (3). Em 1867, ajudávamo-a seu tesouro exausto com trezentos mil pataçóea (4). O Uruguai, como vimos em capítulo anterior, vivia mercê "dal subsídio qua le pagara el Imperio". Benitaz denominava Flores, por isso, vaqueano do Brasil. Nos nossos dias, o escritor loquela D. Juan O'Leary intitula-o *el dócil caudillo* e acrescenta a *vaqueno* a palavra cumplice, mais ofensiva. Na sua franqueza caudilhesca, Flores reconhacia a supremacia Imperial. Disse uma feita a Caxias: "Nem au nem Mitre somos generais chefes; chefa é o senhor, que tem exército (5).".

O republicanismo hispano-americano nunca pensou que as duas repúblicas se aliassem ao Império. Não via as colas na sua profundidade. A um estadista argentino como Mitre, que tudo fazia para a unificação da Argentina, cheia ainda de reguletas locais, como Urquiza, o czar de Entre Ríos, não era possível ficar do lado de López, cuja hipertrofia seria o desmembramento das mesopotâmias ilimitadas do Brasil e a absorção da ambicionada Banda Oriental. O Paraguai estava ligado secretamente a Urquiza e este achava odiosa qualquer

aliança da Argentina com o Império (6). Mitre sabia-o e sabia que, mesmo aliado a López, o triunfo do ditador seria o seu fim.

Sabia ainda que a palavra final no caso seria dita pelo Império, cujas tropas já ocupavam o Uruguai, onde Flores se achava à sua mercê. Entrar na guerra do lado do Brasil era antrar do lado da vitória, fazer das províncias argentinas a linha de comunicações dos exércitos, que nelas derramariam o ouro imperial, e, ao mesmo tempo, não correr perigo algum e processar à sombra da guerra a unidade nacional pela destruição da caudilhagem (7). A aliança estava tão preparada pelos acontecimentos e conversações que Mitre recebeu Otáviano a 20 de abril de 1865 e a 1^a de maio, embora não existisse telegrafo, o tratado se assinara como se houvesse combinação anterior.

Eis como um argentino contemporâneo e participante da guerra via situação: "...um dos atoemais conscientes do general Mitre foi não fugir a essa guerra. Em caso algum, deveríamos consentir que os brasileiros a fizessem esquinhos, por quanto o triunfo, com maiores ou menores sacrifícios, seria deles afinal de contas, o que se tornaria perigoso para noeso pele, que ficaria com um exército vitorioso na suas fronteiras." O mesmo observador acrescenta que López já se infiltrara no território das Missões argentinas e ameaçava ajudar a oposição contra Mitre, que não era pequena. Com a Tríplice Aliança, a Argentina tiraria mais vantagens. Alimentando ainda a "Idéia de União" do Uruguai, talvez ela se pudesse realizar em consequência de marcharem unidos para uma guerra estrangeira (8).

Vencedor no Uruguai, graças à boa vontade dos argentinos e à Intervenção do Brasil, Flores não podia deixar de acompanhar seus protetores, mesmo porque a vitória de ambos era questão de vida e morte para ele. López e Urquiza tinham-se unido por trás dos bastidores e levado os **blancos** àquela intransigência, de que resultara a Intervenção militar do Império (9). Delas vitoriosos Flores não podaria esperar a menor piedade.

De fato, Urquiza estava comprometido com López. Compromatidíssimo (10), Mitre nomeou-o comandante das cavalaria antrerrianas. Ele convocou suas milícias a fê-las sa dissolvarem por si nos acampamentos da Basualdo a Toledo. Passara am revista o Exército Aliado, que se concentrara em Concordia. Compreendera a situação difícil em que López se encontraria dentro de algum tempo. Foi-lhe aos seus compromissos (11). Apesar de detestar o Império no fundo do coração e da detestar Mitre tanto quanto o Império, o astuto cacique de Entre Ríos preferiu abandonar a aliança firmada com o Paraguai e enriquecer, como enriqueceu, fornecendo cavalos ao

Exército Imperial (12). Mas, como a vária tortuna das ermas da um momento para o outro sa poderia voltar a favor de López, também não convinha vanguardear os Aliados. Por isso, as milícias entrerrienas dissolverem-se por si...

Urquiza foi um triunfo que taltou á última hora ao jogo de longa data preparado por Francisco Solano López. A guerra astava premeditada quasa dez anos antes, am 1856, quando ele era simplemente um jovem general de regresso da uma viagem à Europa e ainda rainava no Paraguay D. Carlos Antonio López, seu pal. Fóra sempre seu pensamento secreto manter, apesar dos tratados, a clausura dos rios. Para isso, construirá ao norta o forte Olímpia e, ao sul, a fortaleza da Humeltá. Propunha-se anexar Mato Grosso, o território das Missões e as províncias da Entre Ríos e Corrientes (13). Naturalmente, como conhecedor dessas ambições secretas, ao tempo em que privava com o tirano, o sr. Waehburn, ex-ministro norte-americano em Asuncão, se achou autorizado a espalhar a fábula das pretenções de Lopez e uma coroa Imperial no Prata. Encomendara em Paris o seu modelo a pretendia casar com uma princesa brasileira (14).

Em 1856, quando estivera em Asuncão o escritor argentino Heitor Varela, López confessou-lha uma noite que premeditava a guerra. Não esperarle o ataque, disse. Atacaria em primeiro lugar. Precleava abater da vez a criste da Argentina e a preponderância do Império na América do Sul. Como Heitor Varela fizasse algumas observações sobre o assunto, replicou-lhe textualmente: "Estou de posse de segredos que você ignora (15)."

Ele porque, meis tarde, López podia dizer a D. Andrés Lamas estas palavreas: "Se houver egressões ao Uruguai, venham de onde vierem, lembrem-se os orientais que existe um povo no seio das eelvas que saberá fazê-los respaltar (16)". Em López polarizava-se o ensejo paraguai de saída para o mar. Queria romper o seu "cerco geográfico". Precisava da uma via de comunicação que completasse suas duas artérias: o Paraná e o Paraguai. Era natural, ensina o sociólogo paraguai Cardús Huarta, seu avanço para Corrientes, Entre Ríos e o Uruguai. Quando Buenos Aires se vira em apuros no decurso da história, devia ter agarrado as ocasiões pelos cabos. Perdeu-as. Lopez, premeditando a guerra, queria remediar tardivamente aquele terrível "cerco geográfico" (17). "Golpe tardio e deeproporcionado", escreve Wanderley da Pinho. Deu-o e perdeu a cartada, porque a própria clausura criara uma passividade fatal ao povo paraguai.

A nenhuma outra poda sar comparado sanão ao russo eob a pata esmagadora do comunismo judaico. Vivara sempre segregado do

mundo e mergulhado no mais profunda ignorância. O Paraguai era "a transfiguração histórica do doutor Francis", diz Cecilio Baez (18). Nesse "cemitério de vivos", opina em outro lugar, a mocidade estava corrompida pela idolatria do poder e a objeção da escravidão. Livros, só entravam os de missa e os catecismos. Jornais, só de contrabando. Não havia imprensa política, nem vida política. Nesse regime, que, em 1852, Albardi schrebs "egoista e escandaloso", reinavam o credulismo e o terrorismo (19). A idênticas conclusões chega Cerdúis Huerte: havia somente no Paraguai comunismo econômico, escravidão política, astancamento intelectual e moral (20).

Era, portanto, contra um povo bárbaro que o Império entreveu em campanha com seus doce gelos de briga. Vede a pintura dos paraguaios feita por um veterano argentino: "Aqueles homens ignorantes, educados por cálculo sob o jugo de uma disciplina férrea, — educação elaborada sistematica e excessivamente em várias gerações, nas quais eram desenvolvidas a ódio ao estrangeiro e o amor à terra natal, sentiam arder de entusiasmo a coração e se atiravam intrepidamente, com o maior desprezo de vida, aos perigos, que arrostavam sinceros, não pelas lauros de glória, mas por um dever que julgavam cumprir; e foi tão grande a influência moral desses sentimentos que suportaram, como se viu, esfrentamentos sobre-humanos e a morte eterna, sem desertar um instante e cause que defendiam. Não conheciam as instituições da liberdade, nem suas benefícios; tinham vivido isolados, povoando os laranjais de sua terra feliz. Relaxados os vínculos familiares e descendendo como única lei e única pátria a uma vontade superior, que calculademente defendia a escravidão, era, portanto, um povo acampado pronto a formar a primeira ordem; disposto com suas grandes qualidades de soberania, submissão e valor à vida de soldado, mas do soldado ignorante e bárbaro que combate sem uma ideia e se sacrifica estupidamente pela obediência passiva e o temor dos tormentos, sem vislumbrar sequer a esperança de vitória (21)." O quadro é maravilhosamente fisiológico.

Era, assim, aquele "ejército escuálido, pero fanático y esclavo", descalço, de calças arregaçadas ou de tanga, com uma blusa vermelha, cartucheira-baú contendo cento e vinte cartuchos e barretina de couro cru, servindo de mochila para seus guardados; exército que se lançava ferozmente contra os cambás, os negros do Imperador, e os gringos de Mitre e Flores (22).

O chefe de tal gente, que estava "um grau acima dos selvagens do pampa e obedecia como o bicho ao dono", tão ignorante que não



Espada oferecida ao General Osório, Marquês de Herval,
pelo Exército Brasileiro na guerra do Paraguai.



Mitre e Lopez na entrevista de Ilatti-Corù em 11 de setembro de 1866.

conhecia os outros países e nem sabia ver uma figura (23); o chefe de tal gente, EL SUPREMO, não passava, segundo Garmendia, de um ignorante presunçoso" (24). Thompson, que foi de sua privança e testemunha a sua covardia pessoal, classifica-o "um monstro sem paralelo" (25). Para Baez, era "uma deformidade moral" (26). Nos nossos dias, muitos escritores sul-americanos procuram reabilitá-lo, vendo nele uma vítima do Brasil a um herói apólonio do seu povo. Entra esses lopistas, contam-se como os principais o mexicano Carlos Preyra, o venezuelano Blanco Fombona e o paraguaio Juan O'Leary. Mas a sua defesa entusiástica e brilhante não consegue cancelar a sentença documentada e inapelável da história sobre a残酷za e a miséria moral do tirano. Todavia, como o reconhece Joaquim Nabuco, foi uma figura singular na América, e soube morrer com o seu povo aniquilado.

Em 1854, percorreu a Europa em missão oficial e regressara deslumbrado pelos esplendores das parades militares e das cortes europeias. Maravilhava-o a disciplina dos soldados alemães e os magníficos uniformes do exército de Napoleão III. Conosco Ingências em vários países e encorajara armamentos navais e terrestres. Vinha decidido a arrancar o Paraguai do anonimato e a alirá-lo em plena luz. Queria ser uma personalidade falada e comentada. Um de seus diplomatas revela quais os segredos de que sejava de posse e a que se referia na entrevista com Victor Varela. Solano López contava com seis navios de guerra blindados, com muitos armamentos modernos e com a Intervenção coletiva de duas grandes potências marítimas de Europa e da América (27).

A revelação é sensacional e mostra que certas forças impulsionam o ditador paraguaio à guerra, com quase certeza da vitória. Elas, felizmente lanharam. A diplomacia imperial, conseguindo, graças às circunstâncias favoráveis que já vimos, a Tríplice Aliança, fortaleceu, sobretudo moralmente, a situação do Brasil. Jé não era mais um Império sozinho contra uma República pequenina, nem os descendentes dos portugueses travando o derradeiro prélio contra os descendentes dos espanhóis. Havia duas Repúblicas, dois povos de origem castelhana, como galos de briga da Monarquia. A tese do imperialismo contra o republicanismo encontrou, contudo, desfansores; mas foi destruída pelos fatos, inclusiva pelo próprio ministro Washburn depois de sair do Paraguai (28).

O tratado secreto da Tríplice Aliança foi revelado por uma indiscreção diplomática. O governo inglês, que talvez fosse uma das duas grandes potências marítimas que protegiam à socapa EL SU.

PREMO, apressou-se em publicá-lo. Foi um escândalo. Sem razão. Pelo tratado, os três signatários se comprometiam a não depor as armas nem apesar López do poder, a nada tratar separadamente, a garantir a Integridade e a Independência do Paraguai, a obrigá-lo a pegar as despesas da guerra e a destruir as fortificações de Humaitá para tornar livre a navegação do rio (29). Se o tratado objetivasse a partilha do Paraguai como as nações européias fizeram com a Polônia, velha; tradicional e civilíssima nação, era compreensível a gritaria; mas nada disso preceituava, antes pelo contrário; derrubava uma tirania pessoal e respeitava a vida e a soberania da nação. O escândalo somente se justifica como despeito por aquela aliança que contrariava planos concertados na sombra e vinha tornar impossível uma intervenção articulada em segredo.

Esse segredo girava em torno da pessoa de López, como se depreende do que disse o Helvécio Varela. Só assim se pode compreender aquela atitude conetantemente firme de D. Pedro II levando a guerra até o fim, até o esmagamento do tirano, custasse o que custasse. Esse como que *questão pessoal* devia ter uma razão profunda e muito grave. Durante a guerra, assegura Nabuco, a vontade permanente do Imperador foi a encarnação da consciência nacional (30). Ele próprio o reconhecia na Fala do Trono de 1870: "A confiança que depositei na firmeza e patriotismo dos brasileiros foi amplamente justificada; a história demonstrará em qualquer tempo que a geração atual se mostrou conetante e inviolável com o sentimento unânime do desagravo à honra do Brasil." Por isso, se repeliram as mediações Inglesa e norte-americana, se fecharam ouvidos às intervenções amigáveis das Repúblicas do Pacífico lideradas pelo Chile, se desprezaram as propostas de Iatalti-Corá (31). O Imperador sabia por que era preciso destruir López. Sua continuação seria eterna ameaça ao Brasil sob o beneplácito das forças internacionais.

Vinha de longe o dissídio entre o Império e a República do Paraguai, cuja independência lôra reconhecida graças a nós, ao tempo de Rosas. O Imperador estava ao par da questão de longa data. O litígio era duplo: queríamos a fixação definitiva da linha fronteiriça e a livre navegação nos rios que serviam ao nosso *hinterland*. O Paraguai discutia os nossos direitos à região do Ape e nos acusava da ocupação do Pão de Açúcar; seus regulamentos policiais restringiam a liberdade de nossa navegação fluvial.

Em 1853, nossas relações estiveram tão tensas que Paulino Soares de Souza, Visconde do Uruguai, reconhecia que somente a guerra resolveria essas dificuldades (32). O governo "astuto e tenaz"

de D. Carlos Antonio López, pal da Solano, dava nas relações diplomáticas, devagarinho, um nó gordio que somente a espada poderia cortar. Em 1855, mandamos uma expedição militar efetivar nossas reclamações. José Maria Paranhos, então na pasta de Estrangalhos, ascolhou para chefiá-la o comandante Pedro Ferreira, oficial em quem reconhacia granda perspicácia. João Maurício Wanderley não confiava nele a pravlu o dasastroso resultado da expedição. Pedro Ferreira, qua conduzia cinco mil homens de desembarque, obedeceu às intimações paraguaias de não subir o rio e foi sozinho a Assunção, sujeitando-sa a verdadeiros vexames até obter um tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado a 27 da abril de 1855, cujas estipulações dasconheciam o direito do Brasil à livre navegação dos rios, consignado no tratado de 25 de dezembro da 1850. O Imperador negou ratificação ao tratado que Pedro Ferreira negociara. Nossas legações no Prata informavam confidencialmente que o Paraguai se aprastava fortemente para a guerra. Nosso governo tomou, em consequência, francas providências nesse sentido (33).

A resolução do caeo, em viata disso, procrastinou-se. O ministro brasileiro Peranhoes e o ministro paraguaio José Bergez concertaram a 8 de abril de 1858 um adiamento de seis anos para tratar da questão de limites, na qual o Brasil defendia a teoria do *uti posseditis* com origem de domínio. A tradição bandeirante. O Paraguai pretendia firmar-as na letira morta dos documentos históricos que excluem o dinemismo da vida. Queríamos a linhe Iguatemi-Marecaju-Ape, que finalmente floreia sendo a noesa (34).

Até 1862, governou o Paraguai D. Carlos Antonio López. Receava a guerra e manteve a paz. Sucedeu-lhe o filho com as idéias que, em 1858, da volta do Velho Mundo, os olhos deslumbrados pelo esplendor do Império de Napoleão III, expusera "um tanto espiritualizado" e Heitor Varela. *In vino veritas*. Dominava-o completamente uma mulher com quem se amasara na Europa e trouxera para Assunção com granda escândalo da toda a gente. Dizem que era tão bela que o povo do Paraguai a tomou ao desembarcar por um anjo...

Era uma judia irlandesa, aventureira de alto bordo, que se divorciara do marido, o ciantista Quatrefagas, e, dapole de passar por algumas mãos, conquistara o coração do jovem general paraguaio a futuro sucessor da López I, que visitava a Europa. Elsa Lynch é um dos anigmas da guerra. A imprensa brasileira e mesmo a platina, na época, não a pouparam. Dizia-se que ela mantinha as malefícias ligações com lord Palmerston, um dos chefes da maçonaria internacional, com quem amiudadamente correspondia. Chegava-se até a

atribuir ao lord a declaração de guerra ao Brasil. A Inglaterra desejava uma desforra da questão Christie, em que seu orgulho fôra abatido (35). Lord Palmerston era o amigo fiel de Rosas, o protetor de William Dougall Christie, o inimigo fígadai do Império...

A influência da judia irlandesa era "perniciosa e completa" sobre o ditador. Paçavam a vida em banquetes regados a champanha, ela de grande toilette, mesmo em plena guerra. Falava-se mal de seu procedimento, ora com o general Caballero, ora com o tenente-coronel Thompeon, que vivia ne sua intimidade e lhe afixava o plano (36).

Revolvendo os documentos e escritos contemporâneos, verifica-se ter paçado no Paraguai mais ou menos o que se passou recentemente na Espanha: o saque judaico. A guerra civil ou estrangeira, provocada pelos agentes do judaísmo, permite que esses mesmos agentes se apoderem de todos os modos da riqueza nacional — metais, dinheiro, alfaias, relíquias, exportando-as em seu proveito. O Paraguai foi literalmente saqueado por Solano López, menobrando por Elisa Lynch. "A guerre é a seare do judeu", diz Sombart.

O tirano sacrificou famílias inteiros pere se apoderar de seus bens. Mandava executar sob os mais diversos pretextos uma média de 20 e 25 pessoas diariamente (37). Tudo isso era feito com os maiores requintes de barbaridade. Quando o dêsputa pretendia haver uma conspiração contra ele, não respeitava a vida nem de seus irmãos. Não respeitou sua própria mãe, que foi, por sua ordem, surrada a pano de sabre (38) As igrejas eram despojadas de todas as suas riquezas, que, empilhadas em carretas, seguiram os rastos da fuga de López ainda nas Cordilheiras. As avançadas brasileiras apoderaram-se de muitas delas (39).

Antes de chegar a essas aperturas da retirada rumo aos sertões de Bolivia, toda a riqueza metálica do Paraguai era mandada para fora por Madame Lynch. Todos os meios lhe convinham para ganhar dinheiro. Negociava com couros e erva-mate, assegura Cecilio Baez. Em navios estrangeiros, mercantes ou de guerra, remetia caixões e sacos de ouro e prata para o exterior. Limpou o país. É uma telégrafo da guerra pouco estudada e para a qual chamamos a atenção dos pesquisadores. Em 1866, na fortaleza de Humaitá, Elisa Lynch embarcou diversas caixas de dinheiro na canhoneira Italiana "Ardita"; em 1868, enhou muitas caixas com dinheiro e alfaias pela canhoneira francesa "Declée" (40).

As maiores somas foram exportadas no derradeiro período da guerra, graças à legação norte-americana. Quando principiou a campanha, era ministro dos Estados Unidos em Assunção o sr. Carlos

Washburn, autor mais tarde de uma pouco verdadeira "História da guerra do Paraguai". Foi "partidário acárrimo" da López até 1868, quando tentou uma mediação com o Brasil. Seu procedimento provocou animadversão dos dois lados. López passou a antipatizá-lo e persegui-lo até que o governo lanque o substituiu pelo general Mac Mahon. Este se tornou criatura da intimidade de López e da Lynch. Viveu continuamente no quartel-general do tirano. Esteve nele em Lomas Valentinas e Ita Ivaté durante os dias seguidos da turiosa batalha. Acompanhou EL SUPREMO a Peribebuí, levando os filhos que o ditador lhe confiara ao tugir. Somento o deixou quando no final da campanha das Cordilheiras. De regresso a Assunção, trazia grande número de caixões com dinheiro. Pediu uma força para guardá-los ao comando militar Imperial, declarando tratar-se de quantias pertencentes a cidadãos Ingleses, franceses e norte-americanos. Havia pouquíssimos estrangeiros no Paraguai; nenhum na áspera Cordilheira, naquela fase da guerra de extermínio. A mentira saíava aos olhos da cera. Mac Mahon fora declarado por López seu testamenteiro e a nossa imprensa o apelidara "o protetor dos Lopezinhos". O tirano deixava à sua amante 900 mil onças e patações, e uma doação até hoje大陆ida de três mil léguas de terras paraguaias (41).

É de admirar tenha o comando chefe das forças navais e terrestres deixado passear, mesmo em navios de guerra estrangeiros, esses caixões de dinheiro. O Império fazia a guerra com um liberalismo que era antes deacuido, filho de absoluta Ignorância e desonestade do mundo. Não se proclamou estado de aalto, não se tomou uma medida de exceção, não se suspendeu uma garantia individual. Nos editoriais da imprensa e na tribuna do parlamento, criticava-se amplamente a marcha das operações de guerra. Os jornais noticiavam tudo. Parece que não havia o menor segredo de estado-maior. No rio Paraguai, ocupado pela nossa esquadra, os pequenos navios de guerra estrangeiros faziam de lançadelras, subindo e descendo, freqüentando Humaitá e Assunção sob este ou aquele pretexto, e carregando o ouro da Lynch ou com que López pagava armamentos na Europa, segundo depõe Gregorio Benítez, seu representante. Graças a esse val-vem da navios, EL SUPREMO recebia clandestinamente partidas de armas e de petrechos bélicos (42).

Viviam nessas idas e vindas, sobretudo as canhoneiras americanas "Wasp" e inglesas "Linnet" e "Beacon"; além delas, a francesa "Decidée" e a italiana "Ardita". Depois da passagem de Humaitá, andaram continuamente de cá para lá, entre a Ilha de Palmas e Assunção. Seus comandantes freqüentavam amiudadamente o quar-

tei general de Lópaz em São Fernando (43). Um dales, o da "Wasp", Kildman, era tão seu amigo que desacatou o ministro Washburn, quando deixou de ser **persona grata** do despota (44).

No mês de agosto da 1867, a "Linnet" trouxe de Buenos Aires o secretário da legação inglesa ali, sr. Gould, que escreveu, mais tarde, um livro sobre a guerra. Vinha ao Paraguai sob o pretexto de repatriar súditos britânicos; mas do seu proceder saía clara que outra era reservada era a sua missão. Tentou uma mediação para cessar a guerra, que gerou devido à resolução dos Aliados de somente tratar de retirando-se o tirano do governo. Esteve o sr. Gould livremente nos nossos acampamentos, observou e examinou o que quis e o que bair entendeu (45). Levou a certeza da vitória imperial, o que determinou o procedimento ulterior da Inglaterra.

Havia grandes **interesses ocultos** na guerra. As vitórias fulminantes do marquês de Caxias, em dezembro de 1868, depois da travessia do Chaco, desde Villegas a Cumbarí, de onde fugiu López, foram uma verdadeira bomba na aglomeração, no jogo de bolsa e de câmbio que se judaria fazia na praça do Rio de Janeiro (46). No Preto, o barão de Mauá continuava a mover-se, defendendo a situação de seus negócios, trocando cartas com Mitre em favor da paz (47). Em 1869, após o atentado que vitimou D. Venâncio Flores, o governo uruguaiense começou a perseguição contra o seu banco, impedindo-o de levar o capital, quando dava consentimento para isso a outros estabelecimentos, fazendo correr boatos do seu fechamento e motivando corridas por esse modo (48).

No estrangeiro, o Brasil era duramente atacado. O "Império escravista", diziam e escreviam, queria estender a lepra de escravidão aos povos republicanos do Prata. Eliseu Réclus insultava os brasilienses, Charles Expilly publicava folhetos e livros, pintando as monstruosidades dos nossos soldados e o procedimento engélico dos paraguaios. Chegava a preconizar a Intervenção da Europa, por que tinha capital na América do Sul. E deixava escapulir sem prazo revelar ao comércio francês os mercados ignorados que o despotismo de Buenos Aires monopolizava como um campo de exploração (49). Defesa ancomandada por quem interessava o seguinte piano, desmascarado pela atitude do Brasil, da Mitre a da Flores: a existência do Paraguai dependendo da livre navegação dos rios, os interesses dos povos ribeirinhos da Corrientes a Entra Rios ligados aos do Paraguai, a criação da **nova família política composta de grupos independentes**, surgindo no mundo e se estendendo do Preto ao sul do Amazonas. Era o velho sonho da uma confedera-

ção comprando o Paraguai, Corrientes, Entre Ríos, Missões, a Banda Oriental, o Rio Granda do Sul a Mato Grosso (50). Ela enfraquecia as duas grandes nações do continente meridional, Brasil e Argentina, preparando para o futuro uma fragmentação da **pequenas pátrias**, destinadas a serem pasto do judaísmo internacional. O mesmo processo de desagregação de que saíram as repúblicas da América Central. Na guerra que se travava, Flores representava a Independência uruguaia garantida pelos dois grandes vizinhos do Norte e do Sul; Mitre, a unificação argentina após a vitória de Pavón; Urquiza, o interesse localista das províncias dominadas pelo caudilho moribundo; e López, a ambição paraguaia, o seu anseio para o mar livre, manobrado pelas forças ocultas.

Estas sempre se imiscuíram nas questões territoriais entre a América Espanhola e a América Portuguesa. No tratado de 1750, negociado por Alexandre da Guzmão e mais tarde anulado pelo de Santo Ildefonso, essa influência oculta está hoje fartamente documentada. Judeus, maçons ingleses e peninsulares reuniram seus esforços para destruir a colonização dos jesuítas, para arrencar pele raiz e sua influência e para enfraquecer a Espanha, favorecendo Portugal, como em outras ocasiões promoveram o contrário (51). Vimos no primeiro volume deete "História Secreta" a ação dessas forças no caso de Colônia do Sacramento, ninho do contrabando.

Barreiro a planos comerciais expansionistas, o Império e seus dols galos de briga sofriam todos os ataques do judaísmo maçônico. O jornal "Europa", órgão do gueto tradicional de Frankfurt, desancava-o a cada número. Os grande periódicos parisienses não lhe davam tréguas. Exagerava-se a mortandade dos paraguaios em Jataí. Afirmando-se que havíamos escravizado os prisioneiros de Uruguaiane. O judeu Benjamin Poucel, inspirado por Alberdi, inimigo pessoal de Mitre, clamava pela intervenção europeia, pois o interesse "urgente e imediato" das nações do Valho Mundo era não deixar o Brasil dominar no Prata como dominava no Amazonas, conservando-o fachado às marinhas estrangeiras (52). Leit motif da todos as reclamações contra o Império.

O outro era a escravidão. Esqueciam propositalmente a existência de escravos negros, além do povo escravizado, no Paraguai, onde foi o Império quem os libertou pela mão do conde d'Eu. Após Tuiuti, quando López perdeu suas melhores tropas, os escravos paraguaios foram mobilizados para o exército. Só da uma vez assentou-se praça em seis mil (53)! Esqueciam as barbaridades do ditador, as torturas, as matanças, os horrores do acampamento de São Fernando, os

lanceamentos, as infâncias, os maus tratos aos prisioneiros, as delações, a vida amancebada com uma judia que sa rodaava de um bando da "ramairas cantando hinos patrióticos" (54)... Esqueciam as pobras mulheres detinadas, cujo "atarno anelo" era sarem libertadas pelos brasileiros a que, na sua horrenda existência, os "viam em sonhos todas as noltas" (55)... Esqueciam os carregamentos da ouro, alfaias e jóias roubadas ao misero povo paraguaio, as vítimas dos degolamentos e fuzilamentos diários, remetidos para a Europa em navios de guerra estrengalhos que se prestavam a isso, violando a moral e as leis Internacionais, chegando ao ponto do governo argentino protestar em nota diplomática junto ao governo italiano contra a remessa dos calxões de valores a bordo da canhoneira "Ardita" (58)... Esqueciam a permanência do ministro norte-americano ao pé de López nos campos de batalha, escândalo que a imprensa do Prata e do Brasil profilgava, documentando sua deslavado proteção ao tirano (57)... Esqueciam que somente essa permanência, com as idas e vindas de canhoneiras através da Equador Imperial, a serviço de respectiva legação, podia explicar o encontro na campanha das Cordilheiras, em agosto de 1869, de "armas americanas dos estâmas mais aperfeiçoados e integralmente desonhecidas dos brasileiros" (58)... Esqueciam tudo isso como a imprensa judicializada e maçônica de hoje esquece ou ignora as atrocidades e os roubos de riquezas nacionais dos vermelhos na Espanha. A história repete-se.

O Império, que sentira o perigo da guerra com o Paraguai de 1850 e 1855, quando acesa a questão de limites e da clausura dos rios, esquacara-se e estava desprevenido, quase desarmado, ao romper o conflito. Como acusar sem má fé um país, sem armas, de imperialista? O Rio Grande do Sul, vizinho da Banda Oriental e das mesopotâmias caudilhescas, próximo do Paraguai, que ocupava parte das Missões, estava desguarnecido e desarmado, mal atingindo sua guarnição a 2.500 homens (59). Com grande dificuldade, o general visconde de São Gabriel organizara a armada a divisão com que invadiria o Uruguai em dezembro de 1864, documenta Jourdan. Em matéria de defesa militar, Mato Grosso se achava em "estado lastimoso", que desde 1858, rastejando a guerra, os deputados da província denunciavam à Câmara, não se tomando a menor providência até ser o território invadido pelos paraguaios (60).

O Paraguai, sim, armara-se até os dentes, premeditando o golpe traíçear com o primeiro pretexto defensável que lhe pudesse servir da bandeira. Nenhum melhor do que se opor, como campeão do equilíbrio do Prata a do republicanismo americano, ao "Império escra-

vista", que procurava a ruptura desse equilíbrio, intervindo na Banda Oriental. Como se a Intervenção não fosse adrede provocada pelo governo uruguio, calcando aos pés os direitos dos brasileiros, afrontando a nossa soberania e negando-se a dar as satisfações pedidas por se sentir apoiado por Urquiza e López, que tinham as simpatias de duas grandes potências marítimas de Europa e Américas...

Os arsenais paraguaios estavam à altura dos europeus, dirigidos por técnicos alemães, franceses, austriacos, húngaros e italianos. A fundição de Caacupé fundia, torneava e ralava canhões. O arsenal de Assunção fabricava armas de todo e espécie, inclusive estativas de foguetes de guerra dos últimos modelos. A artilharia dispunha de 400 canhões, entre reledos e lisos, além de uma bateria moderna de 30. Possuía vapores de guerra. Encomendara outros, blindados e artilhados com os últimos modelos. Algumas das unidades de 1^a linha estavam armadas de fuzis de retrocarga. As outras, em geral, com espingardas Turner, Enfield, Wilton Brothers e Tower, sistema Martini (61).

O território da República era um verdadeiro castro. O forte do Itapiru no rio Paraná, Curuzu, Curupaiti, as linhas de Rojas, o reduto Clerva, impedindo a travessia dos brejos e das selvas, Humaitá, poderosamente artilhada, e o Tímbó, techando o rio Paraguai. Acampamentos fortificados. Nesse imensa caserna, guardada pelo pantano e pela mata, inviolável e ignota, adestrados e se adestrando sob uma disciplina terrea, 100 mil homens na opinião do diplomata inglês Gould e na de Mastermann, 821 mil na do tenente-coronel Thompson, engenheiro militar de López, 64 mil na de Gregorio Benítez, representante do Paraguai na Europa (62). Um exército fanatizado, dominado por uma espionagem sem entraves, verdadeiramente soviética, em que os sargentos recebiam das próprias mãos de EL SUPREMO caderninhos especiais para anotar o que faziam e diziam seus cheques (63). A mais espantosa delação assombraava os generais e coronéis, que eram fuzilados como covardeis, por las espaldas, quando derrotados.

Além disso, as comunicações garantidas pelos rios, lagunas e braços de água livres, por uma estrada de ferro, pela linha telegráfica e pelo caminho estratégico que levava do Pesso da Pátria, no extremo meridional do país, à sua capital, obra do oficial de engenharia austriaco barão Wiener de Morgenstem, que servira aos revolucionários mineiros em 1842, quando o então berão de Caxias o aprisionou. Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, recomendara-o ao pal de Solano López, quando elaborava no plano defensivo do Paraguai

contra Rosas (64). O marquês da Caxias fez de novo prisioneiro esse oficial marcenário na batalha de Lomas Valentinas.

Não se olvida ainda que grandes partidas de armamentos e munições encomendadas por López foram retidas após a declaração de guerra, nos portos de Nantes, do Havre e da Liverpool, bem como os encouraçados que ele construíram nos astaleiros europeus por sua conta, graças à vigilância e bons ofícios dos nossos diplomatas barões de Penedo e Itajubá (65). Se o ditador conseguisse obtê-los, grave seria a nossa situação do ponto de vista militar. Felizmente isso pôde ser evitado, assim como o plano dos corsários americanos sulistas, em disponibilidade finda a guerra da Secessão nos Estados Unidos, os quais se ofereceram ao ministro paraguaio Barreiro, em Paris, a 7 de maio de 1866, para com seis cruzadores blindados bombardearem as cidades mais importantes do Brasil e engarrafarem no Prata a noite a esquadra, cortando-nos a linha de comunicações pelo mar e forçando nosso Exército a retirar-se em destróces pelo território das Missões (66).

Contra esses formidáveis preparativos, que se apressavam desde 1858, logo após a malograda expedição punitiva de Pedro Ferreira, a tal de melo do Império conegava para o exercício de 1864-1865 esse ridículo efetivo para o Exército Imperial: 16 mil homens. A Argentina estava menos preparada do que nós. Do Uruguai, que saia de uma guerra civil depauperante, nem se fale!

Mitra dificilmente conseguiu no início da campanha reunir pouco mais de dez mil homens, efetivo que só faz diminuir no decorso das operações. Ninguém queria ir para a guerra. Os regionalismos punham as cabeças da fora, no anel de se vingarem da derrota de Pavón. As guardas nacionais de Córdoba, Santa Fé e San Juan revoltaram-se (67). "Obstinado a frio" (68), Mitre galvanizou Buenos Aires e, apoiado na capital fiel e unificadora, faz frente, até recorrendo a marcenários, à guerra estrangeira e a diversas revoltas locais. Era mais político e ascritor do que soldado. Andava geralmente à paisana. Sua sala tinha coldres, mas sem pistolas, chafis de graxa com que untava os arrelos. Seu chefe de estado-maior, no qual havia Júdias, como o major Abraão Walker, era o general Gally y Obes, administrador circunspecto, porém a negação do militar profissional. A maior parte da cavalaria estava a pá e a artilharia deixava muito a desejar (69). O tenente-coronel Beverlin dapõa que o comando argentino pedia armas e munições ao Brasil.

O Uruguai arriou à guerra pouco mais de trés mil homens, que o Império sustentou. Alberdi não deixa de ter certa razão na sua imagem literária dos dois galos de briga.

O "poder más sólido y eficaz" da Tríplice Aliança era, na verdade, o Império. Desarmado, armou-se é toda pressa. Levantou do solo pátria ofendido pelos invasores legiões de guardas nacionais e voluntários, que se bateram como leões. "En el fuego a pie firme los brasileros son insuperables!" decíera Seeber (70). O Brasil improvisou tudo, apesar de todas as críticas internas, de todos os Carrões & Cia., como escrevia Cotegipe, de todos os buchelros que procuravam solepar o patriotismo (71). A hegemonia naval que lhe dera em 1828 a vitória do Monte Santiago garantia-lhe o domínio das águas definitivamente estabelecido pelo triunfo do Riachuelo e conservado ciosamente em toda a campanha, o que permitira o forcamento de Humaitá e fez do rio Manduvirá "a sepultura dos restos da esquadra paraguai".

Pelo tratado de Tríplice Aliança, o comando chefe pertencia ao general do paiz em que se desenrolasseem as operações de guerra. Mitre assumiu-o na marcha através da província de Corrientes e conservou-o no Paraguai invadido. Visando unicamente o interesse da Argentina, que se povou de emigrantes e enriqueceu, graças ao ouro brasileiro, tomou-se o "única cause do prolongamento de guerra" (72). Mas a irresponsabilidade de Tamendaré, baseada nas estipulações do tratado, que punham a Esquadra Imperial fora da órbita do comando terrestre, recusando obedecer às ordens de Mitre, de fato sobrepujo ao almirante o general argentino (73). Somente quando Caxias assumiu de vez a chefia dos Exércitos Aliados, a marinha passou sob suas ordens. Ela era o única gerente que tinhemos de mobilidade, de comunicações e de impedimento de uma paz em asperedo. Sem a força naval nas nossas mãos, teríamos perdido a guerra.

O grande organizador e disciplinador do Exército que o Império improvisou na concentração de Concordia, baseado na divisão que vencera am Palmaru e ocupare Montevideu, foi o general Osório. Trabalho silencioso e fecundo em que se revelou o grande capitão que de tudo cuidava. Tão grande aí como nos campos de batalha. Senão maior. Preparou, para libertar Corrientes, invadida pelos paraguaios, e para penetrar no território inimigo, 21 batalhões de infantaria de linha, 4 regimentos de cavalaria, 1 de artilharia a cavalo, 2 batalhões de artilharia a pé, 1 de engenheiros e 18 de guardas nacionais e voluntários de pátria, em 13 brigadas, fardados, disciplinados, armados e municiados (74). É esse Exército Imperial que vai decidir a sorte das armas.

Essa vitória, após cinco anos de gloriosa luta, leva o Brasil ao apogeu do seu sentido imperial, que se afirma na Marinha com Ta-

mandaré, Barroso a Inhaúma; no Exército com Caxias, Osório e Porto Alegre; nas letras com Pedro Américo, Vitor Meirelles e Carlos Gomes; na política com Zacarias, Cotegipe e Ouro Preto; na diplomacia com Penedo, Itajubá e Otaviano. Mas o apogeu anuncia a decadência e a morte, cujos germes nascem da própria guerra do Paraguai.

A cooperação de Mitre e Flores, observou um escritor e diplomata paraguaio, trouxe como consequência fatal a Intervenção brasileira, anunciada pelo ultimatum de Saravia, "que foi o agente inconsciente da supressão da monarquia que servia com tão abnegada submissão". E acrescenta que o comércio fraterno dos soldados e oficiais brasileiros com os exércitos republicanos injetara o micrônico do republicanismo nas suas almas (75). De volta, mais tarde, quando essa infecção se generalizou, esse Exército Imperial proclamou a República.

É possível que haja nessa observação um pouco de verdade, embora o aspecto das caudilhescas repúblicas do Prata não fosa de molde a entusiasmar homens criados no sentimento e na vantagem da Ordem Imperial de um pale liberalismo e sem revoluções, mazocas e quarteladas. A verdade toda está encoberta por um véu, — o véu das forças ocultas.

Escrivendo em 1870 sobre a guerra do Paraguai, o oficial de estado maior do Exército Francês, Teodoro Fix, dizia: "A América do Norte e a Inglaterra viam de mau humor o desdobramento de forças do Brasil..." (76) Eram as duas potências marítimas com que secretamente Solano López contava, além das simpatias da França, que o autor omitiu por se tratar de sua pátria. Basta conhecer a acolhida cordial e larga feita a Gregorio Benítez, representante diplomático do tirano, que revelou esse segredo, apesar de ser um mero secretário da legação, tanto pelo presidente dos Estados Unidos, na Casa Branca, como pelo Imperador Napoleão III, nas Tulherias (77). À observação que Fix fazia lá de fora junta-se a que Sampayo Viana fazia aqui dentro, ao tempo da questão Christia: DECIDIOAMENTE A INGLATERRA VÊ E CALCULA QUE ESTE GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL CRESCE E CRESCE, E ISTO NÃO LHE CONVÉM...

"Apesar dos empréstimos com que Rothschild nos vinha ascravizando desde a Independência, o Brasil atingira o apogeu da sua grandeza e projeção política e moral no continente." Situação financeira relativamente folgada. Câmbio magnífico. Coesão nacional. Um exército veterano e aguerrido. Marinha excelente. Moralidade pública e particular. "Até aonda podaria ir como força na sua unidade e na sua influência moral o Império do Brasil? Não se tornaria, am alguns anos,

uma grande potência, polarizando o sentido do continente meridional e falando aos donos do mundo em igualdade de condições (78)?"

Com o pseudônimo dos Estados Unidos e da Inglaterra, a quem não convinha a grandeza do novo Império, o governo judaico do mundo passou a agir. Facilitou-lhe a tarefa o regime parlamentar com seu jogo mortífero de partidos na gangorra ministerial. Dadas as ordens e sugestões das forças ocultas, a bucha e a maçonaria, "aliadas a intelectuais e políticos, se pusaram em ação, minando a pouco e pouco o Império, sob a proteção do liberalismo cego de D. Pedro II, que não conhecia o poder dessas forças e não podia compreender o problema (79)".

As etapas foram matematicamente traçadas e realizadas. Manifesto republicano preparando o terreno. Lei do Vento Livre atacando o Instituto Servil, base do trabalho, pilar da economia, na última renovação que lhe restava depois de expressão do tráfico, a propriedade, sem criar o que a substituisse. Creque misterioso de bolsa ralando capitais do país. Descredito do Terceiro Reinado em perspectiva. Questão dos bispos, afastando o Trono da Igreja e dividindo-a este. Questão militar destruindo a disciplina do Exército, Intrigando os chefes e melquistendo-os com o Coroa. Abolição. Depois, a República...

"As forças secretas vêm de meu humor o crescimento do Brasil, sua maravilhosa colônia, e o impedem, defendendo a mameta." Para Isao, dividem o Brasil e "lençam mão de todos os meba (80)". A nação somente poderá ser livre, deixar de ser COLÔNIA DE BANQUEIROS, negocletas et reliqua, sem bucheiros, sem maçone e sem judeus.

NOTAS

(*) Tratado a respeito das coisas divinas ou espirituais. O mesmo que misticismo.

(1) "Bernardo Pereira da Vasconcelos e seu tempo", José Olímpio — Rio, 1937, pg. 208.

(2) L. D. Savignac, artigo em "La France Moderne".

(3) Cristiano Benedito Ottoni, "Bipgrafia do sr. D. Pedro de Alcântara".

(4) Visconde de Sábia (Silvo Túlio), "O Senhor Dom Pedro II", Rio, 1848.

(5) Henri Raffard, "Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil" in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", I, LXI, Imprensa Nacional, Rio, 1896.

(6) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1^a ed., t. I, pg. 56.

(7) Otávio Tarquínio, op. cit. — pgs. 230-231; Pereira da Silva, "Memórias do meu Tempo", Garnier, Rio, t. I, pg. 16-17.

(8) Idem. — pg. 217.

(9) Tristão de Alencar Araripe, "Notícias sobre a Maioridade", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", I, XLIV, pgs. 167-168.

(10) Op. cit. pg. 175.

(*) Gradação de cores; metáfora, entretanto. Diferença apilada entre coisas do mesmo gênero.

(11) Otávio Tarquínio, op. cit. pg. 210.

(12) Henrique de Faria Coutinho, "A democracia nacional", pg. 265.

(13) Luiz de Almeida Braga in "Os nossos mestres", de Fernando de Campos, ed. Portugal, Lisboa, 1924, pg. 36.

(14) "Páginas de História Constitucional", pg. 36.

(15) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 212.

(16) Op. cit. pg. 214.

(17) Bernardo da Vasconcelos, "Exposição".

(18) Daniel P. Kidder, "Sketches of residence and travels in Brazil", I, II, pg. 357.

(19) O grito é nosso.

(20) Idem.

(21) Teófilo Ottoni, "Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais", Tip. do "Abras", São João d'El Rei, 1827 in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", I, LXIV.

(22) Henri Raffard, op. cit., pg. 425.

(23) Otávio Tarquínio, op. cit.

(24) Gustavo Barroso, "Brasil — Colônia de Banqueiros", Civilização Brasileira, Rio, 6^a edição, pgs. 57-58.

(25) Welsh, "Notices of Brazil in 1828-1829".

(*) Tornar paralelo a determinada linha ou direção. Mirar, visar, observar.

(26) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., Apêndice, pg. 211.

(27) Mário Matos, op. cit., pg. 37.

(28) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 221.

(*) Irritar-se, tornar-se áspero.

(29) Daniel P. Kidder, op. cit., I, II, pg. 357.

(*) Assinar (despacho ou diploma), assumir a responsabilidade; endossar, avaliar.

(30) José Agostinho de Macêdo, "O Desengano", n° 3, pg. 7.

(31) D. Frei Fortunato de São Boaventura, "O punhal dos Corcundas", Lisboa, 1824, n° 33, pg. 500.

(32) Braz Florentino, "Do Poder Moderador", Tip. Universal, Recife, 1864, pgs. 72-74.

(33) Rio Branco, "Etimérides Brasileiras", pg. 209.

(*) Poder, misterioso, a que se atribui influência benéfica ou maléfica.

(34) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 232; Joaquim Nabucco, "Um estadista do Império", I, I, pg. 58, 1^a edição.

II

(1) Otávio Tarquínio, op. cit., pgs. 231-232; Cristiano Ottoni — "Biografia do Teófilo Ottoni", Tip. do "Diário do Rio de Janeiro", 1870, Rio, pgs. 19-21.

(2) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 234.

(*) Membro de uma sociedade política secreta da Itália. Membro de qualquer sociedade secreta revolucionária.

(3) Op. cit., pg. 236.

(4) O grito é nosso.

(5) "Fragmentos histórico-políticos sobre o Brasil", A revolução de 1842 em São Paulo, Tip. Americana, São Paulo, 1868, pgs. 3-4.

(6) Op. cit., pg. 10. Reitere-se a Bernardo de Vasconcelos e a Honório Hermeto Carreiro Lello, futuro marquês de Paraná.

(7) Op. cit., pg. 13.

(8) Rio Branco, "Elementos Brasileiros", pgs. 56-57.

(9) Ofício do chefe de polícia Euzébio da Queiroz ao juiz municipal de 2^o várzea, de 5 de agosto de 1842.

(*) Deixado àdiscrição; livre de condições, não limitado. Livremente.

(10) Vice "Auto-biografia de Francisco de Assis Vieira Bueno", Campinas, Tip. Livre Azul, 1899. O autor foi bucheiro, discípulo do "Insigne Júlio Frank" (pg. 10), tendo freqüentado as aulas do mesmo desde sua inauguração em 1835 (pg. 11). Lê-se à pg. 14: "Seguiu-se logo o rebeldião de 1842, que infelizmente (?) mal teria coñhido na sua rede, se tivesse rompido na capital, pois eu me achava filiado a um dos clubes revolucionários chamados dos PATRIARCAS INVISÍVEIS." E à pg. 36: o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos era chamado na "Intimidade" VICE-REI e o brigadeiro Tobias, REI; ambos concertaram a candidatura do autor a deputado geral.

(11) Cfr. Spanier Vempré, "Memória para a história da Academia de São Paulo", I, I, pgs. 237-239; Azevedo Marques, "Apontamentos históricos", I-II, pg. 127; J. B. de Moraes, "A revolução de 1842" "In" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", t. XII.

(12) J. A. Pinto Júnior, "Movimento político da província de São Paulo em 1842", tip. do "Diário de Santos", 1870, pgs. 5 e segu., 12 e segu., 30-32. O autor, redator do jornal "Tibiriçá", foi parte nos acontecimentos.

(13) Op. cit., pgs. 8-9.

(14) Cônego José Antônio Marinho, "História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais", tip. de J. E. S. Cabral, Rio de Janeiro, 1844, t. II, pg. 5.

(15) J. A. Pinto Júnior, op. cit., pgs. 39-40, 74 e segu.

(16) Almeida Nogueira, "Tradições e reminiscências", t. VIII, pg. 39. Karan, Karan, Karan, Carram, Carrão, Carrão...?

(17) Carta do senador Verguêoso ao barão de Monte Alegre, de 6 de julho de 1842.

(18) Cfr. Eugênio Egas, "Diogo Antônio Feijó", Tip. Levi, São Paulo, 1912, pgs. 202, 216-219 e 246; Feijó, "Defesa", "In" Suplemento do "Jornal do Comércio", de 18 de maio de 1843; Parecer da Comissão Especial do Senado, de 31 de julho de 1843.

(19) Carta de Tobias a Feijó, de 7 de junho de 1842.

(20) Ata de reunião da Câmara Municipal de Sorocaba para a posse de Rael Tobias.

(21) J. A. Pinto Júnior, op. cit., pg. 49.

(22) "Fragmentos histórico-políticos sobre o Brasil — A revolução de 1842 em São Paulo", pg. 9; Eugênio Egas, op. cit., pgs. 182-188.

(23) Eugênio Egas, op. cit., pg. 193.

(24) Rio Branco, op. cit., pgs. 267, 273, 276 e 282.

(25) Op. cit., pgs. 288, 296, 301, 318 e 343.

(26) Op. cit., pgs. 326, 333, 359, 360, 368 e 390.
 (27) Op. cit., pgs. 403-404.
 (28) Olívio Tarquinio, op. cit., pg. 245.
 (29) Fardamento de um sargento "Luzia" que tomou parte na batalha de Santa Luzia, conservado no Museu Histórico Nacional.
 (30) Cônego José Antônio Marinho, op. cit., L I, pgs. 50, 80, 82 e 87.
 (31) Op. cit., pg. 229.
 (32) Cristiano Ottoni, op. cit., pgs. 9 e 27.
 (33) Autobiografia de Cristiano B. Ottoni, manuscrito existente no Museu Histórico Nacional, t. I, pg. 41.



(1) Pereira de Silva, "Memórias de meu tempo", L I, pg. 22.
 (2) Tratado de Alencar Araripe, "Guerra civil no Rio Grande do Sul", "In" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", I, XLIII, pg. 123.
 (3) Pereira de Silva, op. cit., L I, pgs. 42-49.
 (4) Exposição do barão de Caxias ao ministro de Guerra, datada da cidade do Rio Grande em 29 de novembro de 1842, vinte dias após sua posse.
 (5) Rio Branco, op. cit., pg. 20.
 (6) Ofício do barão de Caxias ao ministro de Guerra, da 18 de julho de 1843.
 (7) J. Pinto de Silva, "A província de São Pedro", ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1930, pgs. 170 e 168.
 (8) Carta de Bento Manuel e Saturnino de Souza, da 13 de outubro de 1840.
 (9) Alfredo Varela, "História da Grande Revolução", ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1933, I, V, pgs. 275 e sega.
 (10) Tratado de Alencar Araripe, op. cit., I, cil., pga. 119 e 273.
 (11) Alfredo Varela, op. cit., I, VI, pg. 123.
 (12) Op. cil., I, V, pgs. 361 e 367.
 (13) João de Moraes, "A Revolução no Rio Grande", p. II, pg. 73; Carta de José Clemente Pereira ao barão de Caxias, da 12 de dezembro de 1842.
 (14) A primeira a 5 de julho e a segunda a 28 de dezembro de 1841. V. Rio Branco, op. cil., pgs. 337, 510 e 511.
 (15) Alfredo Varela, op. cit., I, V, pgs. 397 e sega.
 (16) Vide e gravuras de pg. 62-A.
 (17) Ponte Ribeiro, "Memória".
 (18) Alfredo Varela, op. cil., I, V, pgs. 400-401, t. VI, pg. 142; Tratado de Alencar Araripe, op. cil., I, XLVI, p. I, pga. 423-424.
 (19) Alfredo Varela, op. cil., I, V, pgs. 381 e sega.
 (20) Carta do barão de Caxias ao ministro de Guerra, de 12 de dezembro de 1842.
 (21) Alfredo Varela, op. cil., I, VI, pg. 21.
 (22) Tratado de Alencar Araripe, op. cit., "In" Rev. cil., I, XLVI, p. I, pg. 122.
 (23) Rio Branco, op. cil., pgs. 504, 525 e 508.
 (24) Parte do barão de Caxias ao ministro da Guerra sobre o combate de Porongos, de 14 de novembro de 1843.
 (25) Tratado de Alencar Araripe, op. cil., "In" Rev. cil., I, XLIII, p. II, pgs. 286-287.
 (26) Op. cit., Rev. cil., t. cil., p. cil., pg. 122.
 (27) Rio Branco, op. cil., pg. 596
 (28) Op. cil., pgs. 477, 483, 522 e 575.
 (29) Cristiano Ottoni, "Biografia de Teófilo Ottoni", tip. da "Diário do Rio de Janeiro", 1870, pg. 27. Os grifos são nossos. A consultainha sido do teor seguinte: "Se lhes dessem espertanças de levantamento de outras províncias, eles, Ferrapós, se sustentariam, mas abandonados como ali então muito lhes convinham as condições estabelecidas", testemunhe o mesmo Cristiano Ottoni em "O advento da República no Brasil", tip. Perseverança, Rio de

Janeiro, 1890, pgs. 59-70. A prova da ligação maçônica dos Farapos com os outros revolucionários da época é evidente.

(30) Gustavo Barroso, "A guerra de Rosas", ed. da Cl. Editora Nacional, São Paulo, 1929, pg. 97.

(31) Marechal Bormann, "Rosas e o Exército Aliado", Rio de Janeiro, 1912, t. I, pg. 144.

(32) Op. cit., t. I, pg. 148.

(33) Guadalupe Barroso, op. cit., pg. 60.

(34) Gustavo Barroso, "Brasil colônia de banqueiros", 5^a ed., pg. 59.

(35) Os trabalhos de Alfredo Rodrigues foram publicados anos seguidos no "Almanaque Riograndense".

(36) Gustavo Barroso, "Os homens de 1835", in "A Nação" do Rio de Janeiro, de 20 de setembro de 1935.

(37) Loc. cit.

(38) De Paranhos Antunes, "Episódios e perfis de 1835".

(39) "Hitler, l'Allemagne et les Juifs", in "Centre-Révolution", nº 6, dezembro de 1937, Genebra, pg. 636.

IV

(1) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1^a ed., t. I, pg. 78.

(2) Pereira de Silva, op. cit., t. I, pg. 167.

(3) J. J. Figueira de Melo, "Crônicas da rebelião praieira de 1848 e 1849", tip. do Brasil, Rio de Janeiro, 1860, pg. 6. Em todo o Norte, o português é vulgarmente chamado paixão expressivo nome de "marinheiro". Compare-se o "meia marinheiro" com o "meia malhado" e o "meia bicudo". Vê-se que a inspiração xenófoba é a mesma. Enquanto esse xenófobo se diverte com os portugueses, nossos irmãos, nossos afins por todos os motivos, esquece outros estrangeiros sobre os quais por justiça se deveria exercer.

(4) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 80-81.

(5) "Diário Novo", órgão oficial de Praia, Recife, 26 de agosto de 1847.

(6) Nabuco de Araújo, "As eleições para senadores na província de Pernambuco em 1847";

(7) O pai de Joaquim Nabuco, o senador José Tomás Nabuco de Araújo.

(8) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 85 e 91.

(9) Urbano Sabino, "Apreciação da revolta praieira em Pernambuco", tip. do "Correio Mercantil", Rio de Janeiro, 1849, pg. 19.

(10) Nabuco de Araújo, "Justa apreciação da revolta praieira", pg. 10.

(11) Urbano Sabino, op. cit., pg. 7.

(12) Pereira de Silva, op. cit., t. I, pg. 195.

(13) Op. cit., t. I, pg. 185.

(14) J. J. Figueira de Melo, op. cit., pgs. 27-28 e 53-55.

(15) Op. cit., pgs. 57, 347-349.

(16) Op. cit., pg. 80.

(17) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 89.

(18) Neto Campelo, "História parlamentar de Pernambuco", ed. da Livraria Universal, Recife, 1923, pg. 59.

(19) Rito Branco, op. cit., pg. 167.

(20) Neto Campelo, loc. cit.

(21) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 90.

(22) J. J. Figueira de Melo, "Crônica da revolução praieira", relatório de Vicente Pires da Mota, "In fine".

(23) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 93.

(24) Antigo de Borges da Fonseca no "O Repúblico", de 2 de fevereiro de 1854, Discurso na Assembleia do Rio, do dr. Tomás Gomes dos Santos, de 19 de março de 1848.

(25) Rio Branco, op. cit., pgs. 617-818; "Manifesto ao Senado", de 1º de janeiro de 1849, assinado pelos Chefes das Forças Liberato.

(26) Urbano Sabino, op. cit., pgs. 6, 51-63.

(27) Op. cit., pg. 19.

(28) General Melo Rego, "Rebelião Piauiense", ed. da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, pg. 47.

(29) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 96.

(30) J. J. Figueira de Melo, Discurso na sessão de Câmara dos Deputados, de 24 de janeiro de 1850.

(31) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 97.

(32) Macedo, "Ano Biográfico".

(33) Rio Branco, op. cit., pgs. 535-536; Ordem do Dia de Amorim Bezerra, datada de 15 de novembro de 1848.

(34) Urbano Sabino, op. cit., pgs. 83-88 e 149.

(35) General Melo Rego, op. cit., pg. 73.

(36) Op. cit., pgs. 83-88 e 149.

(37) Op. cit., pg. 75.

(38) Op. cit., pga. 118 e 101.

(39) Rio Branco, op. cit., pgo. 598 e 604.

(40) Op. cit., pga. 9, 10, 19, 38, 51, 84 e 89.

(41) J. J. Figueira de Melo, op. cit., pga. 328 e segs.

(42) General Melo Rego, op. cit., pg. 111; J. J. Figueira de Melo, op. cit., pg. 138.

(43) Pereira da Silva, op. cit., t. I, pg. 212.

(44) "Memória" apresentada ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

V

(1) Theodor von Leuthold, "Meine Amtsfahrt nach Brasilien oder Reise von Berlin nach Rio de Janeiro", Berlim, 1820.

(2) Henri Rallard, "Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, I. LXI, pg. 137.

(3) Pereira da Silva, op. cit., pg. 218.

(4) "Notícia biográfica do conselheiro Francisco Xavier de Pele Barreto", pg. 28.

(5) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 113.

(6) Op. cit., pg. 114.

(7) Ramos Mejía, "Rosas y su tiempo", ed. Atahualpa Martínez, Buenos Aires, 1927, I. II, pgs. 95, 99 e 117; Adolfo Gómez, "Historia de la Confederación Argentina", ed. La Facultad, Buenos Aires, 1911, t. V, pg. 72, "In" nota.

(8) Ramos Mejía, op. cit., t. II, pge. 49-52.

(9) Ramos Mejía, op. cit., t. II, pgs. 65-69; Gustavo Barroso, "A guerra do Rosas", pgs. 19-20.

(10) Gustavo Barroso, op. cit., pg. 69.

(11) Vicente Rossi, "Coses de Negros", Rio de la Plata, 1926, pgo. 81-82; Ramos Mejía, op. cit., t. I, pgs. 236, 262-263, t. II, pg. 348; Arturo Capdevila, "Las viésporas de Caseros", ed. Cabauit & Cia., Buenos Aires, pgo. 38, 50-51.

(12) Ramos Mejía, op. cit., t. II, pgs. 127, 218-219; Arturo Capdevila, op. cit., pgs. 61 e 97.

(13) Bormann, "Rosso e o Exército Aliado", t. I, pgs. 51 e segs.; Ramos Mejía, op. cit., t. I, pg. 248.

(14) Pereira da Silva, op. cit., t. I, pgs. 207-209. Sobre a reconstituição do Vice-Reinado, vide Aquilas B. Oribe "Brigadier general P. Manuel Oribe", Montevideo, 1913, I. I, pg. 183, in nota.

(15) Oneto y Viana, "La diplomacia del Brasil en el Río de la Plata; Luis Alberto da Herrera, "La diplomacia oriental en el Paraguay", t. III, pgs. 86 e 211; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 174-176.

(16) Adolfo Saldías, op. cit., L V, pgs. 212 e segs.; Thompson, "La guerra del Paraguay", ed. de 1910, pgs. 4 e 6; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 78-80.

(17) Arturo Capdeville, op. cit., pgs. 69-70.

(18) Gustavo Barroso, "A guerra do Rosas", pg. 108.

(19) Bormann, op. cit., I, II, pg. 17.

(20) Bormann, op. cit., I, II, pg. 108; Julio María Sosa, "Levalleja y Oribe", pg. 319.

(21) Bormann, op. cit., I, II, pg. 112.

(22) Eduardo de Urquiza, "Historia Numismática de las Campañas Libertadoras de Urquiza", Buenos Aires, 1928, pg. 35.

(23) Domingo Sarmiento, "Campaña en el Ejército Grande Aliado Libertador de Sud América".

(24) Acta de capitulación "In" Santos Tilare, "Memórias do Grande Exército Libertador da Sul América".

(25) Bormann, op. cit., I, II, pgs. 43-47; Rio Branco, op. cit., pgs. 594-595.

(26) Rio Branco, op. cit., pgs. 62-63; Bormann, op. cit., I, II, pg. 110; Adolfo Saldías, op. cit., t. I, pgs. XX e segs., I, V, pgs. 287 e 300; Ramos Mejía, op. cit., I, III, pg. 18; t. I, pgs. 156-157 e 253; Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pg. 315; Cesar Diaz, "Memórias", pg. 269.

(27) Adolfo Saldías, op. cit., I, V, pgs. 305 e segs.; G. Iberguren, "Juan Manuel de Rosas", ed. La Facultad, 1931, pgs. 436-437.

(28) Parte do general Gregorio Areoz de la Madrid e Urquiza, In "História do general Osório", t. I, pg. 520.

(29) Parte do mayor general Viesororo e Urquiza, In Eduardo de Urquiza, op. cit., pg. 66. Cr. Parte de Marques de Souza ao conde de Caxias. V. Gualevo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 166 e segs., doca. III, IV e V, no APÉNDICE, e o plano de batalla in Santos Tilare, op. cit.

(30) Adolfo Saldías, op. cit., L V, pg. 312; "Gaceta Mercantil", números de época; Luis Alberto da Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pgs. 20-22; Lucas Ayarregeray, "La enarqueje argentina y el caudillismo", ed. La Juventud, Buenos Aires, 1926, pg. 52.

(31) Rio Branco, op. cit., pgs. 110-111.

(32) Domingo F. Sarmiento, "Campaña en el Ejército Grande Aliado".

(33) Santos Tilare, op. cit.; Sarmiento, op. cit.

(34) Proclamação de despedida à Divisão Auxiliar do Brasil por D. Justo José de Urquiza.

(35) Manifesto de gratidão ao Brasil para Honorable Salão de los Representantes, saibro de 1852.

(36) Gustavo Barroso, "Brasil — colônia de banqueiros", 6^a ed., pgs. 80-82.

(37) Rio Branco, op. cit., pg. 587.

(38) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 268.

(39) Gustavo Barroso, op. cit., pgs. 63 e 72.

(40) Op. cit., pgs. 73-74.

(41) Sobre o CARNAVAL FINANCEIRO consulta-se Pereira da Silva, "Memórias de meu tempo", t. I.

VI

(1) Alberto Faría, "Mauá", 2^a ed., pgs. 42-43; Claudio Williman, "Exposición sobre el Banco de la República Oriental del Uruguay", pgs. 11-13.

(2) Op. cit., pg. 74.

(3) Joaquim Nabuco, op. cit., L I, pg. 207.

(4) Mauá, "Exposición aos credores".

(5) Alberto Faria, op. cit., pg. 56.
 (6) Pedro Lameira, "Etapas de una gran política".
 (7) Pacto de 5 do setembro de 1850, no Arquivo do Itamarati.
 (8) Alberto Faria, op. cit., pg. 127.
 (9) Op. cit., pg. 102.
 (10) Op. cit., pgs. 95, 102-106 e 118-119.
 (11) Op. cit., pgs. 115-116.
 (12) Mauá, op. cit.
 (13) Alberto Ferreira, op. cit., pgs. 51-82 e 342-343.
 (14) Op. cit., pgs. 232-233.
 (15) Op. cit., pgs. 82 e 386.
 (16) Op. cit., pg. 177; Correspondência de Camelô de Campos e Mauá no Arquivo do Itamarati.
 (17) Op. cit., pgs. 184 e 242.
 (18) Op. cit., pgs. 43-45, 183-194 e 223.
 (19) Anais do Senado do Império — sessão de 26 de maio de 1875.
 (20) Eduardo Acevedo, "Histoire del Uruguay", t. V, pgs. 22 e segs.
 (21) Alberto Ferreira, op. cit., pgs. 145, 154-155.
 (22) Joaquim Manuel de Macedo, "Memórias de meu Ofício", pg. 145; Alberto Faria, op. cit., pg. 150.
 (23) Alberto Ferreira, op. cit., pgs. 46-48; Oliveira Lima, "Formation de la nationalité brésilienne".
 (24) Alberto Ferreira, op. cit., pg. 54.
 (25) W. D. Christie, "Notes on Brazilian Questions", ed. Macmillan & Co., Londres — Cambridge, 1865, Introdução, pg. LXIX.

VII

(1) "L'Angleterre est Israélite", ed. Jouve, Paris.
 (2) "Le règne d'Israël chez les Anglo-Saxons", ed. Grasset, Paris, 1921, pgs. 11-12.
 (3) J. H. Allen, "Judah's sceptre and Joseph's birthright", ed. Shaw, Michigan, 1902, pgs. 268-269, 294-295, 299, 304-305, 321 e o Apêndice com as genealogias reais da Judéia até a Inglaterra, através da Irlanda e de Escócia; Gowler, "Our Scythian Ancestors", sobretudo pg. 5.
 (4) Georges Barberin, "Le secret de la Grande Pyramide", ed. Adyar, Paris, 1936, pgs. 92-95; Gustavo Barroso, "O fim do Império Britânico" in "O Povo", Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1937; Ruskin, "The stones of Venice"; A. N. Field, "All these things".
 (5) Roger Lambelin, op. cit., pgs. 12 e segs.
 (6) Op. cit., pgs. 15 e segs.; "Lettres de lord Beaconsfield à ses amis", ed. Perrin, Paris, 1889.
 (7) W. D. Christie, op. cit., pg. 106.
 (8) Op. cit., pg. 109.
 (9) Pedro Calmon, "O marquês de Abrantes", ed. Guanabara, Rio, 1933, pgs. 272-275.
 (10) Op. cit., pg. 81.
 (11) Pedro Calmon, op. cit., pgs. 278 e segs.
 (12) Wanderley de Pinho, "Cotegipe e seu tempo", ed. da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, pgs. 197 e 214.
 (13) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 225, Discurso de Euzébio de Queiroz no Senado, na sessão de 18 de julho de 1852.
 (14) Relatório de Canaãzinho de Simimbú, chefe de polícia de Corte, em 7 de abril de 1856.
 (15) Op. cit., pg. 201. Os gritos são nossos.
 (16) Op. cit., pg. 221.
 (17) Op. cit., pgs. 217 e 373.
 (18) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 237 e 241.

(19) W. D. Christie, op. cit., pgs. 3-4.

(20) Op. cit., pgs. 104. Textualmente: "inveterate hostility to the government of Brazil"; "Spital".

(21) Op. cit., pgs. 3, 47 a segs.; 145 e segs.; Carta de Christie a lord Russell, de 12 de novembro de 1862.

(22) Discurso de lord Palmerston na Câmara dos Lordes, em 7 de maio de 1863.

(23) Pedro Calmen, op. cit., pg. 283.

(24) Wanderley de Pinho, op. cit., pgs. 686-687.

VIII

(1) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 151.

(2) Domingos F. Samaniego, "Argyropolis", Buenos Aires.

(3) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 152.

(4) Carta a Francisco Hordeñana, em fevereiro de 1854.

(5) Fala do Trono na abertura de sessão parlamentar de 1856.

(6) Peula Cidende, "Leandro Gómez e Palandú" in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929, t. CV, pgs. 274-275.

(7) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 156.

(8) Coronel Dias de Oliveira, "Guerra do Paraguai", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917, tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, p. V, tese 7º, pgs. 312 e segs.

(9) Romulo T. Rossi, "Epiódios históricos — Bombardeo y toma de Palandú — La Cruzada Libertadora", ed. Peña Hermanos, Montevideu, 1923.

(10) Publicado pelo "Espectador de América do Sul".

• (11) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pgs. 166-167.

(12) Op. cit., t. II, pg. 189, "In" nota.

(13) Coronel Dias de Oliveira, op. cit., pg. 317.

(14) A. Comte, "La Cruzada Libertadora", pg. 117; Alberto Faria, op. cit., pgs. 68-80.

(15) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pgs. 132 e segs.

(16) Alberto Faria, op. cit., pg. 62.

(17) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", verâo castelhana de Gonzalo Reparaz, ed. Gemier, Paris, 1905, pgs. 47-48.

(18) Alberto Faria, op. cit., pg. 345.

(19) Joaquim Nabuco, "Um atentado do Império", 1ª ed., t. II, pg. 177.

(20) E. C. Jourdan, "História das campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai", t. I, pg. 52.

(21) Op. cit., t. I, pgs. 59-82; Moreira de Azevedo, "Quadros Guerreiros", pg. 22.

(22) Romulo T. Rossi, op. cit., pgs. de 33 e 184.

(23) Op. cit., pgs. 33-34, 154-155 a 184; Masjermann, "Siete años de Aventuras en el Paraguay", ad. da 1911, pg. 53 "in" nota; Juansilvano Godoi, "Monografias Históricas", 1º série, pg. 59; Schneider, "A guerra da Tríplice Aliança", ad. de 1876, t. I, pgs. 52-53; Moreira de Azevedo, op. cit., pg. 18; Theodore Fix, "La guerra del Paraguay", ed. Tancreo, Paris, 1870, pg. 38; Gualevo Barroso, "O Brasil am Içá do Prata", cap. "A execução de Leandro Gómez"; J. L. Rodrigues de Sá, "Recordações da Campanha do Paraguai", ed. Welazllog, São Paulo, pg. 16: Ofício do ministro da Estrangeiros do Brasil ao viceconde do Rio Branco, de 22 de janeiro de 1865; "Boletín Oficial", de D. Venâncio Flores.

(24) E. C. Jourdan, op. cit., t. I, pg. 52.

(25) Informação do general A. Díez ao governo uruguaiu

(26) Gustavo Barroso, "A guerra do Flora", pg. 179.

(27) Manuel Gálvez, "Por que ocurrió la guerra del Paraguay?" In "La Nación", Buenos Aires, nº de 7 de outubro de 1928.

(28) Luis Alberto Herrera, "La clausura de los ríos", pg. 477.

(29) Gustavo Barroso, op. cit., pgs. 180-181.

(30) José Maria da Silva Paixão, visconde do Rio Branco, "A Convocação de 20 de fevereiro explicada à luz dos debates do Senado e dos sucessos de Uruguaiense", Rio de Janeiro, 1866.

(31) H. Bolteux, "Os nossos admirantes"; Paula Cidade, "Leandro Gómez e Palandu".

(32) Correspondência trocada entre Tamandaré e o ministro da Marinha em 1864-1865, no Arquivo Nacional; Gustavo Barroso, "Tamandaré, o Nelson Brasileiro", ed. Guanabara, Rio de Janeiro, pga. 156 a sege.

(33) Decreto do Governo Provisional da República Oriental do Uruguai, de 28 de fevereiro de 1865, agladiadecendo a cooperação do Império Brasileiro.

(34) Luis Alberto de Herrera, "La diplomacia oriental en el Paraguay"; Baez, "Resumen de la historia del Paraguay"

IX

(1) "La alianza del Imperio del Brasil con las Repúblicas Argentina y Oriental es tan desigual que muero a parecer a un juego de palos que el jugador lleva debajo de cada brazo uno, para hacerles refir en provecho y honra de galero solamente". Alberdi, "Bases".

(2) "Anales diplomáticos y militar de la guerra del Paraguay", tip. Muñoz Hermanos, Assunção, 1906, I, I, pg. 141.

(3) "Nación Argentina", nº de 24 de fevereiro de 1876.

(4) Luis Alberto de Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pg. 88.

(5) Schneidau, op. cit., I, II, pg. 147.

(6) Lemos Brito, "Guerra do Paraguai", Rio de Janeiro, 1927, pg. 177. Carta de Urquiza a Mitre.

(7) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", pg. 73.

(8) Francisco Seeser, "Cartas sobre la guerra del Paraguay — 1865-1866", ed. J. Rosas, Buenos Aires, 1907, pgs. 29-31.

(9) Lemos Brito, op. cit., pg. 166.

(10) Depolimento do general Francisco Isidoro Resquin, chefe do estado maior paraguaio, no quartel-general do Exército Brasileiro, em Humaitá, a 20 de março de 1970, "in" Mastermann, op. cit., pgs. 400 a sege.

(11) Gregorio Benítez, op. cit., I, I, pg. 9 e doce. às pgs. 136 e 184.

(12) Thompson, "La guerra del Paraguay", ed. Palumbo, Buenos Aires, 1919, pgs. 18 e 70.

(13) Antonio Zinny, "Historia de los gobernantes del Paraguay".

(14) C. A. Washburn, artigo publicado em Nova York, a 22 de janeiro de 1870, in Mastermann, op. cit., pgs. 368 a sege.

(15) Manuel Gálvez, "Por que ocurrió la guerra del Paraguay?" in "La Nación", Buenos Aires, 7 de outubro de 1926. A entrevista de López e Varela foi estampada por este último em "La Tribune", de Buenos Aires, em 1858. O documento é inconfundível.

(16) Pedro S. Lamas, "Etapas de una gran política".

(17) Cardús Huerta, "Arado, pluma y espada", ed. Domenech, Barcelona, 1911, pg. 437.

(18) "Cuadros históricos y descriptivos", ed. H. Kraus Assuncão, 1906, pg. 139.

(19) "La tiranía en el Paraguay", tip. de "El País", Assunção, 1903, pgs. 13, 15 e 37.

(20) Op. cit., pg. 257.

(21) Gamendia, "Recuerdos de la guerra del Paraguay", 4^a ed., Buenos Aires, 1890, pg. 116.

(22) Op. cit., pgs. 43 e 117.

(23) Mastermann, op. cit., pgs. 1 a 37

(24) Op. cit., pg. 38.

(25) "La guerra del Paraguay", pg. 1.

(26) "Cuadros históricos y descriptivos", pg. 176.

(27) Gregorio Benítez, op. cit., pg. 5. A Inglaterra e os Estados Unidos? Assim parece, como se verá no decurso do capítulo.

(26) Loc. cit.

(29) V. o texto do Tratado, in Thompson, op. cit., Apêndice.

(30) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", pgs. 98 e 103.

(31) Luis Alberto de Herrera, "El drama del 65", 2^a ed., pg. 41.

(32) Op. cit., pg. 4.

(33) Wanderley de Pinho, op. cit., pgs. 438 a 445.

(34) Vicente G. Quesada, "La política Imperialista del Brasil", ed. Vaccares, Buenos Aires, 1920, pg. 159.

(35) "Semana Ilustrada", de 29 de janeiro de 1865, Rio de Janeiro, pg. 1731.

(36) Maestermann, op. cit., pgs. 29-30 e 410; H. F. Decoud, "Une década de vida nacional -- 1860-1880", Assunção, 1925, I, I, pgs. 232-233.

(37) Depoimento de Irei Basílio de Bagnoli, vice-prefeito das missões de Mato Grosso, em Cuiabá, a 12 de novembro de 1860, in Maestermann, op. cit., pgs. 356 e 357.

(38) Depoimento de Silvestre Aveiro, secretário de Soárez Lopez, a bordo da canhoneira Imperial "Iguassu", a 23 de março de 1870, in op. cit., pgs. 373 e segs.

(39) Théodore Fix, "La guerre du Paraguay", pg. 184; Taunay, "Diário do Exército", t. II; J. L. Rodrigues da Silva, op. cit., pg. 76.

(40) Cecilio Baez, "La tiranía en el Paraguay", pgs. 179 e 277; Cuadros históricos y descriptivos", pg. 188; Maestermann, op. cit., pgs. 213 e 357; Gregorio Benítez, op. cit., t. II, pg. 86; Thompson, op. cit., pg. 225.

(41) Cecilio Baez, "La tiranía en el Paraguay", pgs. 179 e 277; Thompson, op. cit., pgs. 143 e 201; Maestermann, op. cit., pgs. 149, 163, 165, 166 e 218; Correspondência de Assunção, de 7 de julho de 1869, inserida na "Semana Ilustrada" do Rio de Janeiro, de 25 do mesmo mês e ano, pg. 3599.

(42) O'Leary, "Nuestra Epopeya", pg. 22.

(43) Thompson, op. cit., pg. 192; Maestermann, op. cit., pgs. 116-117.

(44) Washburn, srt. cit.

(45) Thompson, op. cit., pgs. 144 e segs.

(46) "Semana Ilustrada", Rio de Janeiro, nº de 17 de janeiro de 1869, pg. 3394.

(47) Arquivo da Milre.

(48) Correspondência de Montevideu, publicada na "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, de 24 de fevereiro de 1869.

(49) "Le Brésil, Buenos Ayres, Montevideu et le Paraguay devant la civilisation", ed Dentu, Paris, pgs. 12 e 58.

(50) Op. cit., pgs. 123-125.

(51) Pe. Pablo Hernandez, "Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús", ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1913, I, I, pgs. 28 e segs.

(52) Charles Expilly, op. cit., pg. 126.

(53) Garmandia, op. cit., pg. 43; Seebert, op. cit., pg. 115.

(54) Maestermann, op. cit., pg. 41.

(55) Op. cit., pgs. 228-235.

(56) Correspondência de Buenos Aires, publicada pelo "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 21 de janeiro de 1869.

(57) Idem no mesmo órgão, em 23 de janeiro de 1869.

(58) Parte do marechal Gastão d'Orleans, conde d'Eu, "In" Moreira de Costa, "História da guerra do Paraguai", pg. 338.

(59) Relatório do presidente Souza Gonzaga ao ministro visconde de Boa Vista, em 1865.

(60) Discurso do deputado Antônio Correia Couto, na sessão da Câmara de 1858; Correspondência de Cuiabá, publicado no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, em 16 de março de 1865, Relatório do ministro da Guerra, de 1864.

(61) H. F. Decoud, op. cit., pg. 17; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", cap. "Armaamento brasileiro a paraguaio"; Moreira de Azevedo, op. cit., pg. 176; Schneider, op. cit., I, I, pg. 81, I, IV, pg. 36, nota 44, last. I; Thompson, op. cit., pgs. 42-43; Maestermann, op. cit., pg. 72; Peláez, "Diário", 27 de maio de 1865; Relatório do ministro da Guerra do Brasil, 1870.

(62) Maestermann, op. cit., pg. 86; Thompson, op. cit., pg. 42; Gregorio Benítez, op. cit., I, I, pg. 84.

(63) O'Leary, "El centauro de Ibirapuera" e Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", cap. "O caderninho do centauro", pge. 65 e seguiante.

(64) Pimentel Bueno, "Memórias", "In" "Revista Brasileira", de 15 de outubro e 1º de novembro de 1895.

(65) Gregorio Benítez, op. cit., t. I, pgs. 134 e segs., e 200-201.

(66) Op. cit., loc. cit.

(67) Carta do general Emilio Mitre ao vice-presidente Mariano Paz, em 1865.

(68) Luis Alberto de Herrera, "El drama del 65", pg. 193.

(69) Saeder, op. cit., pga. 52, 82-97 e 116 "bis".

(70) Op. cit., pg. 136.

(71) Carta do barão de Cotegipe ao barão de Penedo, da 12 de maio de 1866. Referia-se ao famoso bucheiro paulista, apelidado o Mágico, ubíquo senador Carrão, famoso pela sua oitava na revolução de 1842.

(72) "Diário do Rio de Janeiro", de 4 de setembro de 1867.

(73) Gregorio Ramírez, op. cit., t. I, pg. 217.

(74) Teniente-coronel Juan Beverina, "La guerra del Paraguay", ed. Ferrari, Buenos Aires, 1921, I. II, pgs. 419-420.

(75) Gregorio Benítez, op. cit., t. I, pg. 91 e 127; t. II, pg. 62.

(76) Op. cit., pg. 161.

(77) Gregorio Benítez, op. cit., t. II, caps. VI e VII.

(78) Gustavo Barroso, "O espírito do século XX", ed. da Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1938, pgs. 109-111.

(79) Op. cit., pg. 111.

(80) Op. cit., pg. 125,

110

